

Sara Isabel André das Dores

Missão em Prol da Juventude: O Programa “Parlamento dos Jovens” no Algarve



Universidade do Algarve

Escola Superior de Educação e Comunicação

2016

Sara Isabel André das Dores

Missão em Prol da Juventude: O Programa “Parlamento dos Jovens” no Algarve

Mestrado em Educação Social

Relatório de Estágio

Trabalho efetuado sob orientação de:

Orientadora Mestre Vanessa Duarte de Sousa

Orientadora Doutora Rosanna Barros Sá



Universidade do Algarve

Escola Superior de Educação e Comunicação

2016

Título de Relatório de Estágio:

Missão em Prol da Juventude: O Programa “Parlamento dos Jovens” no Algarve

Declaração de autoria de trabalho

Declaro ser a autora deste trabalho, que é original e inédito. Autores e trabalhos consultados estão devidamente citados no texto e constam da listagem de referências incluída.

Assinatura

Sara Isabel André das Dores

Copyright

A Universidade do Algarve reserva para si o direito, em conformidade com o disposto no Código do Direito de Autor e dos Direitos Conexos, de arquivar, reproduzir e publicar a obra, independentemente do meio utilizado, bem como de a divulgar através de repositórios científicos e de admitir a sua cópia e distribuição para fins meramente educacionais ou de investigação e não comerciais, conquanto seja dado o devido crédito ao autor e editor respetivos.

Agradecimentos

O espaço limitado desta secção de agradecimentos não me permite agradecer, como devia, a todas as pessoas que, ao longo do Mestrado em Educação Social me ajudaram, direta ou indiretamente, a cumprir os meus objetivos e a realizar mais esta etapa da minha formação académica. Desta forma, deixo apenas algumas palavras, mas um sentido e profundo sentimento de reconhecido agradecimento.

À Diretora do Mestrado em Educação Social, Professora Doutora Rosanna Maria Barros Sá, agradeço a oportunidade e o privilégio que tive em frequentar o Mestrado que muito contribui para o enriquecimento da minha formação académica e científica.

À Direção Regional do Algarve do Instituto Português do Desporto e Juventude por me ter proporcionado as condições necessárias para a concretização do estágio curricular e por permitir a minha integração em programas de tão elevada exigência e qualidade. Agradeço também a formação, a disponibilidade e simpatia dos técnicos, com especial enfoque para a coordenadora do estágio.

À Mestre Vanessa Sousa, expresso o meu profundo agradecimento pela orientação e apoio incondicionais, que muito estimularam o meu desejo de querer, sempre saber mais e a vontade constante de querer fazer melhor, abraçando este desafio comigo. Agradeço também o profissionalismo, a total disponibilidade e a frontalidade que sempre revelou comigo. O seu apoio foi determinante na elaboração deste Relatório de Estágio.

À Isabel e ao João expresso a minha gratidão, a solidariedade. Agradeço a amizade, e por inculcaram em mim, o constante “amor à camisola” no que respeita à luta pela juventude. E por fim, agradeço todos os momentos que contribuíram para o meu crescimento pessoal e profissional.

Às minhas amigas (os) universitárias (os) pela amizade, companhia, afeto e todas as horas de trabalho em conjunto, e por não desistirem.

Ao Diogo, um agradecimento especial pelo apoio e carinho diários, pelas palavras e pela transmissão de confiança e de força, em todos os momentos. Por tudo, a minha enorme gratidão!

À minha família, em especial aos meus pais, ao meu irmão, um enorme obrigado por acreditarem sempre em mim e naquilo que faço e por todos os ensinamentos de vida. Espero que esta etapa, que agora termino, possa, de alguma forma, retribuir e compensar todas as “dores de cabeça”, todo o carinho, apoio e amor, que constantemente me oferecem.

A todos eles, aos jovens, docentes e a todos os que me apoiaram neste percurso, dedico todo este trabalho.

Obrigada por acreditarem em mim,
A todos um bem-haja e um sincero agradecimento.

O presente relatório resulta da investigação do programa “Parlamento dos Jovens” preconizado pela Assembleia da República e Instituto Português do Desporto e Juventude na região do Algarve. O objeto de estudo prende-se com o diagnóstico sobre a incidência da participação dos jovens no programa, averiguar os principais espaços de participação e conhecer os principais constrangimentos do papel da escola enquanto formadora para a cidadania ativa. Esta investigação surgiu durante o estágio curricular e aplica um paradigma qualitativo de investigação onde a metodologia de investigação é utilizada. Os instrumentos de recolha de dados foram entrevistas semiestruturadas, inquéritos por questionário e diários de campo. As conclusões demonstram que os espaços de participação cívica são escassos nas escolas e a motivação para a promoção da participação no programa “Parlamento dos Jovens” é diminuta.

Palavras-chave: Participação; Jovens; Participação juvenil, Cidadania, “Parlamento dos Jovens”, IPDJ, I.P.

The research approaches the incidence and participation on the program “Parlamento dos Jovens” carried out by the Portuguese Parliament and the Instituto Português da Juventude on Algarve. The aim was to identify the participation and major spaces for civic inclusion and, as well, enumerate the major obstacles for the school as a civic formative institution. This research uses a qualitative paradigm and applies action-research methodology. The data was collected through semi structured interviews and questionnaires. Results show that there are not enough spaces to promote training as citizens on the public school and there is a lack of motivation from students and teachers to engage in the programme.

Keywords: Participation; Young; Youth participation, Citizenship, IPDJ, I.P.

Índice

Introdução.....	1
Capítulo I.....	3
Enquadramento Contextual do Estágio	3
1. Caracterização da Instituição	3
3. Estrutura Organizacional	11
4. Contextualização do Estágio.....	12
5. O Programa “Parlamento dos Jovens”	15
Capítulo II	19
Enquadramento Teórico	19
1. Diferentes conceções sobre a juventude	19
3. As políticas públicas para a juventude: orientações de participação juvenil e da juventude... ..	23
4. A democracia e a participação juvenil enquanto pilar do programa “Parlamento dos Jovens”.....	25
5. A escola enquanto agente de promoção de cidadania.....	28
Capítulo III.....	31
Enquadramento Metodológico	31
1. Método: Investigação-Ação	31
2. Triangulação metodológica.....	32
3. Investigação Qualitativa.....	34
4. Técnicas para recolha de dados.....	36
4.1 Entrevista semiestruturada	36
4.2 Inquérito por questionário.....	39
4.3 Observação direta.....	40
4.4 Análise de dados	41
Capítulo IV	43
Discussão e análise de resultados.....	43
1. Caraterização da amostra de Investigação	43
1.1 Participação Cívica dos Jovens	45
1.2 Motivação dos Jovens e Professores.....	50

1.3 “Parlamento dos Jovens”	56
1.4 Divulgação do Programa “Parlamento dos Jovens”	61
Conclusões	64
Bibliografia.....	69
Anexos.....	72

Índice de Figuras

Figura 1- Atribuições da área do Desporto e Juventude do IPDJ, I.P.....	5
Figura 2 - Valores do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (2015)	6
Figura 3 - Segmentos das áreas do programa "OTL"	7
Figura 4 - Objetivos do Programa "Namorar com Fair Play"	8
Figura 5 - Atuação da Direção Regional do Algarve, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (2015)	10
Figura 6 - Organização da DRAL, IPDJ, I.P.....	11
Figura 7 - Descrição da Sessão Nacional	17

Índice de Gráficos

Gráfico 1 - Atividade desenvolvida segundo Objetivo comum	14
Gráfico 2 - Estudantes Inquiridos segundo Idade	44
Gráfico 3 - Estudantes inquiridos segundo género.....	44
Gráfico 4- Estudantes Inquiridos segundo Pertença a alguma Organização.....	46
Gráfico 5 - Estudantes inquiridos segundo Votação para a associação	49
Gráfico 6- Estudantes inquiridos segundo Pergunta “Porque não votas para a associação de estudantes?”	50
Gráfico 7 - Estudantes inquiridos segundo Pergunta “Quais as razões porque votas na Associação de Estudantes?”	51
Gráfico 8 - Estudantes inquiridos segundo Perspetivas de Votação	52
Gráfico 9 - Estudantes Inquiridos segundo Conhecimentos Político	52
Gráfico 10 - Estudantes Inquiridos segundo “Se respondeste sim, assinala o respetivo nome”	53
Gráfico 11 - Estudantes inquiridos segundo Conhecimento dos Objetivos do Programa	56
Gráfico 12 - Estudantes inquiridos segundo Contributos dos objetivos do programa	58
Gráfico 13 - - Estudantes inquiridos segundo Pergunta "Replicação do Programa”	59

Índice de Tabelas

Tabela 1 - Atividade do programa "Desporto"	12
Tabela 2 - Atividade do programa "Namorar com Fair Play"	13
Tabela 3 - Atividade do programa "Parlamento dos Jovens"	13
Tabela 4 - Atividade do programa "Euroscola"	14
Tabela 5 - Quadro das entrevistas	38
Tabela 6 - Grelha de Diário de Campo	41
Tabela 7 - Estudantes inquiridos segundo idade e escolaridade	45
Tabela 8 - Estudantes inquiridos segundo participação e género.....	46
Tabela 9 - Estudantes inquiridos segundo participação e idade.....	47
Tabela 10 - Estudantes inquiridos segundo Fazes Parte de organizações e opções.....	48
Tabela 11 - Estudantes inquiridos segundo Tens interesse na política?	51
Tabela 12 - Conheces o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto?.....	54
Tabela 13 - Estudantes inquiridos segundo meios de comunicação	58
Tabela 14 - Estudantes inquiridos segundo meios utilizados.....	59
Tabela 15 - Análise SWOT segundo Ambiente Interno	62
Tabela 16 - Análise SWOT segundo Ambiente Externo	63

Índice de Siglas e Abreviaturas

A.R. – Assembleia da República

B.T.T. - Bicicleta Todo-o-Terreno

DGEstE – Direção-Geral dos Estabelecimentos Escolares

DRAL – Direção Regional do Algarve

FDTI - Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação

I.P – Instituto Público

IPDJ, I.P. – Instituto Português do Desporto e Juventude, Instituto Público

ONU – Organização das Nações Unidas

OTL – Ocupação de Tempos Livres

P1 – Entrevistada nº 1

P2 - Entrevistada nº 2

P3 – Entrevistada nº 3

PDC1 – Registo de Professor em Diário de Campo 1

RNAJ – Registo Nacional de Associativismo Jovem

SPSS - Statistical Package for Social Sciences

SWOT – Strengths , Weakness, Opportunities and Threats

O 2º ano do Mestrado em Educação Social possibilita a realização de um estágio de índole curricular. Neste documento encontramos a descrição e avaliação do referido estágio, assim como, os resultados da investigação que dele derivam. Este estágio curricular foi desenvolvido na Delegação Regional do Algarve do Instituto Português da Juventude, Instituto Público (IPDJ, I.P.). O objetivo geral foi conhecer a participação cívica dos jovens através dos vários programas promovidos pelo IPDJ, I.P e acompanhar a implementação dos mesmos programas com o público-alvo: jovens dos catorze aos trinta anos.

Ao ultrapassar os contextos tradicionais da educação formal, este estágio curricular debruçou-se maioritariamente sobre a intervenção educativa dos jovens participantes no Programa “Parlamento dos Jovens” da região Algarvia, relacionado com os espaços e oportunidades de atuação dos jovens no processo de participação e tomada de decisões enquanto cidadãos.

A escolha desta instituição foi fundamental para o desenvolvimento da presente investigação, pois foi possível aplicar as competências adquiridas ao longo da licenciatura e do mestrado em Educação Social. O interesse por este público-alvo prende-se com a experiência prévia enquanto voluntária em programas destinados a jovens do ensino básico e secundário, no regime regular e profissional. A partilha e a troca de ideias em questões relacionadas com o poder de argumentação, com a participação cívica e de resolução de conflitos motivaram a investigação em torno da participação e do processo de tomada de decisão por parte dos jovens.

Como objetivos específicos delineámos: i) apurar a incidência de participação dos jovens em programas destinados à participação política; ii) descrever o papel da escola enquanto formador para a cidadania; iii) avaliar o impacto do Programa “Parlamento dos Jovens” no público-alvo na região algarvia; iv) apresentar propostas de melhoria do programa no território algarvio.

No que diz respeito à estrutura deste Relatório encontramos capítulos que dividem cada secção da investigação. O enquadramento contextual do estágio baliza o contexto onde decorreu a intervenção, o diagnóstico de necessidades/interesses, a caracterização do público-alvo, caracterização do instituto, atividades desenvolvidas, e por último, os objetivos do estágio.

Na fundamentação teórica, encontramos o enquadramento no qual se explora a problemática do estágio em particular no que se refere à discussão da importância do envolvimento dos jovens no contexto político - considerando que se optou, empiricamente, por um trabalho de investigação-ação direcionado para o programa “Parlamento dos Jovens” - neste domínio são explorados os seguintes temas: concetualização de juventude, participação juvenil e as políticas públicas, a instituição escolar e a participação cívica dos jovens. Face ao capítulo anterior apresentamos o enquadramento metodológico – onde se discute o desenho da investigação-ação, de seguida enumeramos as técnicas e instrumentos de investigação e intervenção utilizados.

O último capítulo do Relatório diz respeito à apresentação e reflexão dos dados, esclarecendo as principais conclusões da avaliação do programa: formas de mobilização e divulgação, os constrangimentos e propostas de melhoramento relativamente ao papel da escola, e pro fim, a reflexão individual enquanto educadora social.

Enquadramento Contextual do Estágio

Introdução

Este capítulo descreve a instituição onde decorreu o Estágio Curricular, os valores e sua missão. São também feitas referências aos protocolos e parceiros da instituição assim como a caracterização do público-alvo.

Procura-se aprofundar o diagnóstico de necessidades da instituição, as atividades desenvolvidas e os objetivos gerais e específicos do estágio curricular. É ainda apresentado o contexto a partir do qual foi possível um trabalho de pesquisa e redação mais aprofundado a saber o programa “Parlamento dos Jovens” e respetivas atividades desenvolvidas.

1. Caracterização da Instituição

O Estágio Curricular teve início no dia um de Outubro de dois mil e quinze, no concelho de Faro, na Direção Regional do Algarve, no Instituto Português do Desporto e Juventude, Instituto Público.

O IPDJ, I.P. foi criado no âmbito do Programa de Reestruturação e Melhoria da Administração Central, pelo Governo, em dezasseis de maio de dois mil e doze, cujo objetivo desenhado, passou pela criação de um organismo cujas principais áreas de atuação fossem o desporto e a juventude, de modo a assegurar a coordenação operacional integrada de ambas as políticas.¹

Os principais objetivos, a missão e os valores no decorrer da história do Instituto Português, sofreram alterações ao longo do tempo. Após a fusão do Instituto Português da Juventude, I.P. e do Instituto do Desporto Português, I.P., extingue-se a Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação (FDTI), cujos objetivos e atribuições (promoção do conhecimento e acesso às tecnologias de informação e comunicação) passaram a ser da competência do IPDJ, I.P. Tal ocorreu em dois mil e treze no qual foi associado ao IPDJ, I.P., a MoviJovem, após a sua integração no instituto e respetiva dissolução².

¹ Consultado em Diário da República nº 169 – 1.ª Série, 3 de Setembro de 2014. Presidência de Conselho de Ministros. Lisboa

² Consultado em Diário da República nº 169 – 1.ª Série, 3 de Setembro de 2014. Presidência de Conselho de Ministros. Lisboa

A formação dos jovens nas novas tecnologias encontrava-se sob a alçada do IPDJ, I.P., que após formulação esta área de atuação passou a ser integrada nas unidades curriculares de tecnologias de informação e comunicação do sistema educativo. Assim, o IPDJ, I.P. dissipou esta área de intervenção.

O Instituto Português do Desporto e Juventude, apresenta como missão “a execução de uma política integrada e descentralizada para as áreas do desporto e juventude, em estreita colaboração com entidades públicas e privadas, designadamente com organismos desportivos, associações juvenis, estudantis e autarquias locais”³.

O IPDJ, I.P., é uma organização de referência nacional no desenvolvimento de políticas públicas para as suas áreas de atuação. Relativamente à juventude, o mesmo tem como escopo promover e dar incentivo ao associativismo, ao voluntariado, possibilitar a construção da cidadania recorrendo à educação não-formal, desenvolver programas referentes à ocupação de tempos livres (OTL), e, por fim, promover e revitalizar o turismo jovem através da rede de Pousadas da Juventude de Portugal, promovendo o enriquecimento da mobilidade geográfica em Portugal e no estrangeiro.

Na figura 1 e 2 procuramos sintetizar as atribuições gerais destinadas às atuações da entidade:⁴

³ Consultado em Diário da República, 1.ª série — N.º 169 — 3 de setembro de 2014 - Decreto de Lei nº 132/2014 de 3 de Setembro.

⁴ Fonte: IPDJ – adaptação da autora

Figura 1- Atribuições da área do Desporto e Juventude do IPDJ, I.P

<p>Atribuições na área do Desporto</p>	<p>Propor atividades de programas para a integração da atividade física e estilos de vida saudável, no qual, assegura o apoio material, financeiro e aplica medidas preventivas no âmbito da ética do desporto no desporto e alto rendimento.</p>
	<p>Promover e apoiar, estudos e trabalhos de investigação sobre indicadores da prática desportiva.</p>
	<p>Velar pela aplicação de normas relativas ao sistema de seguro dos agentes desportivos e por fim, propor a aplicação do controlo médico-desportivo na prática desportiva.</p>
<p>Atribuições na área da Juventude</p>	<p>Apoiar e acompanhar a definição de políticas públicas para a juventude, através da adoção de medidas de estímulo à participação cívica dos jovens em atividades sociais, económicas, culturais e educativas.</p>
	<p>Apoiar o associativismo jovem, a nível técnico e financeiro os programas desenvolvidos no âmbito da Lei do Associativismo Jovem, mantendo atualizado o Registo Nacional do Associativismo Jovem (RNAJ).</p>
	<p>Implementar programas de forma a responder às necessidades do universo jovem, ao nível da ocupação de tempos livres, voluntariado, associativismo, educação não formal e formação. No âmbito da saúde é delineado a promoção de ações de sensibilização e aconselhamento na prevenção de comportamentos de risco, proteção de menores e ambiente.</p>
	<p>Dinamização das "Lojas Ponto Já" e promovendo a mobilidade e o turismo jovem com as Pousadas da Juventude de Portugal.</p>

Fonte 1- Relatório de Plano de Atividades do IPDJ, I.P (2015)

Os principais valores deste organismo passam pela transparência, trabalho de equipa, qualidade, orientação para os resultados e inovação, promovendo o espírito de missão, com vista ao interesse público, de modo, a prestarem o serviço exclusivo para a comunidade e dos cidadãos. O IPDJ, I.P conta com a parceria dos municípios, autarquias, associações locais.

Figura 2 - Valores do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (2015)⁵



Fonte - Relatório de Plano de Atividades do IPDJ, I.P. (2015)

2. Programas e atividades

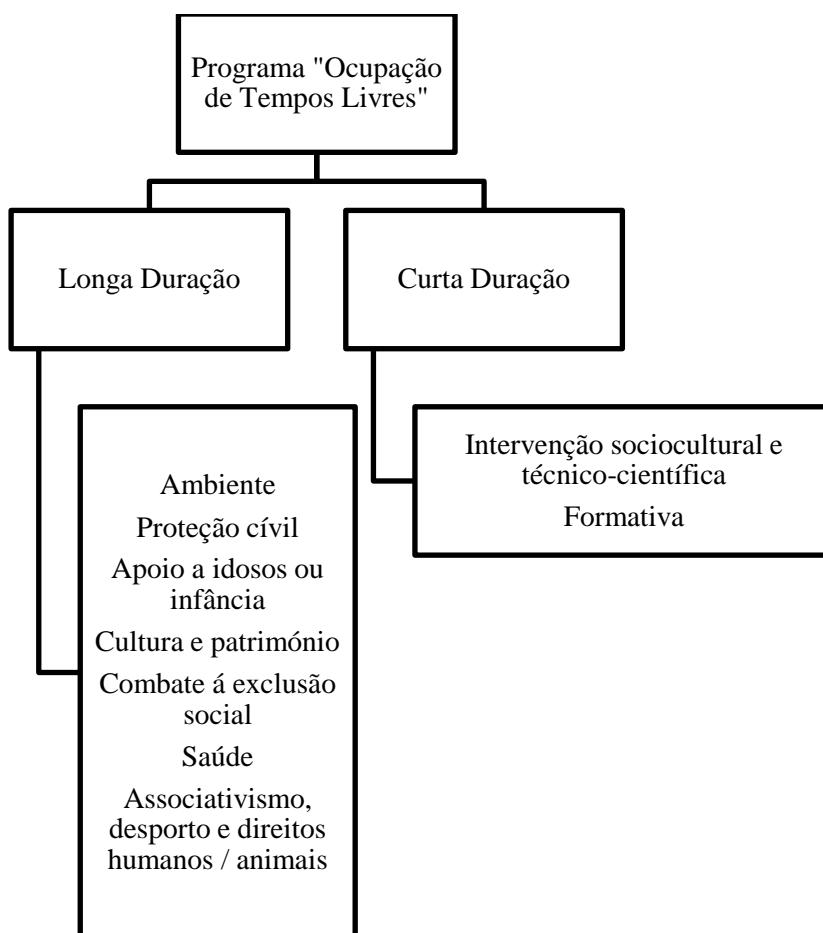
No seguimento da caracterização da instituição enumeramos os programas e atividades relativas às áreas do desporto e da juventude. Os programas destinados ao universo juvenil, são implementados nas regiões do Norte, Centro, Alentejo e Algarve.

Os programas como a “Ocupação de Tempos Livres”, “Férias em Movimento”, “Voluntariado”, “Parlamento dos Jovens”, e por fim, o “Euroscola” recorrem à educação não-formal para promover a cidadania

³ Figura - Valores do Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. consultado em Relatório de Plano de Atividades do (Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., 2015)

O programa Ocupação em Tempos Livres (OTL) visa a ocupação de tempos livres dos jovens, através de projetos destinados á comunidade, possibilitando a capacitação e a aquisição de competências socio profissionais em contexto de aprendizagem não-formal. O programa “OTL” divide-se em dois segmentos relacionados com a duração do programa, correspondendo ao “OTL de Longa Duração”, e o “OTL de Curta Duração”. Na figura seguinte estão referenciadas as áreas de intervenção de cada segmento do programa.

Figura 3 - Segmentos das áreas do programa "OTL"



Fonte - Relatório de Plano de Atividades do IPDJ, I.P.(2015)

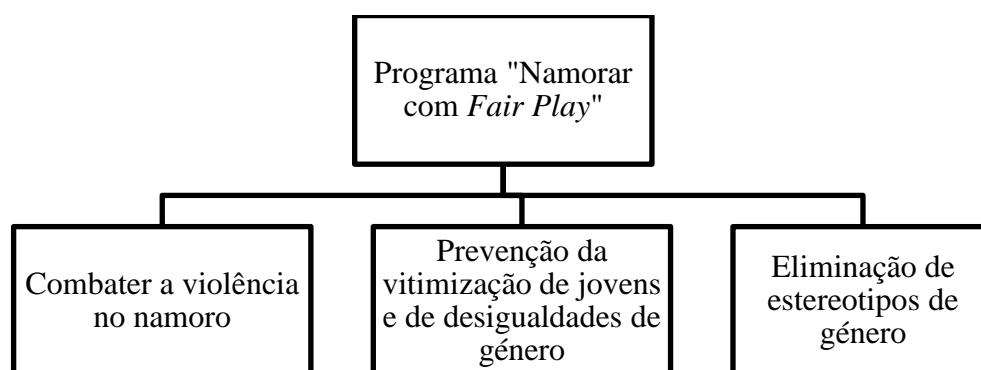
O programa Férias e Movimento “ (...) tem como objetivo ocupar os tempos livres dos jovens durante as férias escolares, nomeadamente nos períodos da Páscoa e do Verão. Durante a realização dos campos de férias os jovens podem participar em atividades como: B.T.T., escalada, montanhismo, futebol, informática, fotografia, *atelier*” (IPDJ, I.P & Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto, 2016)⁶.

Existem dois programas destinados à ação de voluntariado: o programa “Agora Nós” de cariz associativo, e o programa “Namorar com *Fair Play*” - cujos objetivos visam o desenvolvimento de competências ao nível associativo, e de prevenção de comportamentos de risco.

O programa “Agora Nós” é desenvolvido em ações de voluntariado associativo, visando o desenvolvimento de capacidades e aquisição de competências, baseadas em metodologias de educação não formal, potenciando a adesão ao movimento associativo ou surgimento de novas associações.

O programa “Namorar com *Fair Play*” é um projeto de voluntariado que visa a sensibilização dos jovens para questões relacionadas com a igualdade de género. O programa é desenvolvido pela Bolsa Local de Animadores. Aos voluntários é ministrada formação sobre os conteúdos do programa para a prossecução das sessões de sensibilização. O programa é desenvolvido ao longo do calendário escolar. As ações são realizadas em estabelecimentos escolares e no espaço físico das associações locais.

Figura 4 - Objetivos do Programa "Namorar com *Fair Play*"



Fonte - IPDJ (www.juventude.gov.pt)

⁶ Informação consultada no dia 2/5/2016 no sítio de Internet: https://juventude.gov.pt/FAQ/FeriasMovimento/Paginas/resposta_1.aspx

Relativamente à área da saúde juvenil, o IPDJ, I.P desenvolve o programa “Cuida-te”. Este programa visa a promoção de estilos de vida saudáveis preconizando o atendimento e aconselhamento aos jovens no que respeita à prevenção dos comportamentos sexuais de risco. Estes serviços são levados a cabo por uma equipa técnica que, sempre que possível, se deslocam nas unidades móveis para ações / eventos.

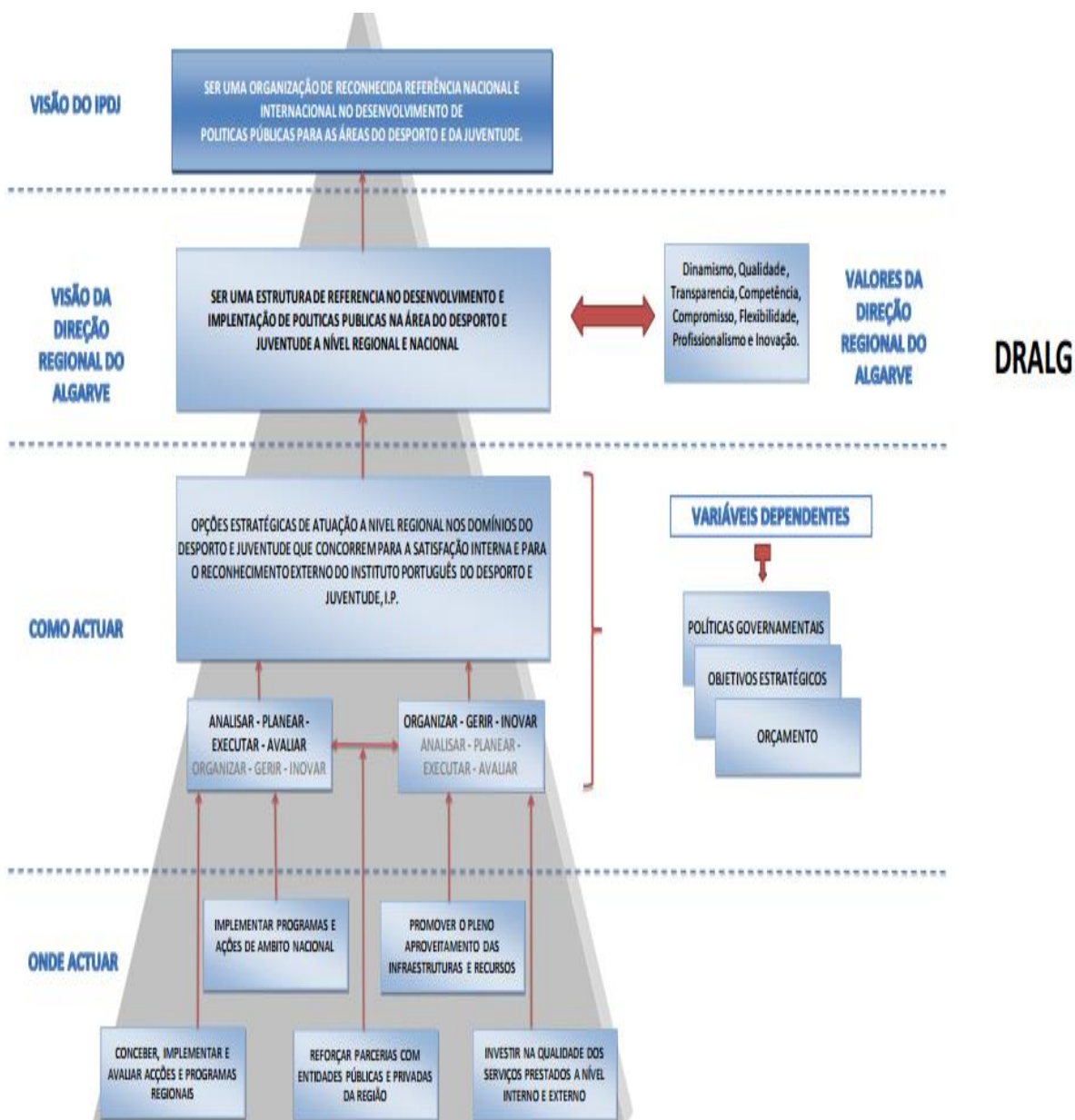
O Programa “Parlamento dos Jovens” visa replicar o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia da República (AR). Pretende também incentivar as capacidades de argumentação na defesa de ideias e respeitar os valores da tolerância e da formação. O programa destina-se a jovens do ensino básico e secundário que podem contribuir para a resolução de questões – apresentadas aos órgãos do poder político - que afetam o seu presente e o seu futuro individual e coletivo.

O programa “Parlamento dos Jovens” proporciona aos alunos participantes - que elegeram mais de dez deputados na Sessão Escolar - a possibilidade de participarem no programa “Euroscola”. Este programa pretende demonstrar aos jovens o funcionamento das instituições europeias, e por fim, consciencializar os jovens sobre a sua condição de cidadãos europeus e a sua intervenção na organização futura da Europa.

No que diz respeito à área do desporto, o programa “Desporto para Todos”, promove a participação desportiva da população, e à implementação de Programas Desportivos Nacionais, incentivando a prática desportiva junto da população e apoiando o desenvolvimento do desporto promovido pelos agentes desportivos regionais e locais. Neste eixo surge a promoção da prática desportiva do alto rendimento. Aqui também se engloba o programa “Nacional de Marcha e Corrida” que é desenvolvido em conjunto com as duas áreas: o desporto e a juventude.

Este programa é desenvolvido pelo Instituto do Desporto de Portugal, I.P., a Federação Portuguesa de Atletismo, a Faculdade de Desporto da Universidade do Porto e os Municípios aderentes. O IPDJ, I.P e as autarquias promovem no distrito de Faro, diversas Marchas Corridas, em que todas as faixas etárias participaram contando ainda com a promoção do comércio local.

Figura 5 - Atuação da Direção Regional do Algarve, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (2015)⁷



Fonte - Relatório de plano de atividades do IPDJ, I.P (2015)

⁷ Figura - Atuação da Direção Regional do Algarve, Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. consultado em relatório de plano de atividades do (Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., 2015)

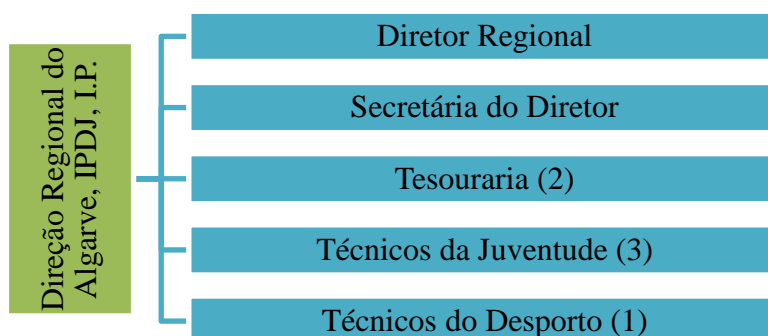
3. Estrutura Organizacional

A organização interna do IPDJ, I.P. é composta pelo Conselho Nacional do Desporto e Conselho Nacional da Juventude. No que respeita à organização e funcionamento fazem parte do IPDJ, I.P. o presidente, vice-presidente nas áreas do desporto, juventude, gestão patrimonial, recursos humanos e financeiros, fiscal único e o conselho consultivo do IPDJ, I.P. A orientação da equipa, a transparência e a representação do Instituto são funções exercidas pelo presidente. Os vice-presidentes exercem as competências delegadas pelo presidente e se necessário a substituição do órgão devido a ausências ou impedimentos. O conselho consultivo do IPDJ, I.P., funciona como órgão de consulta para apoiar e participar nas definições no que concerne aos programas e ao papel do Instituto⁸.

Neste sentido as unidades orgânicas estão divididas em departamentos, sendo estes: o departamento de informação, comunicação e relações internacionais, departamento de recursos humanos, financeiros e patrimoniais, departamento jurídico e de auditoria, departamento de desporto, departamento de juventude, departamento de infraestruturas, departamento de formação e qualificação, departamento de medicina desportiva, Centro desportivo nacional do Jamor e as direções regionais.

As Direções Regionais são responsáveis por assegurar e acompanhar as atividades e projetos delineados pelo IPDJ, I.P. na região onde estão representados.

Figura 6 - Organização da DRAL, IPDJ, I.P.⁹



Fonte - Própria

⁸ Informação consultada no Diário da República, 1.ª série — N.º 182 — Dec. Lei n.º 98/2011, 21 de Setembro de 2011

⁹ Informação consultada no sítio de internet: <http://www.idesporto.pt/conteudo.aspx?id=15>, acessado a 23 de Agosto de 2016

4. Contextualização do Estágio

Aqui apresentamos os objetivos em torno da intervenção realizada no estágio. Foi realizada a apresentação e discussão dos programas que o IPDJ, I.P. promove e os seus cronogramas por parte da coordenadora do estágio. Daí surgiu a possibilidade de investigar o “Parlamento dos Jovens” e, posteriormente sugerir intervenções no âmbito da participação cívica do universo jovem (público-alvo do programa: ensino básico e secundário). Assim temos como objetivos gerais: diagnosticar e propor intervenções para implementar nos programas na região do Algarve. Em termos específicos salientamos os objetivos: i) apurar a incidência de participação dos jovens em programas destinados à participação política; ii) descrever o papel da escola enquanto formador para a cidadania; iii) avaliar o impacto do Programa “Parlamento dos Jovens” no público-alvo na região algarvia; iv) apresentar propostas de melhoria do programa no território algarvio.

Ao longo dos oito meses de estágio curricular no Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P., foram diversas as oportunidades em participar e organizar em conjunto com os técnicos, as atividades dos programas desenvolvidos pelo Instituto no distrito de Faro. A atuação no Instituto foi além do acompanhamento e diagnóstico do programa “Parlamento dos Jovens” como teria sido estipulado inicialmente.

Na área do desporto desenvolvemos e participamos em Marchas Corridas que se encontram sob a alçada do Programa Nacional de Marchas, com o intuito de promover hábitos de vida saudáveis em conjunto com as autarquias ou municípios locais.

Tabela 1 - Atividade do programa "Desporto"

Área de Incidência	Atividades desenvolvidas	Objetivos	Público-alvo	Local	Cronologia
Desporto	Acompanhamento das Marchas Corridas; Recolha de informação dos participantes	Promoção de hábitos de vida saudáveis; Divulgação de informação sobre o Instituto; Recolha de dados sobre os participantes	Faixas etárias dos zero anos aos noventa anos	Quarteira, Carvoeiro, Portimão, Vila Real Santo António, Estoi, Martim Longo, Fuseta, S. Brás de Alportel, S. Bartolomeu de Messines, Benafim, Pechão, Porches	Todos os domingos durante os oito meses decorrentes do estágio

Fonte - Própria

No que concerne à área da juventude foram diversos os programas que foram desenvolvidos, tais como: o Programa “Parlamento dos Jovens”, concurso “Euroscola”, Programa “Namorar com Fair Play”, dinamização do papel do Instituto na “Semana Académica do Algarve” e Formação “Faz-te Ouvir!”. Outro dos programas desenvolvidos foi o concurso “Euroscola” do qual pertenci ao júri de mesa, que tinha como principal função a avaliação dos projetos desenvolvidos pelos jovens. Nas tabelas seguintes apresentamos em detalhe as atividades desenvolvidas, os respetivos locais e público-alvo.

Tabela 2 - Atividade do programa "Namorar com Fair Play"

Programa “Namorar com Fair Play”				
Objetivos	Atividades desenvolvidas	Público-alvo	Local	Cronologia
Sensibilizar os jovens sobre problemáticas relacionadas com a Violência – Namoro, <i>Bullying</i> , Igualdade de Género – através de ações de sensibilização em todo o distrito de Faro;	Preparação da sala e contato com a entidade que formava os jovens: Preparação e dinamização das ações de sensibilização aos jovens; Preparação do material de informação sobre a problemática em questão; Recolha de dados sobre os jovens nas ações; Elaboração da comunicação aos voluntários.	Público-alvo dos dez anos aos vinte anos	Faro, Quarteira, Albufeira, Lagoa, Lagos, Portimão, Vila Real, St. António, Alcoutim, Olhão, Loulé, Silves	Um de Outubro a catorze de maio, (quatro a seis sessões por mês)

Tabela 3 - Atividade do programa "Parlamento dos Jovens"

Programa “Parlamento dos Jovens”			
Atividades desenvolvidas	Público-alvo	Local	Cronologia
Preparação, dinamização e apoio logístico da Sessão Distrital do secundário e básico com os técnicos; Organização do material a distribuir aos jovens, e professores; Acompanhamento das Sessões Escolares; Dinamização da sessão de esclarecimentos à comunidade escolar na DGEE; Implementação dos questionários e entrevistas ao público-alvo.	Jovens participantes no ensino básico e secundário	Vila Real, Santo António, Faro, DRAL, IPDJ, I.P, Caldas de	Um de Outubro a catorze de Maio

		Monchique	
--	--	-----------	--

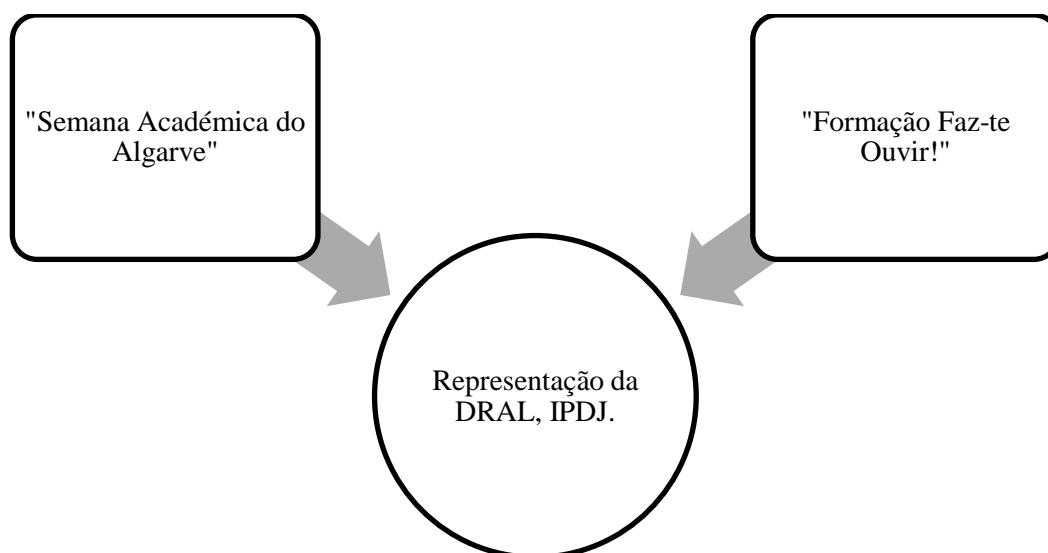
Tabela 4 - Atividade do programa "Euroscola"

Programa "Euroscola"			
Atividades desenvolvidas	Público-alvo	Local	Cronologia
Dinamização da Sessão "Euroscola"; Avaliação dos trabalhos apresentados pelos jovens participantes.	Jovens do ensino secundário	Sede da DRAL, IPDJ, I.P	Decorreu no dia oito de Março de dois mil e quinze

Fonte - Própria

Por último apresentamos as atividades que tiveram em comum a representação do IPDJ, I.P, ocorrendo em diferentes locais do país. Em Lisboa decorreu a Formação "Faz-te ouvir!", – que decorreu nos dias dezasseis a vinte e um de Outubro - e em Faro a "Semana Académica" – que decorreu de dois de maio a oito de maio. Estas atividades tiveram como público-alvo dirigentes de associações e técnicos do IPDJ e alunos universitários. No que respeita à atividade desenvolvida todas as segundas feiras ao longo dos oito meses de estágio esta visava o atendimento telefónico e prestação de esclarecimentos à comunidade na Loja Ponto Já na DRAL.

Gráfico 1 - Atividade desenvolvida segundo Objetivo comum



Fonte - Própria

5. O Programa “Parlamento dos Jovens”¹⁰

O programa “Parlamento dos Jovens” é preconizado pela Assembleia da República dirigida a jovens do segundo e terceiro ciclo do ensino básico e secundário. São diversos os temas que o programa preconizou ao longo das diversas edições.

O programa tem como objetivos:

Incentivar o interesse dos jovens pela participação cívica e política; Sublinhar a importância da sua contribuição para a resolução de questões que afetam o seu presente e futuro individual e coletivo, fazendo ouvir as suas propostas juntos dos órgãos do poder político; Dar a conhecer o significado do mandato parlamentar e o processo de decisão da Assembleia da República, enquanto órgão representativo de todos os cidadãos portugueses; Incentivar as capacidades de argumentação na defesa das ideias, com respeito pelos valores da tolerância e da formação da vontade da maioria (Regimento do Parlamento dos Jovens: Secundário, 2015, p. 5).

O programa é dividido em três fases que decorrem em diferentes locais. A primeira fase decorre nos estabelecimentos escolares com início ao debate do tema em vigor. A segunda fase realiza-se nas Direções Regionais, ou por ventura, em espaços disponíveis dos parceiros do programa e a terceira fase com a Sessão Nacional que tem lugar na Assembleia da República.

Os participantes – jovens, professores, estabelecimentos escolares - deste programa, participam voluntariamente. Os jovens têm que estar inscritos no sistema educativo do décimo ano ao décimo segundo ano, do universo público, privado ou cooperativo. A decisão da inscrição é dependente de cada direção escolar, formalizando a sua inscrição através dos formulários de inscrição.

Na primeira fase - a Sessão Escolar - é definida a composição da Comissão Eleitoral Escolar, a quem compete a supervisão do processo eleitoral, a recolha dos cadernos eleitorais, admitir e publicitar as listas dos candidatos e definir o cronograma para as eleições da Sessão Escolar.

O número de mandatos depende do número de listas candidatas. Lista até dez deputados formam uma lista. Listas com participantes em número superiores a dez deputados

¹⁰ Fonte: Informação obtida no Regimento do Parlamento dos Jovens: Secundário, 2015

formam mais listas. Caso exista empate na votação repete-se a votação. Como factor de desempate é utilizado a média de idades mais baixas.

A campanha eleitoral é um procedimento que decorre na Sessão Escolar, de forma a promover as candidaturas, quer dos participantes ou apoiantes que definem medidas face ao tema em vigor. A votação das medidas e das listas é secreto. Após o encerramento das eleições para representarem o estabelecimento escolar na Sessão Distrital, concluem o processo com a elaboração da ata de votação e apuramento (Regulamento do Parlamento dos Jovens: Secundário, 2015).

Assim a Sessão Escolar tem como objetivo aprovar o Projeto de Recomendação do estabelecimento escolar, eleger os deputados e o candidato à Mesa da Sessão Distrital/Regional.

Os deputados têm como deveres: participar na discussão, votação, comparecer às reuniões da Sessão Escolar e respeitar o funcionamento da sessão e os representantes da Mesa de Voto e colegas. A Sessão Distrital/Regional tem como fundamento o debate e aprovação do Projeto de Recomendação do círculo eleitoral, eleição do porta-voz e votação de um tema a propor à Assembleia República para debate na próxima edição do “Parlamento dos Jovens”.

Para a eleição da presidência da Mesa Eleitoral na Sessão Escolar é realizada uma prova oral sendo selecionados conforme a avaliação dos técnicos da Direção dos Estabelecimentos Escolares e do IPDJ.

A Sessão Distrital visa o apuramento dos Projetos de Recomendação provenientes de cada Sessão Escolar. Isto implica a apresentação dos projetos, o debate na generalidade, votação na generalidade, votação na especialidade, redação final do Projeto do círculo eleitoral e, por fim, eleição dos deputados e porta-voz à Sessão Nacional.

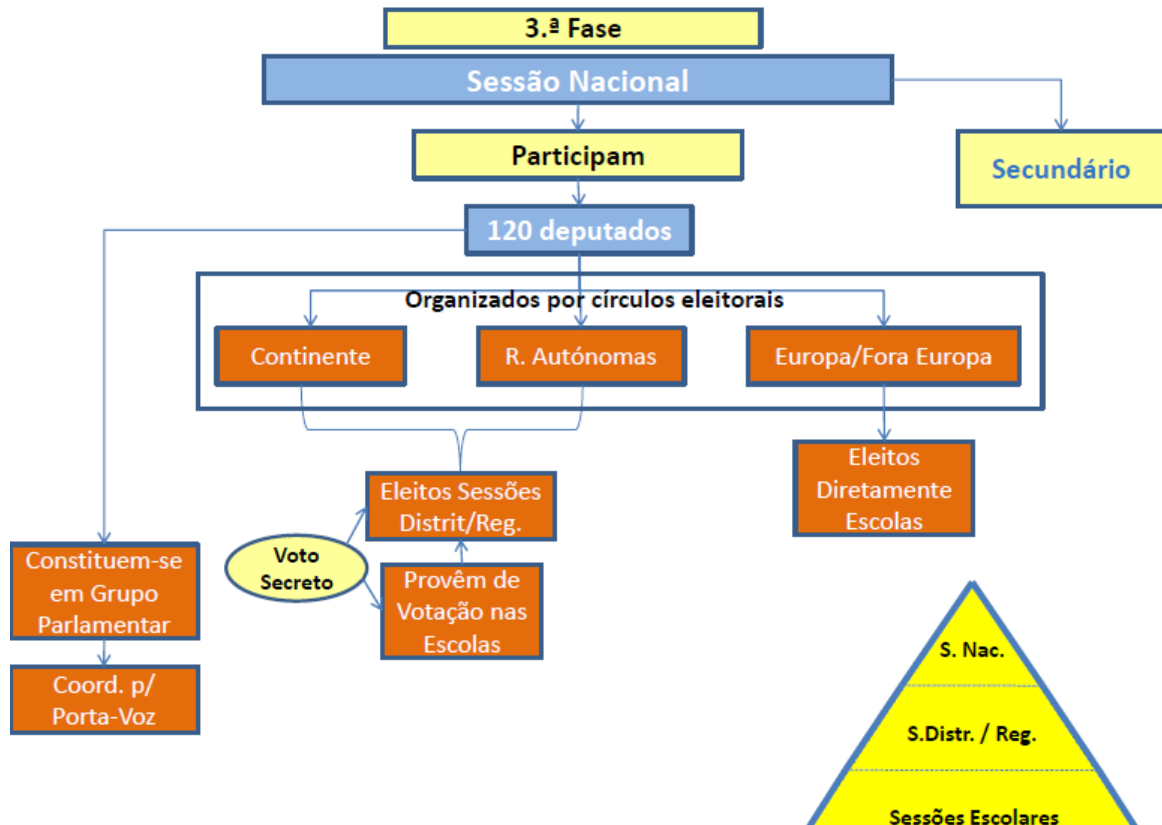
Na apresentação dos projetos os deputados defendem e explicam as medidas que apresentam. O debate na generalidade corresponde ao esclarecimento das propostas das diferentes escolas, para que seja votado, o Projeto com as medidas que reúnem as melhores condições para ser o Projeto de Recomendação do círculo. A votação na generalidade prende-se com a eleição das melhores propostas com base nos debates.

O debate e a votação na especialidade destina-se a discutir cada medida do Projeto-Base, podendo sofrer alterações ou aditamentos, no qual os jovens formam grupos de trabalho compostos por cada elemento de cada escola. Após estes procedimentos ocorre a redação final do Projeto do círculo eleitoral para informar o IPDJ e a Equipa Parlamentar dos Jovens na Assembleia da República. Posto isto, são distribuídos aos jovens boletins de voto com os nomes dos estabelecimentos escolares, procedendo à votação; os representantes do IPDJ e da

Direção dos Serviços Regional de Educação procedem à contagem dos votos. Compete aos professores assegurarem a disponibilidade dos jovens deputados para participarem nas Sessões.

Assim surge a última atividade do programa “Parlamento dos Jovens”, a Sessão Nacional, que apresentamos sucintamente na figura.

Figura 7 - Descrição da Sessão Nacional



Fonte - Regimento Parlamento dos Jovens: Secundário (2016)

A edição do ano 2015/2016 teve como tema “Portugal: Assimetrias litoral/interior, Que soluções?”. A edição contou com a participação de quatrocentas e cinquenta e oito escolas inscritas a nível nacional, na região do Algarve onde se cingiu esta investigação, participaram no total onze escolas, perfazendo um total de quarenta e quatro jovens e onze professores, que estiveram presentes na Sessão Distrital no auditório da sede da DRAL do IPDJ I.P. em Faro.

No início do programa estavam inscritas catorze escolas, das quais três escolas desistiram. As questões que levaram à desistência prendem-se com a falta de iniciativa por parte dos jovens a quem não queriam integrar no programa de forma voluntária, e por fim, por questões de saúde, um dos elementos da lista não podia comparecer e os seus colegas não seguiram com a inscrição no programa.

Para fomentar a participação a Direção-Geral de Estabelecimentos Escolares (DGEstE) e o IPDJ, I.P. recorreram a uma nova estratégia de mobilização, contactando todas as Escolas do Algarve a comparecerem na sessão de esclarecimentos do programa – com o objetivo de informar os professores sobre as oportunidades do programa – recorreram a testemunhos reais de professores e jovens que anteriormente participaram no Programa.

A calendarização das Sessões Escolares não permitiu o acompanhamento de todas as Sessões Escolares, visto que, ocorreriam ao mesmo tempo nas diferentes cidades Algarvias. Assim acompanhamos a Sessão Escolar da Escola de Vila Real de Santo António, e da Escola Secundária Pinheiro e Rosa e Escola Secundária Tomás Cabreira em Faro.

De forma a melhorar e avaliar a implementação do programa houve um conjunto de reflexões teóricas que dirigem a problematização do contexto e dos pressupostos de ação que lhes estão inerentes. As questões empíricas versam sobre a participação e envolvimento do público-alvo em programas ligados à cidadania ativa. Abordamos, também o papel da escola enquanto formadora para a cidadania e refletimos sobre os espaços e oportunidades para o exercício da mesma. Esta análise é empreendida no capítulo seguinte.

Introdução

Para explorar os objetivos específicos desta investigação apresentamos os contributos teóricos para a problemática específica da intervenção. O enquadramento teórico esclarece as diferentes abordagens e concetualizações do conceito de juventude. Posteriormente, face ao conteúdo empírico refletimos sobre a participação e as políticas públicas, realçando as oportunidades e obstáculos que o papel da escola e os intervenientes referem ao processo de aprendizagem no que respeita à cidadania e à construção de indivíduos críticos.

1. Diferentes conceções sobre a juventude

A definição de juventude é apresentada por diversos teóricos, como um conceito que envolve mudanças e adaptações e que está dependente do contexto e da história em que se preconiza. A juventude, enquanto conceito, diverge de abordagens e determinações. Segundo Boghossian & Minayo (2009), “o conceito de juventude compreende um momento do ciclo de vida e, simultaneamente, condições sociais e culturais específicas de inserção na sociedade” (Boghossian & Minayo, 2009, p. 413).

Anteriormente a Juventude era associada a uma faixa etária específica. Segundo a UNESCO, a juventude compreende a idade entre os 15 e os 29 anos. A ONU enquadra este universo no grupo etário dos 15 anos e 24 anos (Minayo & Boghossian, 2009). No entanto Esteves e Abramovay (2007) consideram que a faixa etária não é um conceito estável. Neste sentido, consideram a transitoriedade entre idades como algo variável.

Ribeiro (2004) define a juventude, como uma fase de transição da infância para a vida adulta. Costa (2000) associa a juventude às atividades pelas quais os jovens se dedicam, como a educação e o trabalho.

A juventude é uma construção social, na medida em que não existe um tipo de juventude mas – um conjunto diversificado de jovens – com diferenças ao nível de dificuldades, facilidades e poder nas sociedades. Como refere Abramovay & Esteves “originadas a partir das múltiplas formas, (...) na qual se conjugam, entre outros fatores, estereótipos, momentos históricos, múltiplas referências, além de diferentes e diversificadas situações de classe, gênero, etnia, grupo, etc.” (Abramovay & Esteves, 2008, p. 21). Em Pais

(2003) a juventude surge como categoria socialmente construída, albergando uma disparidade de significações sociais assumidas ao longo do contexto e do tempo histórico.

No que diz respeito às representações comuns que representam o universo jovem, Pais (1990), refere que a sociologia da juventude traduz e agrupa em duas linhas, o que se compreende por jovem:

- A juventude como “um grupo homogêneo”, no qual os jovens apresentam como característica vinculada – a vivência de uma determinada fase da vida -, ou seja, pertencer a um dado grupo etário;
- O caráter mais difuso, no qual é reconhecido a existência de “múltiplas culturas juvenis”, surgindo de diferentes situações como – socioeconómica, capital cultural, etc. – definindo a juventude para lá de um simples bloco, no qual a idade é característica fundamental. Nesta conceção a juventude apresenta-se como um grupo heterogêneo.

No que diz respeito aos processos sociais em que o universo jovem se envolve, segundo Minayo et al. (1999),

(...) é necessário recorrer à forma como expressam seus comportamentos, gostos, opções de vida, esperanças e desesperanças. As condições económicas, políticas e sociais determinam características peculiares para se entenderem não só os comportamentos individuais, mas, especialmente, os processos sociais em que os jovens estão envolvidos. A história, a tradição e a cultura contribuem para a expressão de seus valores (...) (p. 12).

Na perspectiva de Esteves et al. (2005) os jovens surgem como “o futuro das nações”, enquanto responsáveis pelo progresso de valores e práticas. Num sentido oposto o autor, refere que o universo jovem encontra-se interligado aos termos delinquência e criminalidade, que através das suas práticas sociais e comportamentais associam o conceito de juventude e o universo jovem à desresponsabilização na sociedade – potenciando o risco da integridade moral e física de uma sociedade (Esteves et al, 2005).Numa perspectiva similar Berquó (1999), relaciona a juventude como “período de exposição a condições de agravo de saúde – drogas, gravidez precoce, violência” (Ribeiro, 2004, Costa, 2000, Berquó, 1999, citados em Boghossian & Minayo, 2009, p. 413).

Na visão de Esteves (2005), aos jovens é inculcado a responsabilização do futuro, mas mutuamente são acusados de intervir de forma irresponsável no presente. Apesar de ser fomentada a esperança e a responsabilidade enquanto atores de futuro, ao mesmo tempo, são confrontados com o medo e desconfiança que a geração mais velha lhes atribui. Para além de estarem economicamente dependentes desta, a relação entre ambos consubstancia-se numa relação paternalista. Os jovens, não sentem liberdade para decidirem sobre as suas próprias vidas, conseqüentemente o clima de desconfiança pode levar ao desvio e a “transgressão criminosa”, surgindo a ideia, que colocam em causa a integridade física e moral de toda a sociedade. Como refere Paul Singer (2005):

(...) a juventude parece, pois, condenada à submissão ou ao desespero. Submissão não apenas aos pais e avós, aos patrões e governantes, mas também ao mundo deles. Nesse mundo, ensina-se nas escolas e nas igrejas (com raras e honrosas exceções) que é natural que os jovens obedeçam aos mais velhos, não só porque esses têm poder, mas porque têm experiência, sabedoria, ao passo que aqueles são impetuosos, impacientes, inexperientes e, coitados, muito ignorantes (p. 29).

No contexto empírico desta investigação, o IPDJ, I.P., preconiza programas para os jovens entre os catorze anos e os trinta anos. Formalmente o IPDJ, I.P. aplica os programas à faixa etária correspondente, apesar de a sua atuação não ser exclusiva, tornando-se flexiva em determinadas soluções.

2. Participação como elemento central para a construção de uma cidadania

A participação dos cidadãos tem sido base crucial para a vida democrática, favorece a influência individual nas decisões coletivas, das ligações sociais, e no sentimento de pertença a determinada comunidade local. É através da participação que o individual atua no coletivo afirmando assim o expoente máximo dos valores democráticos.

Assim, neste contexto, a participação diz respeito ao envolvimento dos jovens em assuntos do seu próprio interesse através da interferência em interesses coletivos, visando os atores estratégicos para o desenvolvimento, atuando e intervindo nas diversas áreas, tais como culturais, sociais, políticas e económicas; promovendo assim a transformação social, valorizando o respeito mútuo, os princípios da democracia, justiça e dos direitos humanos universais (FNAJ, 2010).

Diversos autores defendem que a participação cívica depende de vários fatores: Minayo & Boghossian (2009) defende que “desenvolve-se cada vez mais a noção de que a legitimação das políticas e dos espaços de garantia de direitos depende da adesão dos jovens de diferentes segmentos sociais e da qualidade de sua participação.” (p. 413)

Nirenberg, define que participar é “estar envolvido, tomar parte ou influenciar nos processos, nas decisões e nas atividades num contexto ou campo de ação em particular”. (citado por Minayo & Boghossian, 2009, p. 413)

Em 2005, a Rede Intra-americana para a Democracia afirmava que:

participar es ser parte, tener parte, tomar parte, y esto implica três condiciones básicas: involucramiento, compromiso y sentido de identidad. La participación tiene como fin influir, pero influir en los procesos de toma de decisiones que de alguna manera se vinculan con los intereses de los participantes y los recursos que la sociedad dispone para ello (RID, 2005).

A participação é denominada como um direito universal dos cidadãos, e surge ainda como uma forma de promoção da autonomia do sujeito e das comunidades, de facto é uma forma de contribuição para a transformação social podendo construir ativamente a sua cidadania. Como refere Bordenave (1994), a participação num sentido mais político, traduz-se num “ processo de desenvolvimento de consciência crítica e de aquisição de poder ” (p. 76).

A autora Sirvent aborda e distingue a participação em dois eixos, sendo estes, a participação simbólica, que se refere a “ações que exercem pouca ou nenhuma influência sobre a política e gestão institucional, e que geram nos indivíduos e grupos a ilusão de um poder existente” (Sirvent, 2004, p. 129). Por outro lado, a participação real diz respeito à influência efetiva de um grupo ou de uma instituição no processo de tomada de decisões perpetuando mudanças nas estruturas de poder. (Sirvent, 2004)

O’Donoghue, et al (2003) definem o conceito de participação em três eixos centrais. O primeiro eixo está relacionado com o papel ativo dos jovens, no envolvimento e planeamento de atividades de cariz público, o segundo eixo diz respeito à capacidade no processo de tomada de decisões em contexto organizacional que de forma sintética influenciam a vida dos sujeitos implicados, e por fim, o último eixo relacionado com os interiores faz referência ao acesso dos níveis económico, social e político.

Resumidamente, O’Donoghue (2003) afirma assim que a participação foca-se em três eixos que se podem descrever como a interferência direta dos jovens nas decisões de cariz

público que lhes dizem respeito, o que revela interesse dos jovens no processo criativo; o segundo eixo foca-se na oportunidade dos próprios jovens serem ativos na própria organização e transformação; o terceiro eixo dedica-se à própria transformação de que os jovens fizeram parte, na sua própria transformação de vida, tornando-se assim o objeto transformado no próprio transformador.

3. As políticas públicas para a juventude: orientações de participação juvenil e da juventude

As políticas públicas são o pilar para a redação e implementação de medidas de responsabilidade do Estado, pese embora sejam cada vez mais operacionalizadas com outras organizações. Dependendo do contexto, da história e do espaço temporal em que são programadas, é necessária a compreensão das suas origens para refletir sobre as suas perspectivas, interesses e trajetórias.

Na Europa, a área de política pública surge como consequência de teorias sobre o papel do Estado e dos Governos produtores por excelência de políticas públicas. Nos Estados Unidos da América, as políticas públicas, surgem do mundo académico, tendo como pilar os estudos sobre a ação dos governos (Dahl, 1982).

Não existe consenso, nem uma definição certa no que diz respeito ao conceito de políticas públicas. Peters (1986) refere-se à política pública, como a soma das atividades dos governos, que agem diretamente ou através de delegação, provocando influência na vida dos cidadãos. Lynn (1980) refere-se à política pública como um conjunto de ações do governo que poderão produzir efeitos específicos (Peters; Lynn citado em Friedmann, 1996).

O Estado surge como o expoente da ação política, visando a ordem social através de estratégias legislativas para dar resposta a conflitos e a situações que possam sugerir descontentamento na sociedade.

Nesta linha de pensamento, as políticas de Juventude têm como fundamento dar resposta aos problemas evidenciados pela juventude, e apresentar-se em duas esferas, a individual e coletiva (FNAJ, 2010).

Na esfera individual as políticas participativas da juventude devem englobar políticas públicas no âmbito da inserção profissional e combate à precariedade laboral juvenil no que concerne à habitação e à educação. No presente são diversas as medidas e programas que permitem dar resposta a situações de vulnerabilidade. No que respeita à vulnerabilidade da habitação, o IPDJ, I.P., enquanto instituto público, desenvolveu o programa de apoio aos

jovens, sendo este a “Porta65”. No que diz respeito à vulnerabilidade relacionada com os aspectos educacionais, encontramos na mesma entidade programas que pretendem informar, responsabilizar e consciencializar os jovens sobre a educação sexual, prevenção ao *Bullying* e violência no namoro, entre outros.

Com efeito, encontramos na esfera coletiva as políticas de informação, cujo objetivo é a construção da cidadania através de processos participativos e ainda de promoção associativa. A mesma entidade surge na sociedade com o objetivo de formar / consciencializar jovens sobre as oportunidades de participação. Estas políticas têm como orientações a transversalidade, “*empowerment*”, diversidade, aprendizagem social, proximidade (FNAJ, 2010).

No âmbito destes princípios, a transversalidade de juventude diz respeito a um campo interdependente recorrendo a uma estratégia que relacione as esferas coletivas e individuais, ao nível da saúde, participação, cultural e educação, em articulação com redes de trabalho incorporando distintas óticas ao nível social, setorial, de recursos e dinâmicas dos jovens.

O “*empowerment*” diz respeito à capacitação dos jovens, no qual geram espaços de autonomia em projetos pessoais e coletivos em que estes preconizam e são recetores na construção de políticas públicas. No que concerne à diversidade as políticas de juventude estão dirigidas a todo um segmento populacional, para que todos os jovens possam ter garantidos os seus direitos como a igualdade de oportunidades assegurando um acervo universal às medidas que são desenhadas para si.

As políticas de juventude devem ser orientadas para a aprendizagem social, para que a construção de uma cidadania jovem possa ocorrer através de experiências e do processo de tomada de decisões. Por conseguinte, os instrumentos que os jovens podem utilizar nas experiências podem resultar das vivência do seu quotidiano e da diversidade dos seus valores, permitindo articular com redes de trabalho (FNAJ, 2010).

A diversidade no conceito de juventude e as mudanças sociais no contexto temporal e histórico implicam do ponto de vista político a adaptação das transformações sociais, atendendo às desigualdades sociais, culturais, físicas do universo juvenil. Assim sendo, a garantia de igualdade de oportunidades de todos os jovens, contribuem para uma sociedade inclusiva, promovendo os seus direitos e estimulando-os para o cumprimento dos seus deveres.

Dentro desta perspetiva, as políticas são orientadas para a aprendizagem social, para a construção de uma cidadania jovem, onde a proximidade entre as práticas quotidianas, dentro da heterogeneidade da juventude, promovam diversidade nos valores e nos jovens a

capacidade no processo de tomada de decisão, abrangendo as componentes socioculturais, através da diversidade cultural, de valores e de ideais.

A construção de uma cidadania ativa pressupõe a participação do indivíduo. Marshall define cidadania como “*participação integral do indivíduo na comunidade política*”. Estabelecendo três tipos de direitos nomeadamente: i) os direitos civis em que são asseguradas as liberdades do indivíduo; ii) os direitos políticos, na qual a participação política é garantida pelo exercício do poder político; iii) os direitos sociais, em que o acesso ao bem-estar material encontra-se minimamente assegurado. Na lógica do autor, a cidadania surge como um processo cíclico. Desta forma, assegurados os direitos cívicos, o indivíduo automaticamente lutaria pelos direitos políticos, e conseqüentemente conquistaria os direitos sociais (citado em Amorim, 2007, p. 366). Noutra perspetiva, Santos (1979) refere:

Por cidadania regulada entendo o conceito de cidadania cujas raízes encontram-se, não em um código de valores políticos, mas em um sistema de estratificação ocupacional, e que, ademais, tal sistema de estratificação ocupacional é definido por norma legal. Em outras palavras são cidadãos todos aqueles membros da comunidade que se encontram localizados em qualquer uma das ocupações reconhecidas e definidas em lei (p. 75).

De facto quando se fala em “direitos”, a população associa a um conjunto de benefícios pessoais. Amorim (2007), apresenta a definição de cidadania política como “sinónimo de participação da população no exercício do poder político (uma participação livre, autónoma e não regulada e/ou cooptada)” p. 368. Enquanto direito, o cidadão pode usar a sua liberdade para participar (ou não) na esfera política. Dahl (1982) observa que nem todos os indivíduos se interessam em participar dos processos decisórios de modo ativo.

O exercício da cidadania através das políticas públicas permite aos jovens e à restante sociedade a promoção da participação, da tomada de decisões, e valores.

4. A democracia e a participação juvenil enquanto pilar do programa “Parlamento dos Jovens”

A democracia teve origem no grego *demokratia*, composta por *demos* cujo significado é povo e *kratos* que significa poder (Dicionário Priberam, obtido em: <http://www.priberam.pt/dlpo/demokratia>).

O autor Morlino (2002) define que uma saudável democracia é um regime “*presenting a stable institutional structure that realizes the liberty and equality of citizens through the legitimate and correct functioning of its institutions and mechanisms*”, sendo a igualdade e a liberdade um dos principais princípios da democracia ideal, igualdade política e social, juntamente com a garantia dos direitos são fundamentais para a democracia (Morlino, 2010, p. 1). Noutra perspetiva Schumpeter entende por democracia:

A democracia é um método político, ou seja, um certo tipo de arranjo institucional para se alcançarem decisões políticas - legislativas e administrativas -, e portanto não pode ser um fim em si mesma, não importando as decisões que produza sob condições históricas dadas (Schumpeter, 1961, p.19).

Por sua vez Friedmann (1996) assenta a democracia em valores como o voto ou a liberdade de expressão sendo estes um conjunto de direitos assumidos. Ao longo da leitura sobre a concetualização de democracia e os seus pressupostos, o mesmo autor sugere a democracia definida em três tipos, sendo estes, a democracia direta, a democracia representativa e por fim a democracia participada.

A democracia direta assume a vontade do povo em votar diretamente em cada assunto particular. Segundo Bobbio a democracia direta refere-se a “(...) todas as formas de participação no poder, que não se resolvem numa ou noutra forma de representação (nem a representação dos interesses gerais ou política, nem a representação dos interesses particulares ou orgânica)” (Bobbio, 1987, p. 154).

Por sua vez, a democracia representativa, surge como a eleição dos representantes do povo, em que tomam as decisões em nome daqueles que elegeram. Dahl (1982) apresenta-nos as origens da democracia representativa, mas além das origens, foca-se na democracia representativa que surgiu como forma de combater a corrupção. Como refere, o autor: “o governo representativo não se originou como prática democrática, mas como artifício pelo qual os governantes não-democráticos (principalmente, os monarcas) poderiam enfiar as mãos em valiosos rendimentos e outros recursos que desejavam, especialmente para fazer as guerras” (p. 118). Por conseguinte, a democracia participada, na opinião do autor, surge como forma de envolver todos os cidadãos no processo de “governar a si mesmos”, uma oportunidade de participação ativa nas decisões políticas e de não delegar estas mesmas decisões ao poder político, principalmente, quando este poderá ser influenciado pelos seus próprios fins e interesses. Dahl (1982) considera a democracia representativa como uma

conceção moderna da democracia mas baseada em valores medievais. Por outras palavras, valores praticados antes da revolução francesa, cujos ideais iluministas perduram até hoje. No entanto, apresenta entraves como o facto de ser pouco provável de ser aplicado a nível macro.

Segundo o autor nem todos os cidadãos têm competência e interesse em participar nas decisões políticas, e mesmo que o tenham, é pouco provável que o consigam a nível tão macro, logo, este tipo de democracia é recomendada a nível micro, nas palavras do autor, “o tamanho importa”,

Quanto menor a unidade democrática, maior seu potencial para a participação do cidadão e menor a necessidade de que os cidadãos deleguem as decisões do governo a representantes. Quanto maior a unidade, maior sua capacidade para tratar de problemas importantes para seus cidadãos e maior a necessidade dos cidadãos de delegarem as decisões a representantes (Dahl, 1990, p. 125).

Friedmann (1996) relaciona a democracia participada como parte de desenvolvimento alternativo, pelas discussões de reivindicação políticas. Esta reivindicação foca-se em lutas fortemente inter-relacionadas, tais como, “fortalecendo o significado e a realidade da comunidade política”, “desenvolvendo o poder estatal efetivo a níveis de governação regionais e locais”, “aumentando a autonomia política da comunidade sobre o seu espaço de vida.” (p. 82). Nesta perspetiva surge o conceito de cidadania relacionado com o desenvolvimento alternativo. Nas palavras do autor,

a cidadania é um conjunto de direitos obrigações que envolvem todos os membros virtuais de uma comunidade política, sem olhar a género, idade, etnicidade, nível de educação, religião, ou qualquer outro critério que possa ser utilizado para restringir uma pertença responsável e excluir cidadãos do exercício sem barreiras de direitos políticos e deveres cívicos (Friedmann,1996,p.82).

Marcelino (2006) refere que a participação formal está programada e baseia-se em rituais cujo objetivo são os interesses de cariz eleitoral, constituindo-se assim uma “participação pseudo”. Para haver democracia, salientamos o respeito que se deve ter face às opiniões, ideais e valores dos outros, assumindo uma componente participativa em vez de um sentido de delegação no que concerne à tomada de decisões. No qual o sentido crítico permite

ao indivíduo cingir-se a uma educação baseada e projetada para o dever de participar nos assuntos públicos e atividades do quotidiano (p.418).

A participação da juventude, grosso modo, é um processo em que os jovens têm como aspiração influenciar e partilhar o controlo e responsabilidade através do processo de tomada de decisões e dos próprios recursos que lhes afetam. O jovem é considerado um ator estratégico do desenvolvimento, enquanto cidadão ativo, por participar e tendo como base na sua atuação, os princípios da democracia, da justiça social, recorrendo á não-violência e ao respeito mútuo (O'Donoghue, et al 2003).

O programa “Parlamento dos Jovens” apresenta um paralelismo. De certo modo o programa visa a replicação e a representação dos representantes do Parlamento, mas atua ainda numa democracia participativa, no qual, os jovens envolvidos debatem de forma autónoma e voluntária sobre os assuntos em ordem de discussão.

O desenvolvimento de ações ao nível regional, nacional e internacional tem por objetivos a construção e promoção da cidadania ativa pelos jovens. Os programas destinados aos jovens possibilita-lhes atuarem de acordo com os seus interesses e áreas preferenciais.

O programa “Parlamento dos Jovens” atua na área da política da juventude fazendo parte integrante da agenda pública recorrendo à participação legal do sistema representativo através da construção de medidas sobre determinado tema e pelo processo eleitoral que processa através do voto.

A construção ou melhoria das medidas possibilita aos jovens participantes, neste programa, a experimentação do papel de atores políticos, promovendo medidas que possam originar alterações ao nível institucional do Estado.

A participação social é representada pela partilha, respeito, e atuação pelos intervenientes, que em termos gerais, diz respeito ao poder da influência que estes atores políticos podem ter com a sua intervenção nos espaços públicos, organizações presentes na sociedade e de que fazem parte.

A participação na vida escolar e a integração no programa recorrendo à educação não formal, permite os jovens envolverem-se em causas e iniciativas que tem como cerne a transformação social.

5. A escola enquanto agente de promoção de cidadania

A sociedade em que nos encontramos tende, cada vez mais, a assumir-se como sociedade informada, em constante formação e de aprendizagem ao longo da vida. A

educação surge como um “bem essencial” para a formação e aprendizagem em conformidade com as desigualdades sociais, económicas e culturais em que vivemos.

O Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional para a Educação, delimita os quatro pilares da educação, a saber:

aprender a fazer, para poder agir sobre o meio envolvente; aprender a viver juntos, a fim de participar e cooperar com os outros em todas as atividades humanas; finalmente aprender a ser, via essencial que integra as três precedentes” (citado em Delors et al., 2003, pp. 77).

A escola não pode limitar-se à transmissão de valores, mas sim possibilitar o desenvolvimento de conhecimentos e competências, permitindo a transformação social. Aos professores cabe a principal função e responsabilidade na formação e preparação de indivíduos, no que respeita, a educar as crianças para serem elementos ativos, participativos na mudança e transformação social.

A escola assume um papel duplo, surgindo em primeiro plano o papel do ensino, e em segundo o desenvolvimento de competências cidadãs. Por conseguinte, a escola assume uma missão cívica, cujo foco promove o desenvolvimento pessoal e social dos jovens. É um espaço onde os jovens passam o seu maior tempo, no qual são confrontados com diferentes culturas, comportamentos, valores e ideias. Nesta linha, e apesar de não ser o seu objetivo primordial, a escola promove competências ao nível da educação cívica, do processo de desenvolvimento dos conhecimentos, atitudes e comportamentos políticos e cívicos (Roldão,1999).

Pires (2001) define a “Educação para a Cidadania é uma referência omnipresente no discurso atual dos responsáveis pelo sector educativo” (p.179), logo a promoção para a cidadania faz parte das preocupações centrais do sistema educativo e dos Estados democráticos. A Declaração Universal dos Direitos Humanos, adaptado pela ONU em 1948, refere que a “educação deve visar a plena expansão da personalidade humana e reforço dos direitos do homem e das liberdades fundamentais”¹¹. O desenvolvimento dos indivíduos, através da garantia dos seus direitos e deveres, surgem assim, como foco da educação. Por sua vez, a Convenção dos Direitos da Criança, considera que a educação deve ser assegurada pelos Estados, através da promoção e respeito pelos Direitos Humanos, na qual, as crianças são preparadas para a vida adulta, numa sociedade democrática.

¹¹ Fonte: Declaração Universal dos Direitos Humanos (ONU) (1948) - (artigo 26º, alínea 2) (artigo 9º)

Em Portugal, a Lei de Bases do Sistema Educativo¹², esclarece que a educação

promove o desenvolvimento do espírito democrático e pluralista, respeitador dos outros e das suas ideias, aberto ao diálogo e à livre troca de opiniões, formando cidadãos capazes de julgarem com espírito crítico e criativo o meio social em que se integram e de se empenharem na sua transformação progressiva (artigo 2).

No mesmo contexto, diversos estudos demonstram que esta instituição apresenta resultados relativos quanto ao seu papel na promoção do desenvolvimento de aptidões políticos. Como refere Torney-Purta (2002) são “ensinados conteúdos políticos e competências de literacia política, onde se assegura e proporciona um clima de sala de aula aberto para a discussão de diversos assuntos, enfatizando-se a importância do processo eleitoral e encorajando uma cultura de escola participativa” (p. 203).

A própria organização do sistema de ensino, o projeto educativo e as atividades que surgem através do envolvimento dos estudantes e da comunidade local, promovem e assentam em práticas democráticas podendo contribuir para a aprendizagem de atitudes e entre jovens (Hahn, 1998).

A prática de experiências democráticas em contexto escolar promove nos alunos a consciência, atitudes cívicas e críticas. Para tal, as oportunidades de desempenho e construção de relações formais e informais, devem ser fomentados através de experiências participativas que se tornam essenciais no desenvolvimento de consciência e atitudes cívicas. Os alunos, os educadores e todos os responsáveis pela educação, responsáveis pela formação, profissionalismo e humanismo, em contexto escolar, são preconizadores quanto ao incentivo, à participação e à presença dos jovens nos processos de tomada de decisões.

¹² Lei de Bases do Sistema Educativo, (Lei n.º 46/86, de 14 de Outubro)

Introdução

Este capítulo tem como objetivo clarificar aspetos de natureza metodológica que norteiam esta investigação. A investigação qualitativa esclarece o paradigma de investigação, sendo apresentado o método investigação ação, no qual, se baseou a intervenção com os jovens e o Programa, recorrendo a métodos quantitativos e qualitativos. No que diz respeito às técnicas de recolha de informação, como as entrevistas semiestruturadas, os inquéritos por questionário, as conversas informais, são desenvolvidos conceitos, objetivos, vantagens e desvantagens e a descrição da implementação em contexto prático. Por fim, é referenciado o método de análise de dados incluindo todos os processos adotados e cuidados necessários para a recolha de dados.

1. Método: Investigação-Ação

De acordo com os objetivos de investigação e o paradigma em que se insere, o método que melhor se enquadra durante este processo é o da investigação ação.

A investigação ação é uma metodologia de pesquisa, aplicada e prática, tendo como objetivo a necessidade de resolver problemas em contextos reais com a comunidade. Ainda como principal foco, este tipo de método, visa a transformação da realidade, permitindo a produção de conhecimentos com base nestas transformações. A total transformação da realidade do programa “Parlamento dos Jovens” é complexa. Procurou-se diagnosticar os principais obstáculos à participação neste tipo de programas, contando assim, com a implementação de novas estratégias em torno da divulgação do programa. No que diz respeito à intervenção com a comunidade escolar, esta teve como principal foco a identificação dos problemas de motivação dos docentes e os constrangimentos existem no sistema educativo em relação à implementação dos programas destinados aos jovens.

De acordo com Bogdan e Biklen (1994), “a investigação-ação consiste na recolha de informações sistemáticas com o objetivo de promover mudanças sociais”. Em resumo, este método serve para agir, resolver problemas específicos identificados com a finalidade de modificar a realidade e tentar mudar comportamentos dos atores envolvidos no contexto em causa (p.292).

Desta forma a investigação decorreu com a perspetiva do investigador, intervir com / para os jovens e professores e técnicos do IPDJ, I.P. através da identificação dos problemas conceptuais e avaliação do programa, determinando assim as propostas de resolução do programa “Parlamento dos Jovens”.

A investigação-ação contempla os seguintes elementos:

(i) é participativa e colaborativa, visto que, implica todos os elementos interventivos no processo. O investigador implica-se na investigação, sendo considerado um co investigador, que investiga com as pessoas;

(ii) é prática e interventiva, de modo a que, não se limita a descrever a realidade, intervém sobre essa mesma realidade;

(iii) é uma investigação cíclica, uma vez que existe um entrelaçar entre a teoria e a prática, envolvendo ciclos. Estes ciclos consistem nas três diferentes fases da investigação ação, sendo estes: i) planificação, em que é definido o problema e o projeto; ii) ação em que é implementada a ação e a observação do contexto e do fenómeno em estudo, e por fim, iii) reflexão, onde se avalia o problema ou fenómeno estudado. Se a investigação estiver concluída dá-se por terminado o primeiro ciclo, caso contrário, inicia-se o segundo ciclo, percorrendo novamente as mesmas fases anteriormente explicitadas, sendo cíclica a investigação ação (Kuhne, G. W., & Quigley, B. A. , 1997).

(iv) É crítico, uma vez que os intervenientes atuam como agentes de mudança, sendo críticos e autocríticos, onde o seu ambiente pode ser alterado, sendo transformados no processo.

(v) Auto avaliativa, visto que, constantemente ocorrem modificações permanentes sujeitas a avaliações, na qual a perspetiva de adaptabilidade e de produção de novos conhecimentos, produz a reflexão em torno do contexto onde se insere (Cohen & Manion, 1994; Descombe, 1999).

2. Triangulação metodológica

Dentro desta investigação existem diferentes métodos diversificados que possibilitam diferentes combinações. Para Strauss e Corbin (1990) a investigação qualitativa abrange qualquer tipo de investigação visto que os resultados podem ter diferentes formas de recolha, estes podem ser obtidos através de entrevistas, observação, registos de vídeo, não podendo ser

recolhidos por procedimentos estatísticos, “mesmo que alguns dos dados possam ser quantificados (...) a análise deve ser qualitativa” (Strauss & Corbin, 1990, p. 17)

Neste seguimento, a triangulação segundo Lefrançois (1995) tem como base ser “uma estratégia para colocar em comparação dados obtidos com a ajuda de dois ou vários processos distintos de observação, seguidos de forma independente no seio de um mesmo estudo. O modelo da triangulação tipo é aquele em que se reúnem métodos qualitativos e quantitativos, sendo as regras processuais próprias de cada um escrupulosamente respeitadas” (citado por Reidy & Mercier in Fortin, 2000, p. 322).

Para Maxwell a triangulação “reduz o risco de as conclusões [de um estudo] refletirem enviesamentos ou limitações próprios de um método” pelo que conduz a “conclusões mais credíveis” (Maxwell, 1996, p. 75-76)

Denzin (1989) enumera quatro tipos de triangulação, a “triangulação por dados”, a “triangulação do investigador”, a “triangulação teórica”, e a “triangulação metodológica”.

A “triangulação por dados” - diz respeito à recolha de múltipla informação através de diferentes fontes, por outro lado, surge a “triangulação do investigador”, - demonstra que o fenómeno estudado é idêntico, mas os investigadores que recolhem os dados atuam independentemente, procedendo à comparação de resultados. Desta forma os investigadores conseguem comparar a sua influência sobre os problemas e os resultados de pesquisa. No que concerne à “triangulação teórica” ao utilizar diferentes teorias é possível interpretar um conjunto de dados, conseguindo verificar a sua utilidade e capacidade.

Por fim, na “triangulação metodológica”, são utilizados múltiplos métodos de recolha de informação para um determinado problema de investigação. Este tipo de triangulação é subdividida em dois tipos de triangulação, em primeiro plano, faz referência à “triangulação intramétodo”, cuja envolve a utilização do mesmo método em diferentes ocasiões, e em segundo plano, a “triangulação intermétodos” em que o objeto de estudo é o mesmo, mas o método de recolha de dados é diversificado. Dos vários tipos de triangulação sugeridos por Denzin (1989) e já referidos, ao longo desta investigação, foi utilizada a estratégia da triangulação metodológica. Face à utilização dos métodos qualitativos e quantitativos e diversas fontes de dados para obter uma descrição mais rica e completa da realidade recorreu-se a diferentes métodos: i) privilegiou-se a observação da participação dos jovens nos programas destinados a estes, ii) a aplicação das entrevistas semiestruturadas consistiu na recolha de dados face aos constrangimentos relacionados com as oportunidades de participação. Iii) a aplicação dos questionários aos jovens teve como intenção a recolha de

informação relativa à participação dos jovens em espaços físicos exteriores à escola e o seu conhecimento político; iv) a reflexão em torno da avaliação do programa “Parlamento dos Jovens” através dos objetivos e dos mecanismos utilizados por eles.

Através da utilização de diferentes tipos de dados, o investigador pode ter como resultado diferentes perspetivas, a partir das quais pode compreender melhor o contexto e desenvolver as suas características. Como anteriormente referido, a recolha de dados, através de múltiplas fontes e métodos diferentes possibilita conclusões mais credíveis do que a limitação da utilização de uma fonte de informação.

3. Investigação Qualitativa

Qualquer ato de investigação assenta num determinado paradigma revestido de características que os tornam particulares, identificáveis e controversos (Coutinho, Sousa, Dias, Bessa, Ferreira & Vieira, 2009). Considerando a problemática de intervenção e o contexto do local do estágio, o melhor método se considerou é a investigação qualitativa, sendo o objetivo central desta abordagem analisar o comportamento dos jovens face ao Programa “Parlamento dos Jovens” desenvolvido pelo IPDJ, I.P., I.P. conjuntamente com a Assembleia da República.

Quando nos referimos à investigação qualitativa referimo-nos a uma abordagem construtiva, naturalista e interpretativa, que se prende a uma visão holística do campo de estudo. A investigação qualitativa conduz à obtenção de dados de tipo narrativo, apresentando uma análise indutiva dos dados, em que o investigador é o principal “instrumento de medida” (Coutinho 1985, 2000). O contacto prolongado com o terreno, o interesse pelo processo e a importância atribuída ao significado – utilização de uma linguagem semelhante à dos participantes, por exemplo - são elementos que caracterizam a investigação qualitativa.

A autora Fortin (2000) refere que este paradigma qualitativo tem como foco central a descrição ou interpretação, assumindo a preocupação da “compreensão absoluta e ampla do fenómeno em estudo”. Desta forma o observador deve ter atenção, ao que deve observar, ao que descreve e como interpreta, “o meio e o fenómeno tal como se apresentam, sem procurar controlá-los” (p.22)

Nesta metodologia de investigação a validade e a ética são ingredientes chave durante todo o processo. De salientar que é importante ter o cuidado de garantir a validade da investigação. O investigador deve conseguir com o decorrer da investigação, adaptar-se às ocorrências que não consegue controlar. Após a consulta de dados oficiais, o

acompanhamento dos programas, e contexto quotidiano do estágio, evidenciou-se a fraca adesão dos jovens e a disponibilidade dos mesmos, sendo fatores que não se controlam. Dentro dos tipos de validade, a validade interna diz respeito a que os resultados estejam de acordo com a abordagem a testar, e a validade externa pressupõe que os dados obtidos na investigação possam ser aplicados em contextos similares (Lessard-Hébert et al., 1990). Em suma nesta investigação, a validade dos resultados apresentados aplicam-se ao contexto estando de acordo com abordagem a testar.

Para Erickson (1986) *“a responsabilidade ética deve andar a par com a preocupação científica numa investigação conduzida no campo”* (Erikson, cit. por Lessard-Hébert, Goyette e Boutin, 1994, p. 84). O investigador deve ter em atenção os significados, valores expressos pelos indivíduos da investigação. Desta forma os princípios éticos devem estar implícitos e orientar a investigação. Assim, o procedimento com os jovens e com os docentes, informadores-chave da investigação, baseou-se no esclarecimento dos objetivos e atividades da intervenção, informando sempre o que poderia implicar o seu envolvimento.

Outro dos critérios que foram tidos nesta investigação, refere-se à confidencialidade no decurso da investigação. Por conseguinte não foram tecidos comentários, nem divulgadas as informações fornecidas. Os intervenientes consentiram o tratamento de dados, estando garantido o anonimato, por via de formulário confidencial, que os envolvidos assinaram. Segundo Lessard-Hébert et al., (1990) um dos princípios éticos relaciona-se com a clareza, no qual, *“o investigador deverá possuir uma ideia clara das questões principais que orientam a sua investigação (...)”* (p.86)

O diagnóstico de necessidades é crucial para qualquer tipo de intervenção, neste caso, torna-se importante definir o conceito e objetivos subjacentes ao processo de identificação das necessidades, quer do instituto acolhedor quer do Programa *“Parlamento dos Jovens”*.

Para Ander-Egg o *“diagnóstico sociocultural é elaborado a partir dos dados recolhidos na investigação (...)”* (Ander-Egg, 1984, p. 29). Nas palavras de Isabel Guerra, um *“bom diagnóstico garante a adequabilidade das respostas às necessidades locais e é fundamental para garantir a eficácia de qualquer projeto de intervenção”* (Guerra, 2000, p. 131).

A partir do objeto de estudo desta investigação, foi necessário delimitar as técnicas de investigação na qual iria centrar-se. Assim sendo, as técnicas utilizadas ao longo desta, permitiram recolher informação diferenciada de diversos grupos que se encontram abrangidos no Programa *“Parlamento dos Jovens”*.

A utilização destas técnicas diretas e indiretas são delimitadas de acordo com o grupo envolvido nesta investigação. Desta forma, com os jovens foram utilizadas técnicas diretas,

que participaram no Programa “Parlamento dos Jovens”, e de igual forma, os docentes e não docentes envolvidos no mesmo, foram sujeitos a técnicas diretas mas de cariz distinto. A estes, foram aplicados ao longo do processo, entrevistas semiestruturadas, inquéritos por questionário e observação direta.

Segundo Bell, os “investigadores quantitativos recolhem os factos e estudam a relação entre eles” que por sua vez, os investigadores qualitativos “estão mais interessados em compreender as percepções individuais do mundo. Contudo, há momentos em que os investigadores qualitativos recorrem a técnicas quantitativas, e vice-versa.” (Bell, 2004, p. 19-20). Ao recorrer à investigação quantitativa, procuramos a medição rigorosa e controlada dos dados, assumindo uma realidade estável, procurando as causas do objeto de estudo de forma objetiva contrapondo com a investigação qualitativa.

4. Técnicas para recolha de dados

4.1 Entrevista semiestruturada

A entrevista é definida como um “processo de interação social entre duas pessoas na qual uma delas, o entrevistador, tem por objetivo a obtenção de informações por parte doutro, o entrevistado” (Warren, 2002 p.86).

Os participantes que fazem parte integrante das entrevistas têm um papel de criadores de significados que através das suas experiências ajudam a estabelecer contacto e a recolher informação a um conjunto de questões, não sendo simplesmente condutores de informação (Warren, 2002). Assim sendo, no contexto prático a entrevista iniciou-se em ambiente confortável, em locais eleitos pelos docentes por forma a promover a relação e interação entre entrevistado e entrevistador. Isto promoveu a obtenção de respostas a perguntas previamente estruturadas. Com o objetivo de alargar o conhecimento sobre a opinião do participante acerca de outros assuntos não premeditados, a entrevistadora permitiu que a entrevista decorresse ao ritmo das entrevistadas. Para Kvale, “a entrevista qualitativa é uma espécie de conversa guiada”, na qual o entrevistador ouve cuidadosamente o que está a ser dito (Kvale, citado em Warren, 2002 (p. 85).

De acordo com Spradley “o propósito de entrevistar é realizar interferências culturais, breves descrições de um dado mundo social analisado para padrões culturais e temáticos” (citado em Gubrium & Holstein, 2002 p.8). Qualquer demonstração física, emocional no decorrer de uma entrevista por parte do entrevistado, permite ao entrevistador recolher informações que permitam a análise de conteúdo enriquecida.

O planeamento da entrevista é um dos passos extremamente importante, onde se traça o objetivo a ser alcançado e delimitam as questões que se pretende fazer. Aqui tivemos em conta a disponibilidade dos entrevistados, clarificando que todos os dados são anónimos e o tratamento dos mesmos foi realizado por codificação. As entrevistas semiestruturadas foram debatidas, previamente à sua aplicação, com a orientadora de estágio da instituição e docente orientadora.

As entrevistas semiestruturadas foram realizadas a docentes participantes e/ou ex participantes no programa “Parlamento dos Jovens”. Estas participantes foram eleitas devido ao seu *know-how* e experiência com o programa e com o público-alvo do mesmo. Esta experiência permite enriquecer a investigação com dados fundamentais no que diz respeito ao desenvolvimento, aplicação e execução do programa e o nível de participação e adesão dos jovens ao mesmo. As entrevistas foram aplicadas a três docentes do ensino secundário, sendo que uma não se encontrava a participar na edição do programa 2015/2016. As entrevistadas demonstraram interesse e disponibilidade em participar nesta investigação.

A qualidade das entrevistas depende muito do planeamento feito pelo entrevistador. “A arte do entrevistador consiste em criar uma situação onde as respostas do informante sejam fidedignas e válidas” (Selltiz, 1987), p.644). O contexto em que decorre a entrevista contribui para o seu sucesso, no qual o entrevistador deve transmitir, acima de tudo, confiança ao informante. As entrevistas decorreram em espaços escolhidos pelas entrevistadas, nos estabelecimentos escolares, no qual se sentiam à vontade; foram aplicadas ao longo do estágio e no momento temporal em que decorriam as Sessões Escolares noutros estabelecimentos escolares segundo a disponibilidade das entrevistadas.

No que diz respeito ao guião das entrevistas semiestruturadas dividimos em dois blocos tendo em conta o objeto de estudo, o primeiro relacionado com a participação, mobilização e motivação dos docentes no programa “Parlamento dos Jovens”, e o segundo bloco administrado faz referência à divulgação e ao trabalho em conjunto com as parcerias e o IPDJ, I.P.¹³ Através desta técnica de recolha de informação, foi possível aumentar a esfera do objeto de estudo. Com o foco principal no programa “Parlamento dos Jovens” abordarem-se, temáticas como a participação, a cidadania, o papel da escola enquanto formador e espaço de promoção de cidadania, e por fim, os obstáculos sentidos pelos docentes.

¹³ O guião das entrevistas pode ser consultado nos anexos

Tabela 5 - Quadro das entrevistas

Dimensão	Categoria	Perguntas
Programa Parlamento dos Jovens	Compreender como foi o processo de inscrição no Programa Parlamento dos Jovens	Quais as motivações / objetivos que o levam a participar no programa Parlamento dos Jovens?
	Compreender o resultado da mobilização face ao Programa	Tendo em conta a sua função o programa parlamento dos jovens, como avalia a mobilização e divulgação do programa em si
	Conhecer os impactos da participação juvenil em contexto profissional	Tendo em conta a sua experiência qual a sua opinião sobre a participação dos jovens neste tipo de programa?
Participação dos Professores	Compreender as relações sociais entre os professores participantes	Se existe uma relação, existe um elo de ligação com os outros professores?
	Conhecer os constrangimentos, motivações.	Quais os principais constrangimentos?
Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P	Compreender o contacto com o IPDJ, I.P.; estratégias de mobilização	Sendo “professor responsável” na sua escola referente ao programa Parlamento dos Jovens como decorreu o elo de ligação com a Direção do IPDJ?
Motivação e participação / expectativas pessoais	Compreender os aspetos que levam à participação dos jovens, dos professores como	Como tomou conhecimento da realização do Parlamento dos Jovens? / Qual a sua

	aspeto estimulante para a participação; Conhecer as expectativas pessoais dos entrevistados/as relativamente ao programa Parlamento dos Jovens	motivação para participar no programa? / Na sua opinião, quais os aspetos se deveriam melhorar para que o programa pudesse ter mais jovens a concorrer em termos de mobilização?
--	---	--

Fonte - Própria

As técnicas de entrevista semiestruturada também têm como vantagem a sua elasticidade quanto à duração, permitindo uma cobertura mais profunda sobre determinados assuntos. Além disso, a interação entre o entrevistador e o entrevistado favorece as respostas espontâneas. Também permitem uma maior abertura e proximidade entre entrevistador e entrevistado, o que permite ao entrevistador abordar assuntos mais complexos e delicados - quanto menos estruturada a entrevista maior será o favorecimento de uma troca mais afetiva entre as duas partes. Assim este tipo de entrevista colabora muito na investigação dos aspetos afetivos e valorativos dos entrevistadores, que determinam significados pessoais.

Para a realização das entrevistas como instrumento de recolha de dados foi utilizado gravador áudio. Assim foi possível registar em sistema digital a entrevista com as participantes. Ao longo das entrevistas o registo das reações às entrevistadas foi anotado simultaneamente com o decorrer da entrevista. No que diz respeito à transcrição das entrevistas, todos os momentos de pausa e/ou de ênfase de discurso foram transcritos e codificados como as entrevistadas solicitaram. A codificação utilizada ao longo desta investigação foi a seguinte: P1, P2 e P3 – sendo correspondente às três entrevistadas, mantendo a anonimato.

4.2 Inquérito por questionário

Este questionário teve como objetivo a recolha de informação para dar resposta às questões que dizem respeito ao objeto de estudo, sendo assim, é fulcral definir o inquérito por questionário. Segundo (Quivy, 2003) o inquérito por questionário consiste

“Em colocar a um conjunto de inquiridos, (...) uma série de perguntas relativas à sua situação social, profissional ou familiar, às suas opiniões, á sua atitude em relação a

opções ou a questões humanas e sociais, às suas expectativas (...) ou ainda sobre qualquer outro ponto que interesse os investigadores” (p. 188).

Para a recolha de informação os questionários foram aplicados no dia da Sessão Distrital em que estão representados todos os estabelecimentos escolares da região do Algarve que concorreram. Tendo com amostra de investigação os jovens deputados e deputadas que participaram neste programa. As dimensões investigadas prenderam-se com a participação dos jovens em espaços físicos destinados aos jovens, o conhecimento político do universo jovem e a avaliação do programa “Parlamentos dos Jovens”. Os inquéritos foram analisados no programa SPSS, permitindo facilitar a análise dos dados quantitativos.

Como técnica de recolha de informação, tornou-se fundamental o planeamento, a execução e o tratamento de dados. No planeamento foi necessário delimitar o uso das perguntas, sendo que o questionário é composto por perguntas fechadas. De acordo com Hill & Hill, “o respondente tem de escolher entre respostas alternativas fornecidas pelo autor” (Hill & Hill, 2000) p. 93), no qual o autor apresenta como desvantagem o fato das “ (...) respostas conduzem a conclusões simples demais” (Hill & Hill, 2000, p. 94).

A principal vantagem desta técnica permite segundo o autor “a possibilidade de quantificar uma multiplicidade de dados e proceder, (...), a numerosas análises de correlação” (Hill & Hill, 2000, p. 189), o que permitiu, ao longo desta investigação, efetuar a análise de acordo com as perguntas realizadas ao público-alvo.

Ao aplicar esta técnica surgiram constrangimentos relacionados com o custo associado dos inquéritos, a disponibilidade e motivação dos jovens. Como refere Peretz, “(...) as pessoas podem formular respostas contrárias ao seu comportamento habitual, e pronunciarem-se ou sentirem-se obrigadas a adotar pontos de vista conformes ao que pensam ser a expectativa do inquiridor.” (Peretz, 2000, p. 24)

4.3 Observação direta

A observação direta foi uma das técnicas utilizadas no início da investigação, que permitiu recolher informação ao longo da intervenção. Os observados foram os alunos e professores participantes no programa “Parlamento dos Jovens”. A observação direta foi fulcral na Sessão Escolar, bem como em todo o trabalho desenvolvido ao longo do estágio curricular, nomeadamente na recolha de informação sobre a participação dos jovens nos programas do IPDJ, I.P. e nas entrevistas realizadas aos professores.

Esta técnica pretende que os indivíduos se comportem de forma natural, sem alterar e desviar a intenção e o desenvolvimento da ação (Peretz, 2000), permitindo ao investigador a recolha de informação e a correlação com os questionários aplicados.

Segundo Peretz, a observação “consiste em ser testemunha dos comportamentos sociais dos indivíduos (...) que podem conduzir a informações totalmente opostas às declarações das pessoas entrevistadas ou mesmo contrárias à opinião pública.” (Peretz, 2000, pp. 24-25).

A observação direta aplicada ao longo do estágio permitiu a recolha de informação em diários de campo, complementando as observações, conversas e ações que decorriam no trabalho de campo. Face às entrevistas, o diário de campo serviu para recolher informação dos comportamentos e atitudes das entrevistadas no decorrer da ação. A grelha de observação encontra-se na figura seguinte:

Tabela 6 - Grelha de Diário de Campo

Diário de Campo n°
Nome da atividade observada:
Data:
Local:
Descrição:
Comentários revelantes:

Fonte - Própria

4.4 Análise de dados

Após a descrição das técnicas de recolha de informação aplicadas no decorrer da investigação, descrevemos como efetuamos o processo de análise de dados e resultados. Aplicamos técnicas que resultam em dados quantitativos, como o inquérito por questionário.

As análises dos dados quantitativos dividem-se em três passos, sendo estes – “descrição e a preparação dos dados necessários para testar as hipóteses; depois, a análise das relações entre variáveis; por fim, a comparação dos resultados observados com os resultados esperados a partir da hipótese” (Quivy & Campenhoudt, 2003, p, 216).

Nas palavras dos mesmos autores “apresentar os mesmos dados sob diversas formas favorece incontestavelmente a qualidade de interpretações” (Quivy & Campenhoudt, 2003 p. 223).

O uso dos métodos quantitativos, segundo Ramos, (2013) serve para “descrever e/ou comparar características de grupos sociais, realidades, contextos ou instituições; estabelecer

relações causais; inferir resultados para uma população a partir de resultados obtidos em uma amostra” (p. 61). Desta forma a utilização dos dados quantitativos nesta investigação permitiu verificar os efeitos das diferentes variáveis dependentes ou independentes, refletir sobre a participação e o conhecimento político dos jovens através dos questionários, permitindo clarificar a amostra. Após a aplicação dos inquéritos por questionário procedemos ao tratamento dos dados, inserindo-os no programa SPSS, permitindo simplificar o processo de inserção de dados e posterior análise quantitativa. Foram utilizadas diferentes ferramentas do programa podendo comprar variáveis, como por exemplo, a idade segundo género.

A aplicação das entrevistas semiestruturadas e a observação fornecem dados qualitativos. A análise de conteúdo visou a análise das inferências dos participantes serviram para corresponder às necessidades de investigação.

Segundo Quivy & Campenhoudt, a análise de conteúdo “incide sobre mensagens tão variadas como obras literárias, artigos de jornais, documentos oficiais, programas audiovisuais, declarações políticas, atas de reuniões ou relatórios de entrevistas pouco diretivas” (Quivy & Campenhoudt, 2003 p.226). Os dados analisados são complexos, de menor número que os dados quantitativos, mas verificamos a intensidade e a pormenorização dos dados, permitindo uma análise completa face os problemas concetuais.

Este tipo de análise obrigam o investigador ao distanciamento, de modo, a conseguir analisar a partir das interpretações. A criatividade – na forma como são recolhidas as informações – e a profundidade dos dados, não é posta em causa devido a uma preparação rigorosa e fundamentada pelo corpo teórico.

Introdução

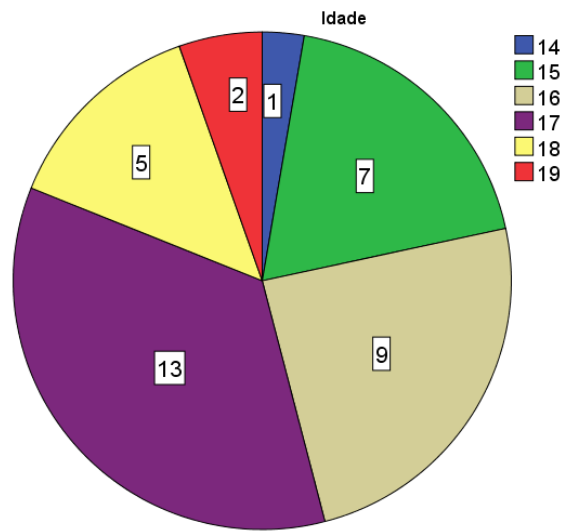
Neste capítulo são apresentados os resultados da investigação sobre o programa “Parlamento dos Jovens”. Os dados recolhidos, tendo como amostra os jovens e os docentes participantes, visam refletir sobre os problemas conceptuais desta investigação tais como: apurar a incidência de participação dos jovens no programa; avaliar o impacto do Programa “Parlamento dos Jovens” no público-alvo na região algarvia, e por fim, esclarecer os principais constrangimentos do papel da escola enquanto formador para a cidadania;

1. Caracterização da amostra de Investigação

A amostra da investigação contou com a participação de trinta e sete alunos, que estiveram presentes na Sessão Distrital do Programa “Parlamento dos Jovens”. Os professores participantes - responsáveis pela participação dos jovens - são adultos, licenciados a exercerem a sua profissão nos estabelecimentos escolares da região Algarvia. Contamos com a participação de onze professores, lecionando nas diferentes áreas científicas do ensino secundário. Por conseguinte contamos com a presença de professores que anteriormente participaram no programa mas também com novos participantes no programa.

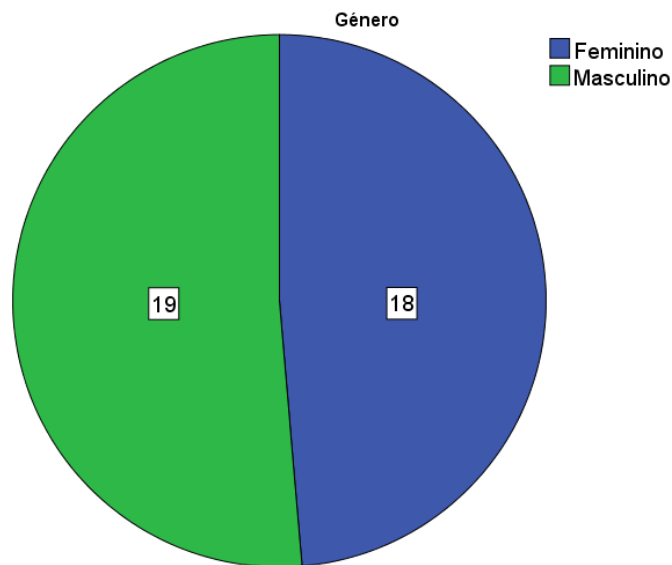
A faixa etária que participou em maior número correspondeu aos treze jovens com dezassete anos, nove jovens com dezasseis anos, sete jovens com quinze anos, cinco jovens com dezoito anos, dois jovens com dezanove e um jovem com catorze anos. Em relação à caracterização por género, constata-se, que participaram dezanove jovens de género masculino, e dezoito jovens do género feminino.

Gráfico 2 - Estudantes Inquiridos segundo Idade



Fonte - Própria

Gráfico 3 - Estudantes inquiridos segundo gênero



Fonte - Própria

Em relação à distribuição dos estudantes participantes segundo o ano de escolaridade que frequentam e a idade verifica-se uma representação maior dos que frequentam o décimo

primeiro ano, no entanto, é de ressaltar a expressão do décimo ano que além de ter uma representatividade de dezasseis alunos tem também alunos de todas as idades.

Tabela 7 - Estudantes inquiridos segundo idade e escolaridade

Idade	Ano de Escolaridade			Total
	10º ano	11º ano	12º ano	
14	1	0	0	1
15	7	0	0	7
16	2	7	0	9
17	4	7	2	13
18	1	3	1	5
19	1	0	1	2
Total	16	17	4	37

Fonte – Própria

1.1 Participação Cívica dos Jovens

Tendo em conta a questão empírica relacionada com a participação dos jovens em espaços promovidos pelas políticas de participação presentes na sociedade - como associações, clubes desportivos, movimentos sociais ou políticos inquirimos os participantes sobre a adesão a tais movimentos. Dos trinta e sete jovens inquiridos, vinte e um afirmam não participar ou fazer parte de qualquer organização. Dezasseis jovens afirmam participar. (Ver Gráfico 4)

Gráfico 4- Estudantes Inquiridos segundo Pertença a alguma Organização



Fonte - Própria

Na Tabela oito apresentamos a amostra dividida por género no que diz respeito à participação em movimentos sociais. Cruzamos, assim, duas variáveis dicotómicas. Dos dezasseis jovens que afirmam participar em alguma organização, apenas sete são do género feminino e nove do género masculino. Em contraponto dos jovens que responderam não fazerem parte de organizações, verifica-se maior incidência no género feminino com onze jovens, e por fim, dez jovens do género masculino, correspondendo a vinte e um jovens.

Tabela 8 - Estudantes inquiridos segundo participação e género

Género	Participas ou fazes parte de alguma organização?		Total
	Sim	Não	
Feminino	7	11	18
Masculino	9	10	19
Total	16	21	37

Fonte - Própria

Ao analisar a participação diverge segunda a idade: entre os dezasseis e dezassete anos a participação é maior enquanto que em idades mais jovens essa incidência diminui. (ver Tabela 9)

Tabela 9 - Estudantes inquiridos segundo Participação e Idade

Idade	Participas ou fazes parte de alguma organização?		Total
	Sim	Não	
14	0	1	1
15	3	4	7
16	5	4	9
17	6	7	13
18	2	3	5
19	0	2	2
Total	16	21	37

Fonte - Própria

Questionámos os jovens face aos espaços físicos e temporais que a escola disponibiliza para a participação em movimentos sociais. Estas organizações dizem respeito a associações juvenis, sociedades recreativas, clubes desportivos e partidos políticos.

Assim dos trinta e sete inquiridos apenas dezasseis jovens demonstram ter ligação a este tipo de oportunidades presentes na sociedade e na esfera global que permitem participar e desenvolver outro tipo de capacidades.

Ao cruzar os dados com as entrevistas semiestruturadas realizadas aos professores percebemos que vão ao encontro da escassa participação dos jovens/alunos e avançam razões para que tal aconteça: pressão da avaliação, burocracia e limitações espaço-temporais do estabelecimento de ensino.

A entrevistada P1 refere que os espaços educativos e o interesse dos jovens, dependem dos

“contextos em que hoje vivemos profissionalmente o contexto escolar é que é demasiado pesado, (...) aquele espírito democrático, aquele espírito mais livre, daquele espírito que o professor quer participar nos projetos está, está muito tenso muito apertado”, visando que, “ a escola podia ser mais ativa na divulgação (...) destes projetos, e devia haver um (...) maior empenho (...) pode ter haver, com o facto de vivermos numa sociedade muito competitiva portanto os jovens, também tem

os seus objetivos em termos do que, de notas, de exames, e portanto estarem muito muito, focados nessas questões” (P1)

A entrevistada refere ainda que os problemas em torno da participação em âmbito escolar derivam de ser “uma questão do contexto em que vivemos a das pressões externas sobre a escola e de uma falta (...)” e que os “(...) alunos com muito sacrifício e com uma noção que faziam um grande favor à professora”, e ainda alguns alunos lhe referiam

“não me fale nisso (Programa) que nós temos teste”, “havia a sessão escolar e os alunos desistem da sessão escolar porque no dia seguinte têm teste e quê e o outro desiste porque estava na campanha só para fazer companhia aos amigos e agora não que” (P1).

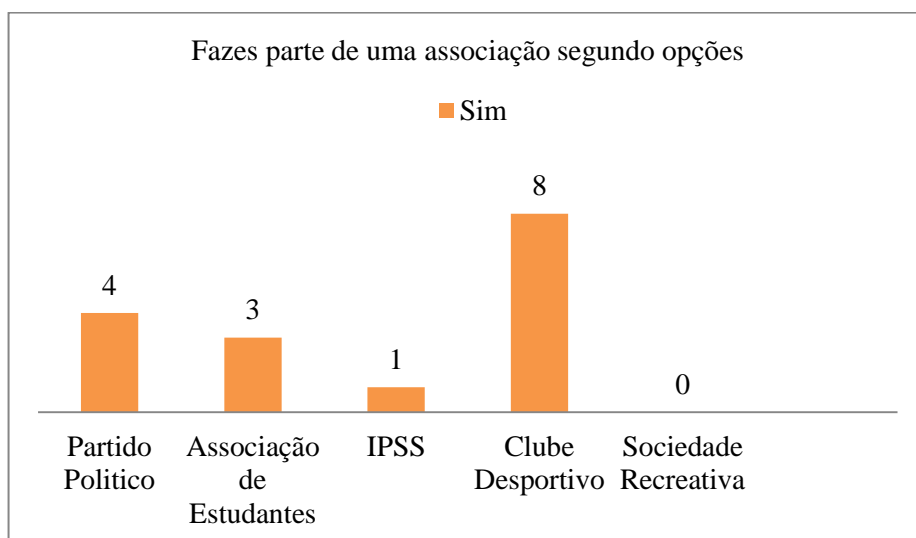
A entrevistada P3 refere sobre esta questão que

“torna-se difícil (...) porque isto como deve já ter-se apercebido implica sempre um trabalho extra (...) que nós (professores) já temos, quer em termos burocráticos, quer em termos didático pedagógicos, é difícil por um lado conseguir novos professores que adiram ao projetos e é também muito difícil aos alunos adiram de livre vontade, das duas uma ou são alunos que por si, já tem uma tendência para procurar outras atividades, que não são estritamente curriculares (...)”(P3).

As oportunidades de participação, o interesse dos jovens, e o papel da escola encontram-se dependentes do contexto político, social e económico. O acrescido volume de trabalho que o programa implica pode surgir complicações ao envolvimento de outros professores a participarem no programa. A competitividade e as pressões a nível do curriculum dos jovens surgem como um constrangimento à participação.

Apresentamos de seguida os dados relativos ao tipo de organização em que os jovens participam e quais os seus comportamentos no que diz respeito aos sufrágios para organizações de estudantes escolares. (Ver Tabela 10 e Gráfico 5)

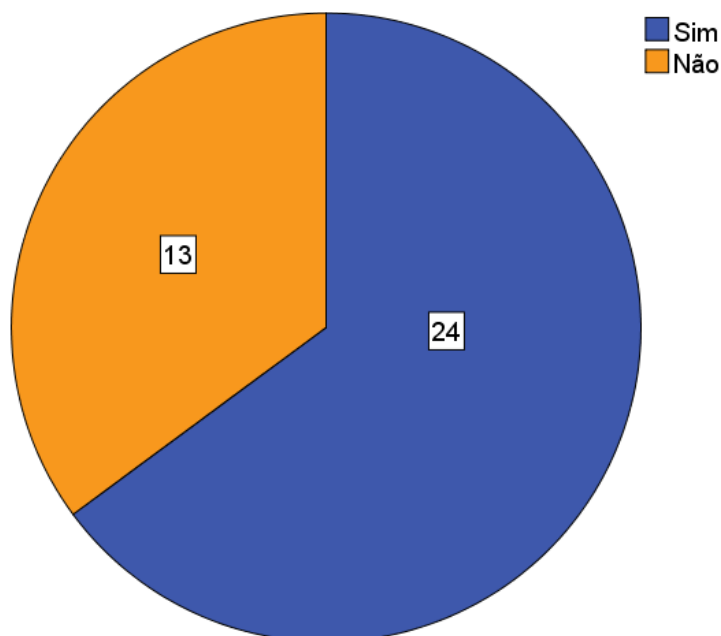
Tabela 10 - Estudantes inquiridos segundo Tipo de Organização do qual fazem parte



Fonte - Própria

Face à pergunta – Votas para a associação de estudantes da tua escola? – dos trinta e sete jovens inquiridos, vinte e quatro jovens afirmam votar na associação de estudantes do seu estabelecimento escolar, apesar dos treze inquiridos afirmarem não votar. Demonstrando uma participação efetivamente elevada.

Gráfico 5 - Estudantes inquiridos segundo Votação para a associação



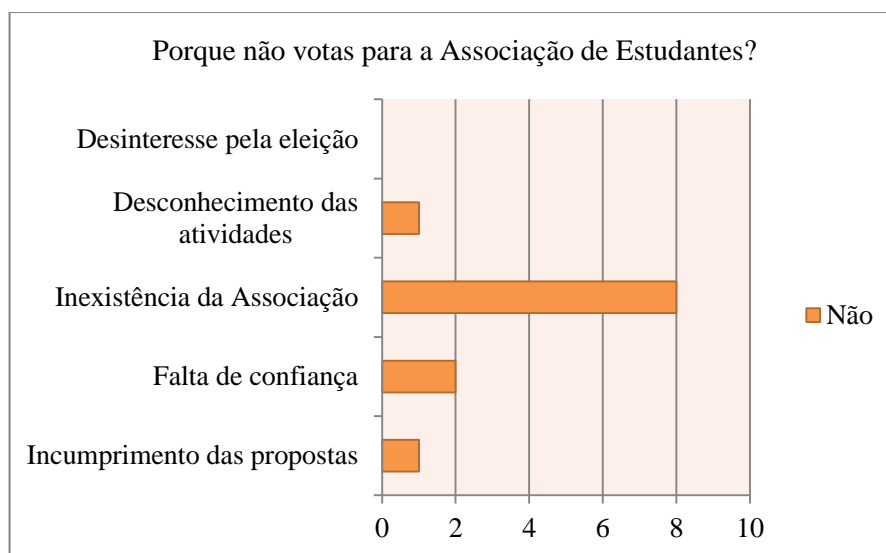
Fonte - Própria

1.2 Motivação dos Jovens e Professores

Aqui correlacionamos dados entre os inquéritos colocados aos jovens e as entrevistas semiestruturadas aos professores participantes para apurar desta forma as principais motivações para a não participação nos programas e/ou organizações de índole pública.

As principais razões apontadas pelos jovens são: incumprimento das promessas eleitorais, falta de confiança nos candidatos, inexistência da associação de estudantes, desconhecimento das atividades da associação, por fim, desinteresse pela eleição. (ver gráfico 6)

Gráfico 6- Estudantes inquiridos segundo Pergunta “Porque não votas para a associação de estudantes?”

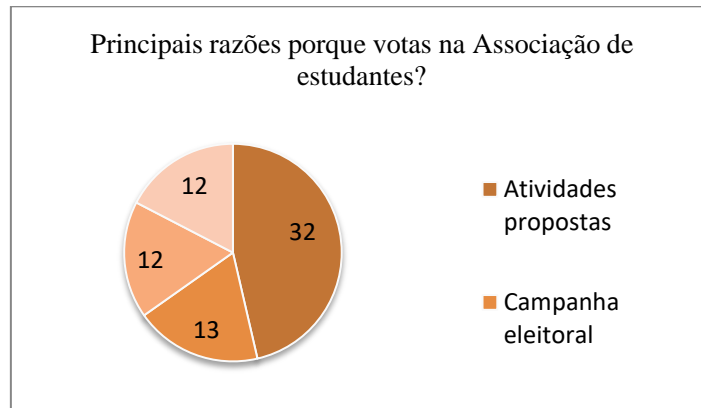


Fonte - Própria

Assim verificamos que os jovens apresentam dificuldades ao nível da confiança nas associações de estudantes e demonstram um desconhecimento profundo das atividades desenvolvidas pela mesma.

Em relação às razões que justificam o voto na associação de estudantes os jovens referem a importância das atividades desenvolvidas, no qual, a campanha eleitoral é fundamental para que conheçam os objetivos e tenham confiança nos elementos que constituem uma lista. (ver gráfico 7)

Gráfico 7 - Estudantes inquiridos segundo Pergunta “Quais as razões porque votas na Associação de Estudantes?”



Fonte - Própria

Vinte e oito jovens afirmam manifestar interesse na vida política. Assim questionamos os jovens sobre as suas perspetivas de futuro relacionadas com a intenção de voto. A aplicação dos inquéritos permitiu reunir dados que demonstram que os jovens afirmam estar interessados em exercer o seu direito de voto quando a atingirem a maioridade. (ver tabela 11 e gráfico 8)

Tabela 11 - Estudantes inquiridos segundo Pergunta “Tens interesse na política?”

Tens interesse na política?	Valores absolutos
Sim	28
Não	8
Total	37

Fonte- Própria

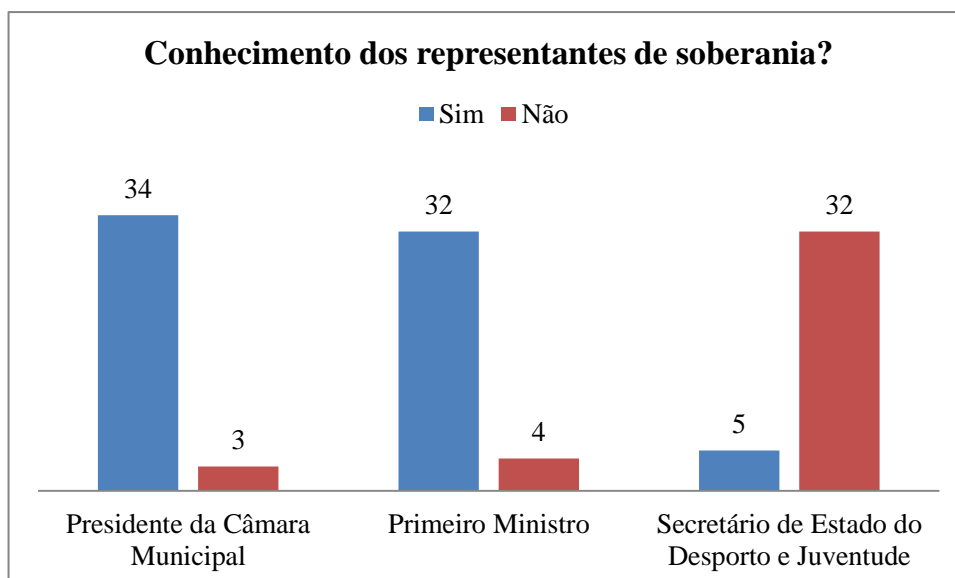
Gráfico 8 - Estudantes inquiridos segundo Perspetivas de Votação



Fonte- Própria

Face à análise da participação dos jovens nos espaços destinados aos mesmos, segue-se a análise do conhecimento face às identidades partidárias. A questão em análise prende-se com três questões relacionadas com o conhecimento do presidente da Câmara Municipal do Concelho de residência, conhecimento do representante de Primeiro-Ministro, e conhecimento do representante do Secretariado de Estado da Juventude e do Desporto.

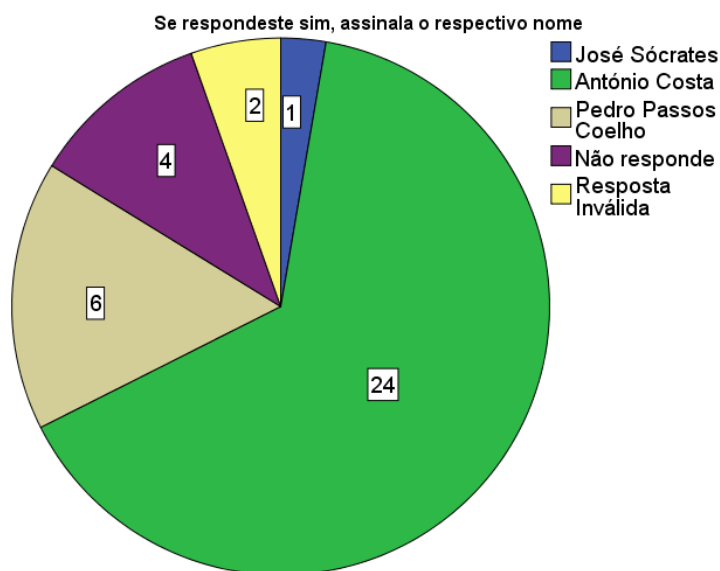
Gráfico 9 - Estudantes Inquiridos segundo Conhecimentos Político



Fonte - Própria

À questão sobre o conhecimento do Primeiro-Ministro, representando o Governo em 2016, trinta e dois jovens, afirmou conhecer o Primeiro-Ministro. Relativamente a esta questão foi importante esclarecer quem é que os jovens consideram ser o Primeiro-Ministro, tendo em conta, que este questionário foi aplicado após eleições legislativas, foram apresentadas diversas opções que pertencem a diferentes círculos eleitorais, sendo estes, António Costa, José Sócrates, Pedro Passos Coelho, Luís Vicente, e por fim, Paulo Portas. Os jovens responderam maioritariamente que o Primeiro-Ministro é António Costa, e com valores ainda consideráveis, como seis jovens responderam que é Pedro Passos Coelho.

Gráfico 10 - Estudantes Inquiridos segundo “Se respondeste sim, assinala o respetivo nome”



Fonte - Própria

Sobre a pergunta “Conheces o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto?”, foram apresentadas diversas opções, como João Meneses, Mariana Vieira, Emídio Guerreiro, Luís Vieira. Os jovens inquiridos responderam incorretamente à questão sendo possível verificar o desconhecimento face à representação do Secretário de Estado da Juventude e do Desporto, no qual apenas dois inquiridos que afirmou ter conhecimento da identidade do representante deste cargo, e três jovens responderam erradamente, visto que, selecionaram outros representantes.

Tabela 12 – Estudantes inquiridos segundo Pergunta “Conheces o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto?”

Conheces o Secretário de Estado da Juventude e do Desporto?	Valores Absolutos
João Meneses	2
Emídio Guerreiro	2
Luís Vieira	1
Total	37

Fonte - Própria

O escasso conhecimento das entidades públicas relevantes ou quem ocupa posições de destaque em órgãos de toada de decisão demonstra uma falta de motivação alicerçada nas razões apresentadas no Gráfico 6. Quando cruzamos as informações apurados nos questionários com os resultados das entrevistas semiestruturadas percebemos que existe uma comum perceção deste desinteresse pela *res publica*.

“que (...) em primeiro lugar é preciso dar a informação que possa suscitar o interesse e depois mostrar que esse interesse tem realmente a possibilidade de dar frutos, isto é que eles (alunos) podem atuar, que as suas opiniões contam ou vão ser analisadas, eventualmente podem permitir alguma mudança caso contrário a tendência é a da inércia, visto que, a principal causa deve à falta de “fomentar a participação”, que “ (...) não é exclusiva dos jovens, é de todas as pessoas” (P3).

“a formação para a cidadania isto é, ajudar a construir cidadãos conscientes, informados e participativos do ponto de vista político nos melhores dos sentidos”, “desde muito cedo é essa minha motivação a divulgação dos processos de cidadania de intervenção de cidadania e o parlamento tem princípios espetacularmente bem fundamentados” (P1).

P2 realça que a “ (...) primeira grande motivação é sempre dar a possibilidade aos meus alunos de (...), participarem em projetos e em atividades que promovam a sua capacidade crítica reflexiva e argumentativa”, P3 refere que o seu

“(…) interesse que os alunos sempre manifestaram, por este tipo de iniciativas, (…) e, ter verificado, que ao longo dos anos, (…) eles vão compreendendo melhor a quais são os (…) passos e quais são as regras de funcionamento das instituições democráticas” (P3).

Devemos reconhecer a participação como um princípio universal. Nas palavras de Guerra, a participação é

“um direito mas um dever onde todos os protagonistas das deliberações, revestindo a participação não apenas uma função organizativa ou funcional mas, também educativa, o que pressupõe a assunção do aluno-cidadão, comprometido com as decisões e responsabilidades em matéria de vida escolar” (Guerra, 2002, p. 67).

Considerando as várias funções da educação, nomeadamente a educação escolar, o desenvolvimento de competências apoia-se na promoção da capacidade crítica, na autonomia, e no “*empowerment*”. Como refere Galston, as características referidas demonstram a relação existente entre o envolvimento político e a cidadania democrática, em conformidade com os objetivos da educação. Galston (2004) deste modo, a escola assume-se enquanto potenciador de oportunidades ao nível da construção de relações formais e informais e o desenvolvimento da consciência cívica dos jovens. Para além disso a escola visa promover experiências participativas.

Os professores entrevistados realçam ainda como constrangimentos à consecução do programa as diversas perspectivas negativas que a classe política tem na sociedade em geral.

“por causa dessa cultura generalizada de que o parlamento não está a participar nos princípios, (...), leva a querer participar neste programa porque socialmente há uma cultura negativa e muito crítica mas muito desinformada sobre o que é o parlamento e o que faz o parlamento que é uma construção mal dizente baseada nos jornais e nos partidos (...)”, em que, “todos esses comentários negativos que as pessoas fazem disto são os que mais me motivam a dar o outro lado da cara, porque (...) somos aquilo que nós fazemos, e se não participamos civicamente se não queremos fazer escolhas, (...) de participação nunca saberemos participar e vamos sempre por ignorância dizer mal de quem faz” (P1).

Nesta lógica, a entrevistada P3, descreve como resolução ao problema de participação juvenil e à ideia central do Parlamento,

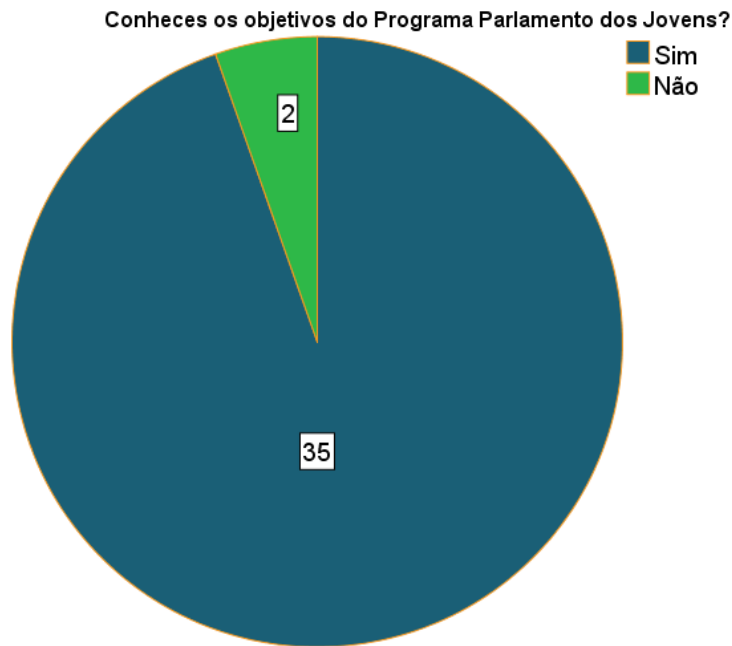
“que (...) em primeiro lugar é preciso dar a informação que possa suscitar o interesse e depois mostrar que esse interesse tem realmente a possibilidade de dar frutos, isto é que eles (alunos) podem atuar, que as suas opiniões contam ou vão ser analisadas, eventualmente podem permitir alguma mudança caso contrário a tendência é a da inércia, visto que, a principal causa deve à falta de “fomentar a participação”, que “ (...) não é exclusiva dos jovens, é de todas as pessoas” (P3).

1.3 “Parlamento dos Jovens”

Após este estudo sobre a caracterização da amostra, da participação em sistemas políticos e do conhecimento sobre estes aos jovens recolhemos informação sobre o Programa “Parlamento dos Jovens” que tem como objetivo demonstrar o processo eleitoral e tudo o que este engloba. As questões aplicadas estão relacionadas com os objetivos do programa, os contributos e as suas dimensões e os tipos de meios adotados pelos mesmos em campanhas eleitorais.

Dos trinta e sete inquiridos trinta e cinco jovens revelam conhecer os objetivos do programa. Posto isto, tornou-se necessário analisar cada objetivo do programa e que contributos propiciavam o programa aos jovens.

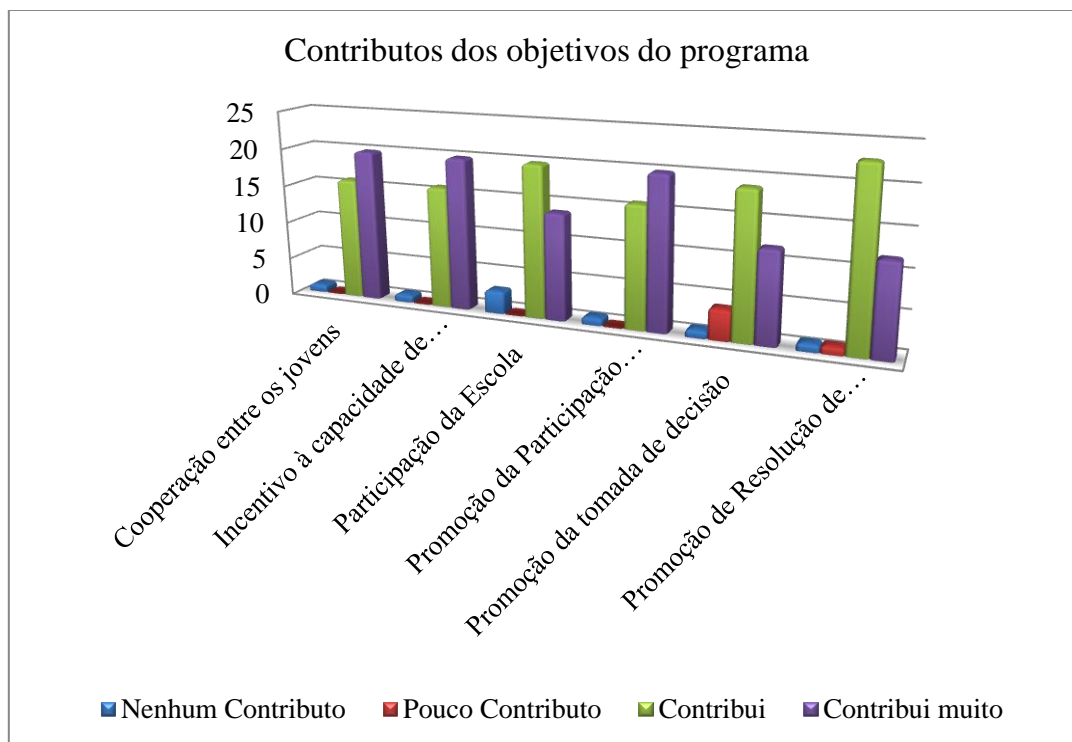
Gráfico 11 - Estudantes inquiridos segundo Conhecimento dos Objetivos do Programa



Fonte - Própria

Tendo em conta cada objetivo do programa, os jovens destacam que os objetivos – promoção da participação juvenil, incentivo à argumentação e cooperação entre os jovens – contribuem para o programa e para o seu desenvolvimento. Destacam ainda que a “participação da escola” e que o processo de “promoção da tomada de decisão” contribui para o programa. Os jovens afirmaram que a oportunidade de puderem contribuir para a resolução de determinados problemas é importante. Estes objetivos permitem promover espaços de reflexão e possível tomada de decisões. (Gráfico 11 e 12)

Gráfico 12 - Estudantes inquiridos segundo Contributos dos objetivos do programa



Fonte - Própria

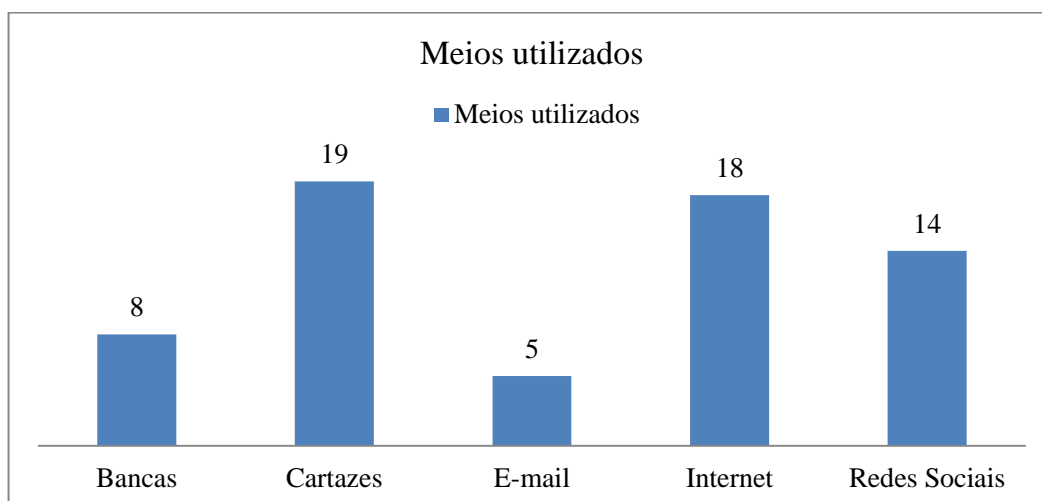
O programa “Parlamento dos Jovens” tem como eixo o desenvolvimento do público-alvo em relação às estratégias utilizadas durante todo o processo eleitoral, sendo assim, inquirimos os jovens sobre que tipo de estratégias utilizara durante a campanha eleitoral na sessão escolar e a razão de terem sido eleitos como deputados para poderem representar o Algarve na sessão nacional. As estratégias mais utilizadas pelos jovens prendem-se com a utilização de cartazes promovendo as suas propostas de resolução, a utilização de internet e as redes sociais como meio de promoção de informação e a utilização de bancas. Assim promoveram as ideias centrais da sua proposta. Em menor escala mas ainda assim referido pelos jovens o discurso eleitoral também resultou como estratégia. (Tabela 13 e 14)

Tabela 13 - Estudantes inquiridos segundo Meios de Comunicação

Que meios de comunicação foram utilizados pela tua lista eleita no âmbito do programa Parlamento dos Jovens?	Valores Absolutos
Sim	14
Não responde	23
Total	37

Fonte - Própria

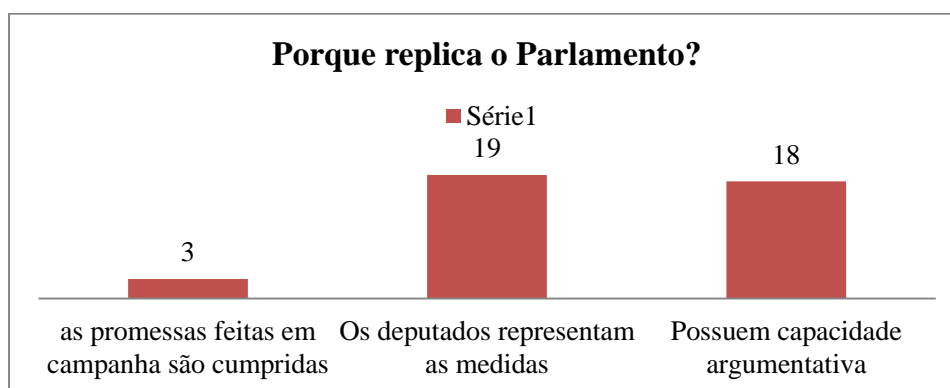
Tabela 14 - Estudantes inquiridos segundo Meios Estratégicos utilizados



Fonte - Própria

Na última questão apresentamos aos jovens uma questão de reflexão, na qual, teriam que referir se o programa “Parlamento dos Jovens” correspondia ao objetivo fulcral – a replicação do Parlamento Nacional e todos os processos inerentes. Os jovens inquiridos afirmam que o programa representa o processo de eleição de deputados tendo em conta a sua experiência. Desta forma os jovens assumem que esta replicação deve-se ao facto dos deputados representarem a sociedade e as medidas. Em menor escala os jovens não concordam que as promessas eleitorais sejam concretizadas. (Ver Gráfico 13)

Gráfico 13 - - Estudantes inquiridos segundo Pergunta "Replicação do Programa"



Fonte - Própria

Os professores divergem nas suas opiniões no que à aplicabilidade do Programa “Parlamento dos Jovens” diz respeito enquanto ferramenta de participação, avaliação e adesão à disciplina leccionada. A professora P2 refere que:

“ (...) também é um momento democrático de introdução, pelo menos introdução de uma variável de democracia dentro da própria avaliação, que por si só, é um instrumento de poder”, em que é pedido “ao aluno para ele se avaliar e se aceita, essa, participação, no processo de avaliação como legítima, é também uma forma de por a democracia a funcionar” (P2).

A professora P1 não concorda com esta posição e reitera que os estudantes deverão participar de forma voluntária para promover a autonomia e a cidadania activa.

“não acho que isso seja, que a participação da cidadania seja um direito de quem sabe de leis, acho que a cidadania é mesmo de nós todos, e portanto eu estive no programa dessa maneira e estou disposta a estar outra vez que é a cidadania é a intervenção dos cidadãos que querem falar e ajudar a decidir sobre o seu país”, e que, “participar na vida do país e é um direito e uma obrigação de todos nós (...), porque o que se quer com o programa, não é que os alunos sejam especialistas em direito é que os jovens queiram participar” (P1).

Já a professora P3 sugere que o programa seja introduzido de alguma forma obrigatória no currículo escolar para que suporte a obrigatoriedade da sua (programa) frequência:

“ (...) o projeto é integrado de alguma forma de indiretamente nos conteúdos programáticos, sujeito aos critérios de avaliação da disciplina, que aí cria obrigatoriedade de participação (P1). Ainda outros docentes participantes no programa, na Sessão Distrital referiram o seguinte: “os temas das edições anteriores tem sido direccionados para as áreas curriculares ligadas à geografia, à legislação que são trabalhadas nas unidades curriculares ligadas às economias e às geografias” – por outras palavras – “como é que querem que os jovens em áreas de ciências humanas e científicas participem em programas com temas que nada lhes dizem?”;

Os Diários de Campo de Professores que participaram na sessão distrital vão ao encontro de uma necessidade de intervenção na obrigatoriedade da frequência do Programa:

“Assim não há participação de todos os jovens”, “dever-se-ia mudar esta estratégia e englobar em unidades curriculares comuns a todos os jovens inseridos no ensino secundário”, “os programas daqui poderiam ser aplicados aos conteúdos

programáticos de certas disciplinas, motivando os alunos e nós próprios!” (PDC1, PDC2, PDC3, PDC4; Diário de Campo, 2016)

1.4 Divulgação do Programa “Parlamento dos Jovens”

Face à divulgação do Programa “Parlamento dos Jovens” são diversos os espaços publicitários para que a informação chegue ao público-alvo. Os espaços passam pelos mecanismos informáticos e *spots* publicitários em canais de televisão pública. O tipo de informação publicitada tem como principal plano os docentes e diretores de estabelecimentos escolares. O problema em torno dos mecanismos de mobilização e divulgação prende-se sobretudo com a motivação, o desajuste de divulgação, mas também com o facto, como refere P1, “ (...) não são os jovens que nos falam no parlamento, somos nós, professores que levamos o parlamento aos jovens dentro da escola”, visto que, “não conhecem o parlamento como um programa”, tendo em conta, que as formas de divulgação não acompanham o contexto social dos jovens, em que “ (...) ele não se divulga, isto é ele, não sai para as redes, as ditas redes sociais, e outros ambientes (...)”. Nesta perspetiva, foi constante a observação relativamente à falta de abordagem de divulgação junto do jovens por parte do IPDJ, I.P., I.P. Como refere P3 “ (...) o IPDJ, I.P., (...) o próprio Ministério da Educação e a própria Assembleia da República, (...) deve realmente continuar a divulgar este projeto para que os professores, o compreendam e que e para que o possam aplicar”, ainda P2 salienta que “ (...) a divulgação do programa é boa, porque a informação existe e porque os técnicos do IPDJ, I.P. em particular, não cessam de incentivar os professores e as escolas a participar”.

No que diz respeito ao papel do IPDJ, I.P., a entrevistada P1 refere que o instituto poderia recorrer a outras estratégias de mobilização e divulgação, assim sendo, “ (...) pode o IPDJ, I.P. entrar nas escolas, pode o IPDJ, I.P. entrar na cidade e ter outra estratégia de chegar aos jovens antes de chegar aos professores (...)”, podendo este motivar os jovens de diferente forma, em que nas palavras de P1

“o jovem desde muito cedo, desde pequenino desde criança não apreender a escolher, nunca irá para o “Parlamento dos Jovens” por escolha própria, para aprender, para saber escolher é preciso ter tido um passado de aprender a escolher de aprender a participar” (P1).

Nesta linha de pensamento, apresentamos o diagnóstico de necessidades do IPDJ, I.P.

O diagnóstico de necessidades encontra-se dividido por ambiente interno e ambiente externo. No primeiro são apontados os pontos fortes e pontos fracos que dizem respeito à sede da DRAL e ao IPDJ, I.P., no qual é difícil modificar os problemas identificados sendo da competência da própria organização.

Tabela 15 - Análise SWOT segundo Ambiente Interno

Ambiente Interno	
Pontos Fortes	Pontos Fracos
<ul style="list-style-type: none"> • Trabalho em rede com parcerias e protocolos estabelecidos com os municípios e entidades públicas e associações locais; • Multiplicidade de programas destinados aos jovens (Ex: Programa “Namorar com Fair Play”, “Parlamento dos Jovens”, “Desporto para Todos” • Trabalho em equipa multidisciplinar; • Atuação em diversas áreas e diferentes contextos. 	<ul style="list-style-type: none"> • Resistência a formação contínua por parte dos técnicos; • Escassez de técnicos com formação nas áreas de atuação; • Falta de financiamento ao nível dos recursos materiais e humanos, dos programas desenvolvidos e em comparação com as direções regionais do IPDJ, I.P. • Falta de autonomia na resolução de problemas pontuais nos programas, estando dependentes da direção do Centro; • Excesso de burocracia relativo aos programas.

Fonte - Própria

No que respeita aos pontos fortes do IPDJ, I.P., reforçamos a importância das parcerias e protocolos estabelecidos com as entidades locais que permitem dinamizar os programas e o trabalho do IPDJ, I.P. A multiplicidade dos programas, a atuação em diferentes contextos e com diversificado público-alvo permite o desenvolvimento de competências nos jovens participantes. Face aos técnicos e ao seu papel enquanto impulsionadores para a cidadania, a diversidade ao nível da formação permite ultrapassar obstáculos, e suscitar maior desenvolvimento no que concerne aos programas. Os aspetos negativos dizem respeito à ausência de recursos materiais e financeiros que provoca a não participação dos jovens. A

distribuição dos recursos financeiros é diferente de cada direção, tendo em conta que nos diversos locais onde estão inseridos existirem mais distritos que no Algarve. Apesar de verificarmos ser legítimo esta diferença na distribuição financeira face aos programas, afeta a participação dos jovens nos programas. Um dos constrangimentos identificados prende-se com o excesso de burocracia inerente aos programas demonstrando a dificuldade dos jovens a participarem nos programas.

Face ao ambiente externo e às oportunidades que se podem modificar com o trabalho em rede de entidades públicas e associações enumeramos as oportunidades: Fomentar a formação contínua nos técnicos e da comunidade através de colóquios, formações e atividades desenvolvidas na sede da DRAL. Os espaços exteriores da sede poderia propiciar atividades e divulgar o IPDJ e das associações locais de maneira a atraírem a comunidade ao local. As ameaças referentes ao ambiente externo prendem-se com a escassa divulgação de programa e serviços do IPDJ, a falta de manutenção dos recursos materiais e do espaço da Sede podem propiciar dificuldades no que diz respeito à acessibilidade de pessoas com mobilidade reduzida e dinamização de atividades que envolvam a utilização de recursos audiovisuais.

Tabela 16 - Análise SWOT segundo Ambiente Externo

Ambiente Externo	
Oportunidades	Ameaças
<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de colóquios, formações, atividades por parte das parcerias estipuladas; • Formação contínua dos técnicos e comunidade no que concerne às áreas de atuação. • Espaços exteriores públicos para o desenvolvimento de atividades com os jovens; 	<ul style="list-style-type: none"> • Divulgação de programas e serviços do IPDJ; • Espaço descuidado e inutilizado; • Falta de acesso a pessoas com mobilidade reduzida.

Fonte - Própria

Neste relatório de estágio apresentamos as questões empíricas da intervenção, as atividades desenvolvidas, o corpo teórico que fundamenta o contexto empírico, e por fim, os resultados da investigação que se debruçou sobre o programa “Parlamento dos Jovens”. Este espaço visa a reflexão dos caminhos traçados da intervenção, progressos e limitações sentidas ao longo dos oito meses de estágio no IPDJ, I.P.

Delineámos como objetivos gerais: conhecer a realidade social da participação cívica dos jovens, acompanhar a implementação de programas destinados a eles e diagnosticar e propor intervenções no que respeita ao IPDJ e intervenção educativa dos jovens.

Em virtude dos objetivos apresentados, refletimos sobre o primeiro ciclo em que a investigação ação se baseia. Este diz respeito à fase de planificação, no qual definimos como ponto de partida – a incidência de participação dos jovens em programas destinados à participação política. Posteriormente foram pensados os instrumentos de recolha de informação, nomeadamente, qual a estratégia de diagnóstico para poder solucionar ou propor propostas para melhorar o contexto de participação. O segundo ciclo está relacionado com a fase de ação que correspondeu à implementação dos programas destinados aos jovens e a observação como investigadora dos principais obstáculos e limites que os jovens enfrentavam no decorrer do programa. Surge assim, o terceiro ciclo, o de reflexão, em que avaliámos as respostas alternativas aos obstáculos identificados e propor novas medidas alternativas ao programa. De salientar, que o tempo de intervenção limitou a implementação de alternativas face aos problemas identificados.

Dado o exposto dividimos esta reflexão em torno da participação em dois momentos. O primeiro relaciona-se com a participação cívica dos jovens e os seus principais constrangimentos. O segundo visa a avaliação do programa “Parlamento dos Jovens” como programa destinado à participação e replicação dos sistemas representativos da democracia.

A escola visa formar pessoas críticas, reflexivas, estimular a participação do universo jovem para o futuro. A educação não é somente um ato de proporcionar conhecimentos. Na perspetiva de Lopes (2006), “educar é ter em atenção os ritmos, a diversidade, a ligação do indivíduo à comunidade, e por isso, o ato de educar não deve ser confinado à oferta das instituições educativas formais.” (Lopes, 2006, p. 395)

Por conseguinte, a oferta educativa e as diretrizes da instituição prendem-se fundamentalmente com o *currículum* de avaliação dos jovens, o qual, professores e jovens, encontram-se verdadeiramente “enclausurados” a um sistema de avaliação sem espaço para

outras formas de educação. O tipo de sistema educativo em que a escola está formatada não permite aos jovens, “futuro da nação”, desenvolverem a capacidade reflexiva e crítica no que concerne aos aspetos exteriores que a sociedade apresenta. A fraca adesão dos jovens a programas, destinados a eles - padece do seu desinteresse na sua constante formação, ou por outra razão, são os responsáveis, os educadores, os técnicos, os pais, a geração “mais velha”, que não fomenta nos jovens a participação ou o ato de participar? – Estas perguntas retóricas surgiram ao longo da investigação. A constante preocupação dos jovens face aos momentos de avaliação foi evidente em todos os momentos do estágio. Os espaços físicos presentes no quotidiano dos jovens, apresentam-se como espaços de lazer e de ocupação de tempos livres, impossibilitando a reflexão e a consciência crítica dos jovens em problemáticas identificadas no que concerne aos problemas sociais da sociedade. O envolvimento dos jovens em aspetos políticos e organizações ou movimentos destinados à promoção da consciencialização em aspetos relacionados com questões diárias padecem da desacreditação e desconfiança nos sistemas de representação de democracia. A motivação dos jovens no que respeita à participação relaciona-se com a falta de oportunidades no seu quotidiano e dos “mais velhos” que se encontram também desacreditados no espaço político. A escola, enquanto espaço físico, promove a socialização dos jovens, e as constantes aprendizagens cognitivas dos jovens, mas pelo contrário, estas aprendizagens não surgem, ou não fomentam a participação dos jovens em atividades extra curriculares, que promovam a participação e a reflexão dos jovens.

No que respeita às eventuais alternativas ao sistema educativo, surge assim, a proposta de redefinição dos conteúdos programáticos de ensino, à inserção de programas destinados aos jovens, cujo foco visa retratar problemáticas do quotidiano em matérias de ensino, através da educação não-formal. Através desse modelo o corpo docente e não docente, os encarregados de educação, teriam um papel ativo no desenvolvimento de jovens críticos e conscientes. A junção dos conteúdos programáticos e as questões sociais, político, económico nos conteúdos programáticos, permitia aos jovens uma visão ampla, e uma possível formação crítica dos assuntos da sociedade em conjunto com as gerações anteriores, permitindo maiores aprendizagens. A escola desempenharia, assim, as suas funções a que se destina.

Face aos argumentos apresentados partimos para o contexto empírico. O programa “Parlamento dos Jovens” visa replicar a o funcionamento e valores do Parlamento aos jovens. Os primeiros obstáculos evidenciados dizem respeito à frágil divulgação do programa. Frágeis, porque os meios de divulgação utilizados tiveram como principal abordagem os professores e a instituição escolar. Se o programa tem como objetivo a participação dos

jovens, logo, estes teriam que ser incluídos nas estratégias de comunicação e divulgação do programa adaptando a mensagem público-alvo (jovens). O recurso às redes sociais, *spots* publicitários e com uma mensagem clara e apelativa em canais de divulgação destinados aos jovens seria uma intervenção que propomos para minimizar a fraca adesão.

O programa destina-se a dois ciclos escolares: o ensino básico e o ensino secundário. Os objetivos e os métodos são iguais para os dois ciclos sem ter em conta as características próprias da idade do público-alvo. O programa apresenta-nos diferentes temas ao longo da sua existência. No entanto e neste ano em discussão verificou-se maior interesse dos jovens que se encontram a frequentar a área científica da Economia e de Geografia face ao tema retratado. O afastamento entre os currículos escolares e os temas tratados levam a consequente afastamento por parte dos docentes e jovens envolvidos.

O envolvimento dos professores e dos jovens, tem sofrido ao longo dos tempos alterações. A desmotivação do corpo docente está relacionada com a falta de oportunidade e na relevância que a avaliação dos jovens possui. A inexistência de oportunidades face a programas deste género onde são abordados temas e problemas socioeconómicos e a burocratização que o programa implica são aspetos que os professores referem para a não participação nos programas.

A mobilização e as estratégias delineadas no processo de inscrição, de mobilização geográfica e espaços físicos dos estabelecimentos escolares poderiam ser simplificados e melhorados. Assim sendo, a participação dos jovens e docentes seria promovida.

Após a apresentação dos constrangimentos identificados com o contexto empírico, apresentamos a reflexão sobre o estágio e sobre a instituição onde este decorreu.

A Direção Regional do Algarve, IPDJ, I.P, apresenta limitações no que respeita ao seu espaço físico. A falta de disponibilidade de espaços físicos e condições demonstra o desinteresse e falta de apoio às associações que inerentemente encaminhariam os jovens à sede do Algarve.

Foi notória a desmotivação dos técnicos do IPDJ, I.P., relativamente à persecução dos objetivos desta instituição. Possivelmente influenciado pela conjuntura sócio económica vigente. Um exemplo prático deste facto é a resistência por parte destes técnicos em realizar formação nas áreas sob a responsabilidade do IPDJ, IP.

No que diz respeito à divulgação dos programas destinados aos jovens, é deficitária. Este facto resulta da ausência de utilização de mecanismo como o correio eletrónico por parte dos jovens. Por outro lado, a divulgação feita por parte do IPDJ, I.P, não chega ao público-alvo em geral: como por exemplo para a formação da bolsa local de animadores do programa

“Namorar com Fair Play”. No primeiro ano em que foi implementado onze jovens participaram de diferentes áreas científicas, no segundo ano, o programa contou apenas com quatro participantes. Apesar destes constrangimentos, sublinha-se o apoio incondicional dos técnicos responsáveis pelo “Parlamento dos Jovens” e a rede de trabalho de todos os técnicos do instituto no apoio à informação aos professores e à resolução rápida de problemas que surgiram na Sessão Distrital.

Por fim, apresentamos o último constrangimento que diz respeito à disposição geográfica e aos apoios financeiros da DRAL, IPDJ, I.P. Evidenciamos a falta de recursos financeiros e humanos para cobrir a vasta região algarvia. Assim não foi possível acompanhar algumas Sessões Escolares devido à distância geográfica, e ainda, face aos recursos financeiros/humanos.

As Lojas Ponto Já visam disponibilizar informação para os jovens e fomentar o acesso à internet. Contudo a frequência deste espaço na delegação de Faro era realizada maioritariamente por adultos para acederem à Internet. A falta de divulgação e informação para os jovens foi um dos aspetos que se evidenciou ao longo do estágio.

A segunda fase da investigação passou pela melhoria da divulgação do programa recorrendo a ferramentas que o universo jovem utiliza no seu quotidiano.

Assim surge a questão: Como tornar mais apelativa a mensagem do programa?

Uma das possibilidades para resolver esta questão, passa pela criação de uma música/teatro/campanha publicitária recorrendo aos atores, músicos, e encenadores ao elaborarem um segmento publicitário que fala sobre os principais constrangimentos da participação e atrair os jovens a serem cidadãos ativos. A burocracia inerente ao programa poderia ser simplificada, o processo de inscrição, de votação, etc., poderia estar elucidado através de um guião eletrónico com respostas ilustrativas (FAQ's). No que respeita aos espaços físicos onde decorrem as sessões escolares e distritais poderiam ser divulgados para que toda a comunidade escolar não participante no programa pudesse compreender e, possivelmente, participar numa edição futura.

No que respeita ao sistema educativo torna-se evidente a necessidade de criar oportunidades de inserção deste tipo de programas nos conteúdos programáticos através do qual os professores e a restante comunidade escolar poderia ter um papel ativo na discussão e reflexão dos temas representados. Assim sendo, nos conteúdos programáticos na área de ensino relacionado com as ciências e tecnologias poderia ser integrado os programas “Cuidate”, “Parlamento dos Jovens”, “Namorar com Fair Play” e o “Desporto para Todos”, em unidades curriculares com a Filosofia, Educação Física, Português, Biologia, Economia,

História, Geografia e Inglês. Ainda face à constituição das listas para representarem as escolas nas Sessões Distritais e Nacionais, o grupo de trabalho deveria ser composto por alunos de diferentes áreas científicas incentivando a partilha de conhecimentos e promoção da cognição social.

As propostas/sugestões de melhoria no que respeita à DRAL passam pela articulação do trabalho com entidades e parceiros e com os técnicos do Instituto. O principal objetivo é de dinamizar o espaço através de: fóruns, colóquios, feiras, concertos, entre outros. Isto possibilitaria a divulgação da instituição e do IPDJ. No que diz respeito à representação do IPDJ em feiras destinadas aos jovens, no Algarve, poder-se-ia adotar medidas como: a interação dos técnicos com os jovens através da distribuição de panfletos, artigos promocionais e, também, com vídeos em que os jovens participantes nos programas testemunhassem sobre a sua experiência com o IPDJ. Para uma maior visibilidade e conhecimento da DRAL, IPDJ, I.P., poder-se-ia organizar um convívio com as associações locais, municípios, autarquias locais sobre um determinado tema na sede.

Enquanto educadora social realizo uma reflexão crítica em relação ao desempenho. O desenvolvimento junto do público das suas competências e capacidades que permitam a integração no contexto socioeconómico e cultural é fundamental. Isto promove o desenvolvimento da autonomia e *empowerment* dos indivíduos enquanto cidadãos ativos.

A relação com a instituição e o educador social deverá ter como um dos fundamentos a confidencialidade dos documentos e artigos do contexto e defender os princípios e normas. Por fim, o educador deve ser participativo e contribuir para o contexto social na sua intervenção (APES, 2011).

É fundamental que os jovens sejam tidos em conta nos processos de tomada de decisão. Este ponto tem de vigorar na agenda pública permitindo o investimento no futuro de modo a que os jovens sintam que *res publica* é deles e que dela fazem parte. A constante atualização dos mecanismos de participação que os jovens protagonizam deverá ser incrementada para uma transformação social.

Bibliografia

- Amorim, M. (2007). Cidadania e Participação Democrática. *Anais do II Seminário Nacional* (pp. 1-14). Brasil: UFSC.
- Ander-Egg. (1984). *Metodologia y práctica de la Animacion Sociocultural*. Buenos Aires: Humanitas.
- APES, A. (7 de Maio de 2011). *Código Deontológico para a Profissão de Educador Social em Portugal*. Obtido em 5 de Agosto de 2016, de Associação Promotora da Educação Social: <http://associacaopromotoradaeducacaosocial.blogspot.pt/p/codigo-deontologico.html>
- Bobbio, N. (1987). *Estado, Governo, Sociedade Para uma teoria geral da política*. (M. Nogueira, Trad.) Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Bogdan, R., & Biklen, S. (1994). *Investigação Qualitativa em educação*. (C. C. Educação, Ed.) Porto: Porto Editora.
- Bordenave, J. (1944). *O que é a participação?* São Paulo: Brasiliense.
- Bourdieu, P. (1983). A Juventude é apenas uma palavra. In *Questões de Sociologia* (pp. 112-121). Rio de Janeiro: Marco Zero.
- Cohen, L., & Manion, L. (1994). *Research Methods in Education*. London: Routledge.
- Coutinho, I. C., Seabra-Santos, M. J., & Gaspar, M. F. (1987). Educação Parental com famílias maltratantes: Que potencialidades? *Análise Psicológica*, pp. 405-420.
- Dahl, R. (1982). *The dilemmas of Pluralist Democracy*. New Haven: Yale University.
- Delors, J., Al-Muft, I., Amagi, I., Carneiro, R., Chung, F., Geremek, B., . . . Nanzhao, Z. (20 de Janeiro de 2003). Educação - um tesouro a descobrir. *Relatório para a UNESCO da Comissão Internacional sobre Educação para o século XXI*, pp. 1-281.
- Denzin, N. K. (1989). *The Research Act*. Englewood Cliffs: Prentice Hall.
- Descombe, M. (1999). *The Good Research Guide for Small-Scale Social Research*. Buckingham: Open University Press.
- Decreto Lei no 98/2011 de 21 de Setembro de 2011 da Presidência de Conselho de Ministros Diário da República: I série, No 98 (2011). Obtido a 5 de Julho de 2016. Obtido em www.dre.pt.
- Decreto Lei no 132/2014 de 3 de Setembro de 2014 da Presidência de Conselho de Ministros Diário da República: I série, No 132(2014). Obtido a 5 de Julho de 2016. Obtido em www.dre.pt.
- Dicionário Priberam, obtido a 24 de Maio de 2016. Obtido em <http://www.priberam.pt/dlpo/demokratia>.
- Esteves, L. C., Resende, M., & Neto, M. (2005). *Estar no papel: Cartas aos jovens do Ensino Médio*. Brasília: UNESCO.
- Esteves, L., & Abramovay, M. (2008). Juventude, juventudes: pelos outros e por elas mesmas. *Congresso Português de Sociologia: Mundos Sociais: Saberes e Práticas* (pp. 3-21). Lisboa: FCSH.
- FNAJ, F. (2010). *Políticas Públicas de Juventude: Programa do Movimento Associativo Juvenil*. Lisboa: FNAJ.
- Fortin, M. F. (2000). *O Processo de Investigação , Da Concepção à Realização*. Loures: Lusociência.
- Friedmann, J. (1996). *Empowerment - Uma política de desenvolvimento alternativo*. Oeiras: Celta.
- Galston, W. (2004). *Civic Education and Political Participation*. Political Science and Politics.
- Gubrium, J. F., & Holstein, J. A. (2002). *Handbook of Interview Research: Context and Method*. SAGE Publications.

- Guerra, I. (2000). *Fundamentos e processos de uma sociologia de ação: o planeamento em ciências sociais*. Cascais: Principia.
- Guerra, M. A. (2003). *Os Desafios da Participação: Desenvolver a Democracia na Escola*. Porto Editora.
- Hahn, C. L. (1998). *Becoming political: Comparative perspectives on citizenship education*. Albany, New York: State University of New York Press.
- Hill, M. M., & Hill, A. (2000). *Investigação Por Questionário*. Lisboa: Edições Sílabo, Lda.
- Instituto Português do Desporto e Juventude, I.P. (2015). *Relatório de Plano de Atividades*. Lisboa: Instituto Português do Desporto e Juventude.
- IPDJ, I.P. & Secretaria de Estado da Juventude e do Desporto. (05 de 07 de 2016). *Portal da Juventude*. Obtido de Portal da Juventude: https://juventude.gov.pt/FAQ/FeriasMovimento/Paginas/resposta_1.aspx
- IPDJ, I.P. (23 de Setembro de 2015). *IPDJ*. Obtido de Instituto Português do Desporto e da Juventude, I.P: <http://www.ipdj.pt/>
- Kuhne, G. W., & Quigley, B. A. . (1997). Understanding and Using Action Research in Practice Settings. In B. Allan Quigley & Gary W. Kuhne , *Creating Practical Knowledge Trough Action Research: Posing Problems, Solving Problems, and Improving Daily Practice* (pp. 23-40). San Francisco: Jossey-Bass Publishers.
- Lessard-Hébert, M., Goyette, G., & Boutin, G. (1990). *Investigação Qualitativa - Fundamentos e Práticas*. (M. Reis, Trad.) Lisboa: Instituto Piaget.
- Lopes, M. (2006). *A animação Sociocultural em Portugal*. Amarante: Oficinas da gráfica do Norte.
- Minayo, M. (1999). *Fala Galera: Juventude, Violência e Cidadania*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Minayo, M. C., & Boghossian, C. O. (2009). Revisão Sistemática sobre Juventude e Participação nos Últimos 10 anos. *Saúde Soc.* v.18 n.3, 18, pp. 411-423.
- Morlino, L. (2002). What is a "Good" Democracy Theory and Empirical Analysis. *The European Union, Nations State, and the Quality of Democracy. Lessons from Southern Europe*”, (pp. 1-44). California: Institute for International Studies & University of California.
- Morlino, L. (2010). *Qualities of Democracy: How to analyse them*. Lisboa: Institute os Social Sciences.
- O'Donoghue, J., Kirshner, B., & McLaughlin, M. (2 de fevereiro de 2003). Moving youth participation forward. *New directions for Youth Development: Theory, practice and Research*, pp. 1-26.
- Pais, J. M. (1990). A Construção Sociológica da Juventude - alguns contributos. *Análise Social*, XXV, pp. 139-165.
- Pais, J. M. (2003). *Culturas Juvenis*. Lisboa: Imprensa Nacional da Casa da Moeda.
- Pereira, C., Sousa, A., Dias, A., Bessa, Bessa , F., Ferreira, M., & Vieira, S. (2 de dezembro de 2009). Investigação-ação : metodologia preferencial nas práticas educativas. *Revista Psicologia, Educação e Cultura*, pp. 355-379.
- Peretz, H. (2000). *Métodos em Sociologia*. Lisboa: Temas e Debates.
- Pires. (5 de 4 de 2001). Educação para a cidadania: Uma visão nacional e universal. *Revista Portuguesa de Pedagogia*, pp. 179-192.
- Quivy, R. (2003). *Manual de Investigação em Ciências Sociais*. Lisboa: Gradiva.
- Ramos, M. P. (25 de Abril de 2013). *Mediações - Revista de Ciências Sociais*. Obtido em 23 de Setembro de 2016, de <http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/mediacoes/article/view/16447>
- República, A. d. (2006). *Programa Parlamento dos Jovens*. Lisboa: Assembleia da República.

- RID, R. (20 de 09 de 2016). *Relatório Regional Buenos Aires*. Obtido de Índice de Participação Cidadã: <http://www.redinter.org/programas/indice/43622>, 2005.
- Roldão, M. C. (1999). *Os professores e a gestão do currículo Perspectivas e práticas em análise*. Porto: Porto Editor.
- Santos, W. G. (1979). *Cidadania e Justiça*. Rio de Janeiro: Campus.
- Schumpeter, J. (1961). *Capitalismo, socialismo e democracia*. (R. Jungmann, Trad.) Rio de Janeiro: Fundo de Cultura.
- Selltiz, C. e. (1987). *Métodos de pesquisa nas relações sociais* (2ª ed.). (M. M. Oliveira, Trad.) São Paulo: EPU.
- Singer, P. (2005). A Juventude como corte: uma geração em tempos de crise social. In H. Abramo, *Retratos da Juventude Brasileira: Análises de uma pesquisa nacional*. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Perseu Abramo.
- Sirvent, M. (2004). *Educação Comunitária*. São Paulo - Brasil: brasiliense s.a.
- Torney-Purta, J. (2002). *The School's role in developing civic engagement: A study of adolescents in twenty eight countries*. Applied Developmental Science.
- UNESCO. (2004). *Políticas De/Para/Com Juventudes*. Brasília: UNESCO.
- Warren, C. A. (2002). Qualitative Interviewing [Entrevista Qualitativa]. In J. Gubrium, & J. A. Holstein, *Handbook of Interview Research* (pp. 83-103). Thousand Oaks: Sage publication.

Anexos

Anexo 1 – Inquérito por Questionário.....	73
Anexo 2 - Guião de Entrevista	76
Anexo 3 - Documento de Consentimento para a Entrevista.....	77
Anexo 4- Transcrição de Entrevista P1	78
Anexo 5- Transcrição de Entrevista P2	95
Anexo 6 – Transcrição de Entrevista P3	108
Anexo 7 – Diário de Campo.....	116
Anexo 8 - Boletim de voto da Sessão Distrital.....	117
Anexo 9 - Análise de SPSS	118

Anexo 1 – Inquérito por Questionário

Questionário - Parlamento dos Jovens

No âmbito do Mestrado em Educação Social, da Universidade do Algarve é pedido aos alunos do ensino secundário que estão a participar no Programa Parlamento dos Jovens da Região do Algarve, o preenchimento deste questionário de forma confidencial, com o objectivo da recolha de informação respectivamente à participação activa dos jovens na vida política.

Preenche este questionário com um x

1.Idade	2.Género	3.Concelho de Residência	4.Ano de Escolaridade
a.14 <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>	a. Feminino <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>	1.Faro <input style="width: 40px; height: 15px;" type="checkbox"/>	a.10º ano <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>
b.15 <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>	b.Masculino <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>	2.Loulé <input style="width: 40px; height: 15px;" type="checkbox"/>	b.11º ano <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>
c.16 <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>		3.Lagoa <input style="width: 40px; height: 15px;" type="checkbox"/>	c.12º ano <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>
d.17 <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>		4.Portimão <input style="width: 40px; height: 15px;" type="checkbox"/>	
e.18 <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>		5.Vila R. Stº António <input style="width: 40px; height: 15px;" type="checkbox"/>	
f.19 <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>		6. Outro. Qual? <input style="width: 40px; height: 15px;" type="checkbox"/>	
g.20 <input style="width: 20px; height: 15px;" type="checkbox"/>			

1. Participas ou fazes parte de alguma organização?

1	Sim	2	Nã o
---	-----	---	---------

1.1 Se sim, quais?

1 Associação Juvenil	2 Sociedade Recreativa	3 Clube desportivo	4 Instituições particulares de solidariedade social	5 Outro. Qual?
----------------------	------------------------	--------------------	---	----------------

2. Votas para a Associação de Estudantes da tua escola?

1	Sim	2	Nã o
---	-----	---	---------

(se respondeste sim, avança para a pergunta 4)

3. Não votas por que motivo?

1. Incumprimento das promessas eleitorais
2. Falta de confiança nos candidatos
3. Inexistência da Associação de Estudantes
4. Desconhecimento das atividades da Associação
5. Desinteresse pela eleição
6. Outro motivo. Qual? _____

4. Quais as características que fazem com que votes numa lista?

1. Atividades propostas
2. Campanha eleitoral
3. Conhecimento dos elementos que constituem uma lista
4. Confiança nos elementos que constituem uma lista
5. Outra situação. Qual?

5. Conheces o Presidente da tua Câmara Municipal

6. Conheces o Primeiro-ministro?

(se respondeste não, avança para a pergunta 8)

1.Sim		2.Não	
1.Sim		2.Não	

7. Se respondeste sim, assinala o respectivo nome

1. José Sócrates
2. Luís Vicente
3. António Costa
4. Paulo Portas
5. Pedro Passos Coelho

8. Conheces o Secretário de Estado da Juventude do Desporto? (se respondeste sim, assinala-o) (se respondeste não avança para a pergunta 9)	1.Sim		2.Não	
a. João Meneses		b. Mariana Vieira		c. Emídio Guerreiro
				d. Luís Vieira

9. Tens interesse pela política?

1Sim		2Não	
------	--	------	--

10. Quando atingires ou se já tiveres a maioridade, vais votar?

1Sim		2Não	
------	--	------	--

11. Conheces os objectivos do programa Parlamento dos Jovens?

1Sim		2Não	
------	--	------	--

12. Para ti qual o contributo do Programa para as seguintes dimensões?

(assinala com um x consoante a tua opinião, tendo em conta as dimensões e utilizando respectivamente um valor unicamente: 1- nenhum contributo, 2- pouco contributo, 3- contribui, 4- contribui muito)

	1	2	3	4
a. Participação de todas as Escolas				
b. Promoção da tomada de decisão				
c. Promoção da resolução proposta face ao tema				
d. Incentivo da capacidade de argumentação				
e. Incentivo da cooperação e entre ajuda em equipa				
f. Promoção da participação juvenil				

13. Que meios de comunicação foram utilizados pela tua lista eleita no âmbito do programa Parlamento Jovem?

1.Redes Sociais	2.Internet	3.E-mail	4.Cartazes	5.Bancas de spot publicitário	6.Outras. Quais?

14. Na tua opinião porque pensas que foste eleito deputado? (assinala as opções que mais se adequam à tua situação)

1.Melhores propostas	2.Participação noutros movimentos	3.“Alianças” com outras listas	4.Boa capacidade de argumentação	5.Popularidade na escola

15. “O parlamento dos jovens procurar replicar a forma como é eleito os deputados no parlamento nacional” Concordas com o modelo?

(se respondeste sim passa para a pergunta 17)

1.Sim		2.Não	
-------	--	-------	--

16. Porque respondeste não?

1.Os deputados podem não representar as pessoas/medidas/região

2.Nem todos têm a mesma capacidade para argumentar e defender

3.Não permite que todos sejam eleitos

Terminou o questionário para ti!

17. Porque respondeste sim?

1.Os deputados representam as pessoas/medidas

2.Possuem capacidade argumentativa

3.As promessas feitas em campanha são cumpridas

Muito Obrigado!

Anexo 2 - Guião de Entrevista

Guião de entrevista

A) Funções e motivações

- a. Quais as motivações e objectivos que o levam a participar no programa Parlamento dos Jovens?
- b. Tendo em conta a sua função no programa Parlamento dos Jovens como avalia a mobilização e divulgação do programa?
- c. Tendo em conta a sua experiência no programa qual a sua opinião sobre a participação dos jovens neste tipo de programa?
- d. Qual o seu nível de conhecimento de participação do programa referente aos jovens?
- e. Como é feita essa avaliação? Qual o balanço da participação relativo aos professores e aos jovens?

B) Contacto com o IPDJ

- b) Tendo em conta a sua experiência profissional já participou numa das edições do Parlamento dos Jovens?
- c) Como tomou conhecimento da realização do Parlamento dos Jovens?
- d) Já desempenhou o papel de “professor responsável” nalguma das escolas por que passou ao longo do seu percurso profissional, referente ao programa Parlamento dos Jovens?
- e) Como decorrer o elo de ligação com a direcção do IPDJ?
- f) Na sua opinião quais os aspectos que deveriam melhorar para que o programa pudesse ter mais jovens a concorrer em termos de mobilização?
- g) Quais as estratégias que julga ser mais eficazes para a mobilização de estudantes e professores para este programa?

Anexo 3 - Documento de Consentimento para a Entrevista

Exmo. (a) Sr. (a) Professor / a

Encontro-me a desenvolver uma investigação no âmbito do Mestrado de Educação Social da Universidade do Algarve com o objectivo de recolher informações referentes à participação dos professores do distrito de Faro no Programa Parlamento dos Jovens.

Peço a sua colaboração e partilha da sua experiência como profissional como parte fundamental para este estudo.

Porque a sua colaboração é determinante, peço que responda a todas as perguntas de forma aberta, espontânea e sincera, de acordo com aquilo que faz, pensa, sente e de acordo com as vivências no decurso da sua profissão.

Não existem respostas correctas ou erradas, o que interessa é a sua partilha livre sem constrangimentos pessoais ou de tempo. Pode levar o tempo que precisar, por favor responda a todas as questões com o máximo de veracidade.

ADRADEÇO DESDE JÁ A SUA COLABORAÇÃO!

Compreendo que:

- A minha participação neste estudo é inteiramente voluntária;
- Colaborando com esta investigação estou a possibilitar o avanço do conhecimento nesta área, mas que não me podem ser dadas garantias de qualquer benefício directo ou indirecto pela minha participação no estudo;
- Posso recusar-me a colaborar nesta investigação, ou retirar o meu consentimento a qualquer momento, sem que isso me traga quaisquer consequências negativas;
- Toda a informação fornecida servirá apenas para fins de investigação, sem que lhe possa ser dada alguma outra utilização sem autorização expressa dos intervenientes;
- Compreendo ainda que toda a informação obtida neste estudo será estritamente confidencial e que a minha identidade e dados confidenciais jamais poderão ser revelados em qualquer relatório ou publicação, ou a qualquer pessoa.

Assinatura do participante: _____

Anexo 4- Transcrição de Entrevista P1

Transcrição das Entrevistas

Transcrição Entrevista: Escola Secundária de Albufeira

Entrevista a P1

Off:

Técnica do IPDJ: Os jovens convencerem os professores, certo? No Algarve nunca foi assim os jovens não, os jovens não, é sempre os professores que

Entrevistadora: a inscreverem os jovens

Técnica do IPDJ: exatamente

P1: bufff (assopro de constrangimento)

P1: isto é tudo muito difícil,

Entrevistadora: Não é nada

P1: ou é assim eu viro pelo lado esquerdo ou viro pelo lado direito (ri-se)

Técnica do IPDJ: Não eu disse à sara que gostava que entrevistasse a P1 porque a P1 há muitos anos que está nisto e sabe muita coisa, as coisas têm que ser ditas para se mexer nisto

P1: ah sim, sim, mas eu tenho dificuldade em perceber que isso vá acontecer no Algarve ou pelo menos em Albufeira

Técnica do IPDJ: ao menos estamos a tentar, e este ano correu bem, alguma coisa agente estava a fazer mal.

Espaço de silêncio.... (1 segundo) (00:45 – 00:46)

P1: neste momento os diretores têm muita força e se a força vem da direção, dos estabelecimentos escolares ensina, da direção dos estabelecimentos escolares para os diretores e diretores agarram alguém e e trabalham essa pessoa, ah as coisas podem ir andando, ah hum, aquele espírito democrático, aquele espírito mais livre, daquele espírito que o professor quer participar nos projetos está, está muito tenso muito apertado. Não é? E, e.... e, portanto, se o diretor agarra e designa alguém hoje, por exemplo se eu fosse designada para fazer isso, tem

que fazer e faz e não sei quê, e isto, preto no branco e tal, eu estava porque é uma força muito impositiva, a bem ou a mal, alguns vão a bem, alguns vão a muita bem, não é? Outros mesmo com com com com com autoridade, não é? Porque o diretor hoje legislativamente tem uma autoridade muito forte, pronto.

Técnica do IPDJ: e há outros que são impostos, há outros professores que são impostos que é o caso de algumas Professoras que têm estado a ligar que queriam falar comigo porque não percebem nada disto e porque foi nomeado, foi nomeado e eu não percebo nada disto, foi nomeado, e eu pensei cá para mim, se é melhor ter muitas escolas, se é melhor ter menos escolas,

P1: estou ao vosso dispor quando quiserem

(Procedimentos: eu a falar)

P1: vou buscar os óculos, quem me dera ter essa idade e não precisar de óculos

Entrevistadora: eu já preciso,

P1: já foi bom o tempo, cada vez mais...

Início:

Eu: A entrevista divide-se em dois módulos, quer, o 1º modulo é das funções e motivações referente à sua profissão,

P1: ao professor

Entrevistadora: ao professor no parlamento dos jovens, e 2º tem haver com a mobilização e a divulgação do IPDJ,

Técnica do IPDJ: é aí que eu vou sair, lembrei me agora de repente que havia essa parte quero que a P1 diga as coisas como deve ser,

Entrevistadora: que é para não se sentir constrangida com a Técnica do IPDJ aqui dentro

P1: Pronto, ah , eu neste momento sou uma pessoa condicionada nas respostas porque eu não estou motivada , eu não estou , eu não estou motivada neste sentido eu não estou a trabalhar este ano com o parlamento dos jovens, pois portanto a minha resposta é um bocado dúbia porque eu vou ser negativista, negativa não é negativista é negativa em relação a algumas

coisas vou dizer que não, por força das circunstâncias, eu há um ano atrás disse que sim e eu agora neste momento estou a dizer que não, não é? Ou vou fazer de conta que estou a trabalhar e com a minha motivação se não fossem as circunstâncias. pausa (gesticulou com as mãos)

Entrevistadora: não o que eu lhe peço é, tendo em conta a sua experiência

P1: a sua motivação para trabalhar, é pah neste momento a minha motivação fechou-se, não é?

Entrevistadora: para trabalhar no parlamento dos jovens

P1: não, não foi bem a minha motivação, foram as circunstâncias

Entrevistadora: pois, está tudo à volta das circunstâncias

P1: as circunstâncias são diferentes, não é e não há, pronto está bem. Eu vou ter esta vertente vou falar espontaneamente, vou falar honestamente e espontaneamente no que me sair, mas o meu problema com o parlamento dos jovens não é pessoal nem com o parlamento em si, os contextos em que hoje vivemos profissionalmente o contexto escolar é que é demasiado pesado para que eu tenha dito tenha dito q sim outra vez, mas não tem haver com ninguém pessoal

Entrevistadora: sim, sim.

P1: ok, o mesmo contexto à minha volta, que é assim à uma data de anos

Entrevistadora: tendo em conta que já participou anteriormente, vamos voltar a um ano atrás, ah qual era o objetivo fulcral para si, trabalhando com os jovens no programa parlamento dos jovens o que é que a fazia motivar?

P1: a formação para a cidadania isto é, ajudar a construir cidadãos conscientes ah, hum, informados e participativos do ponto de vista político nos melhores dos sentidos, acho que o parlamento dos jovens faz isso muito bem, participar sempre sem premio para aprender a hum, os circuitos e e, e, a , hum, os circuitos e a hierarquia da participação cívica até ao parlamento e a aprender a levar a voz ao parlamento e as escolhas legislativas, desde muito cedo é essa minha motivação a divulgação dos processos de cidadania de intervenção de cidadania e o parlamento tem princípios espetacularmente bem fundamentados para isso,

Entrevistadora: são aplicados?

P1: são aplicados e é exatamente por causa dessa cultura generalizada de que o parlamento não está a participar nos princípios em que o parlamento não está a trabalhar, deve trabalhar é o que me leva a querer participar neste programa porque socialmente há uma cultura negativa e muito crítica mas muito desinformada sobre o que é o parlamento e o que faz o parlamento que é uma construção mal dizente baseada nos jornais e nos partidos que fazem isto e aquilo e aquilo e aquilo , e o parlamento por dentro e a participação do cidadão ate ao parlamento é outra coisa e se o jovem aprender a participar ate aos níveis de... levar a sua voz ao parlamento aprende que não há jogo escondido e que não há... que há regras de trabalho, de cidadania, de trabalho na cidadania, o que é bom.

Entrevistadora: quem me dera, hum-hum, que enquanto andei na escola que tivesse acesso ao parlamento dos jovens, e que não é assim há muitos anos atrás, quatro anos que estou na faculdade e há quatro não que tenho alguns anos de escola e que nunca soube o que era o programa parlamento

P1: exatamente, mais uma razão para eu estar nisto, todos esses comentários negativos que as pessoas fazem disto são os que mais me motivam a dar o outro lado da cara, porque nós somos aquilo que nos fazemos, e se não participamos civicamente se não queremos fazer escolhas, ah de participação nunca saberemos participar e vamos sempre por ignorância dizer mal de quem faz,

Entrevistadora: claro.

P1: bom

Entrevistadora: a segunda pergunta tendo em conta a sua função o programa parlamento dos jovens, como avalia a mobilização e divulgação do programa em si?

P1: (pausa, reflete e bebe água,) o programa neste momento tem boas formas de divulgação que são as regulares hoje na nossa sociedade tem uma excelente plataforma na Internet tem organismos que a fazer divulgação, tem pessoas como as do IPDJ, e desde a direção regional a hum, a querer motivar, não é? Ah, tem os mecanismos do correio eletrónico do *facebook* das paginas, da pagina do IPDJ, ta ta ta ta, e tem as pessoas e as divulgação, e a divulgação chega, a motivação para receber a motivação, é que pode não ser a melhor e a divulgação e então cai,

perde-se porque as pessoas não, não leem e não passa uma mensagem ou não querem saber do que vem, porque é a informação chega logo no principio de Setembro,

Entrevistadora: sim

P1: portanto dá tempo para as pessoas se mobilizarem e querem trabalhar,

Entrevistadora: e tendo em conta isto acha que a informação chega aos jovens... chega primeiro aos jovens ou aos professores e as escolas?

P1: chega primeiro aos professores, no meu ambiente chega primeiro aos professores, eu não conheço a forma como ela chega aos jovens, não conheço, ah não conheço é mesmo o verbo não conheço não sei qual é a forma como ela chega aos jovens, e, e não são os jovens que nos falam no parlamento somos nós, professores que levamos o parlamento aos jovens dentro da escola

Entrevistadora: e qual era a relação que vocês têm com os jovens, sentem motivados para participar ou não?

P1: é muito difícil porque ãh ãh, como disse há pouco, há primeiro um, um, completo desconhecimento do que é o parlamento dos jovens e só conhecem o parlamento se ele funcionou na sua escola alguma vez viu se algum amigo eventualmente participou, não conhecem o parlamento como programa, a que ele não se divulga, isto é ele não sai para as redes, as ditas redes sociais, e outros ambientes, ele não é, um, programa ah hum, populista e como não é populista tipo, concursos de televisão, tipo ídolos, tipo sei lá, tipo festas de á noite ou coisas assim, ou prémios fáceis ah hum, não é não é conhecido não é, não é fácil acesso. Por essa razão não é.

Entrevistadora: ah, pois você já respondeu as 3 perguntas que tinha para fazer

P1: dívidas as (ri-se)

Entrevistadora: tendo em conta a participação dos jovens aqui no concelho de albufeira que a P1 esta a lecionar e que possivelmente lecionou,

P1: foi sempre aqui, sempre

Entrevistadora: de ano para ano numa escala de vá tendo começado em 2009, até agora acha que os jovens ah, o seu contexto onde se inserem propicia (pausa) a participação ou não?

P1: deixe me ver, o parlamento dos jovens na forma em que está, está desde 2009, é? Eu conheço o parlamento dos jovens ainda ele era o jogo do hemiciclo

Entrevistadora: sim, 1995,

P1: pronto nessa altura e houve um prof que veio de Lisboa e que trouxe essa ideia para cá e eu aderi logo imediatamente e alunos nossos que neste momento são já homens feitos com 30 e alguns anos, ou 30 não sei, não estou a fazer as contas, ah hum, chegaram a ir a Lisboa à A.R com o “Jogo do hemiciclo” ainda tenho a t-shirt e o boné dessa altura, ah hum, depois o programa houve um tempo em que que deixei de ouvir falar do programa, e depois ele evolui para o parlamento dos jovens, a sua pergunta é como é que os jovens tem evoluído ao longo dos anos?

Entrevistadora: sim

P1: a evolução que os jovens têm feito na minha perspetiva muito humilde e muito honesta de quem está aqui todos os anos é uma evolução que tem a ver com as circunstancias sociais, da vida das pessoas, circunstancias sociais, económicas, politicas o que lhe quiser chamar, isto é os jovens são os contextos em que vivem o global e esse modo de estar na vida ah entra para a escola também e eles querem fazer mais , ou fazer menos consoante o ambiente a sua volta é mais motivador, nos últimos anos assistimos numa desmotivação progressiva das pessoas em termos sociais, económicos, em termos de empenho, em termos de empreendedorismo, em termos de vontade de querer inovar de ser criativo, e assistimos nas escolas a um movimento, a um retrocesso que é ãh, mais força sobre estudar para testes, de notas de teste notas de exames , uma pressão muito grande nesta vertente dos conteúdos e dos estudos para a aquelas pressões das classificações, e por tanto isso deixa o pouco espaço, pouco espaço de liberdade na mente do jovem, digamos que na dimensão mais hum, psicológica e mais social, da vida para outras coisas e os jovens respondem progressivamente mais a professora “não me fale nisso que nós temos teste”, oh Professora não posso que amanhã tenho teste oh professor que eu tenho que estudar matemática que tenho que me focar em matemática, neste ano” este progressivamente os jovens fazem e dizem isto ao longo dos últimos anos, e isto não é só uma, uma é uma questão individual, é uma questão do contexto em que vivemos a das pressões externas sobre a escola e de uma falta de de de, de, ah sentido de felicidade e de liberdade dentro das escolas, que não é culpa de ninguém, não é culpa deste diretor ou daquele diretor ou deste professor ou desta turma os destes pais, é fruto dos tempos que vivemos hoje.

Pausa

Entrevistadora: (faz todo o sentido)

P1: faz

Eu: como professora como é que lida com essas mudanças e com esses problemas e com esses diferentes contextos que se vão apresentando?

P1: durante os últimos quatro anos ou cinco anos resisti no melhor do que eu pude e fui muito resiliente e fui muito, positiva e fui ah, continuando com o espírito de mobilização que tenho para esta questão que tenho da cidadania, que eu acho que é muito importante, é do mais importante que temos, muito mais importante que exames e notas e outras coisas, ahh hum, até que cheguei a um ponto o meu desgaste pessoal, o meu desgaste pessoal da minha energia interior estava a ser demasiada em função de um ambiente que era em contrário, não culpa de ninguém mas, estava a ficar cada vez mais sozinha por uma coisa que, que, que nos últimos dois anos ah hum, foi feita, com e pelos alunos com muito sacrifício e com uma noção que faziam um grande favor à professora,

Entrevistadora: hum hum

P1: não é, e isto é muito desgastante, “oh professora porque, quer-se combinar reuniões, para marcar, para falar do programa dos objetivos das regras e tal, e os alunos desaparecem, e queremos fazer, e havia a sessão escolar e os alunos desistem da sessão escolar porque no dia seguinte tem teste e quê e o outro desistem porque estava na campanha só para fazer companhia aos amigos e agora não quer e é uma serie de, de, ah de situações a hum, ah, ah, que são querem que era eu sozinha não era bem eu sozinha mas a sensação que estava cada vez mais só, numa coisa que parece que ninguém quer ah ah sobretudo os alunos, se não querem não é, enquanto houve um aluno a dizer os professores o parlamento e tal.. “eu encontrei dentro de mim energia positiva para dar resposta até que houve um dia em que os próprios alunos do ano passado este ano se fecharam eee não, não quiseram, não não não, não, quiseram não falaram ano quiseram e portanto, ah e, decidi dizer que não, e custou me muito, muito muito, dizer que porque acho que isto é fundamental mas... (pausa) *tristeza*

Entrevistadora: não houve apoio por tanto da escola, não há apoio quer a nível, ah de conteúdos programáticos numa disciplina ou do contexto em si em que a escola esta virada, está contra a formação,

P1: Aí é outra questão, há escolas que levam o parlamento dos jovens ah pela proximidade, ah que o desenvolvem pela proximidade com uma disciplina ou outra, disciplinas de direito de economia eu não acho que isso seja que a participação da cidadania seja um direito de quem sabe de leis, acho que a cidadania é mesmo de nós todos, e portanto eu estive no programa dessa maneira e estou disposta a estar outra vez que é a cidadania é a intervenção dos cidadãos que querem falar e ajudar a decidir sobre o seu país é por isso que nós vamos a votos que nós vamos a eleições que eu voto desde sempre, desde que desde que tive direito a isso desde os dezoito anos, não é, uma tarefa da do “*manel*” que é de direito ou da Antónia que é que sabe dessas coisas de economia, participar na vida do país e é um direito e uma obrigação de todos nós, ah hum, aí portanto participar nisto não precisa de professores esclarecidos sobre o que é o parlamento não é, até é muito interessante, ah, ver a vertente do esclarecimento dos professores que não são especialistas em leis, ou em direito, ou na historia do parlamento ou na historia de Portugal, não é preciso não é, porque o que se quer com o programa não é que os alunos sejam especialistas em direito é que os jovens queiram participar, não é? não tem que ver com os professores à volta, quando falo da motivação, inclusive dos professores não é dos que são especialistas

Entrevistadora: sim

P1: nesta matéria, é do ambiente social a volta desta questão da cidadania, né? Que vem de fora, que vem de fora, vem de fora para dentro, esta estas estas, estas mudanças de cultura da escola vêm de fora para dentro, lá fora fala-se e assim, tem-se este ambiente e ele entra na escola por osmose, não é, nunca é ao contrário. Nunca é a escola, neste momento, não é a escola a mudar a vida, é a vida a mudar a escola.

P1: estou a falar de mais não estou?

Entrevistadora: não não

Ah hum, (bebe agua)

Entrevistadora: sabendo que no concelho nós já tivemos a escola básica e secundária e também, tivemos a escola secundária também a participar, teve algum elo de ligação com os outros professores que tiveram encargues com o parlamento dos jovens,

P1: eu creio que esse elo de ligação não existe nem aqui nem noutras escolas, nem noutras concelhos nem aqui nem em Faro, e digo isto porque quando vamos a sessão distrital, os professores mesmo vindo duas ou três escolas não se veem os professores a interagir, não se vê que os professores tenham tido um processo, ah, de partilha de alguma coisa, pronto aqui em Albufeira em que tivemos as duas escolas também não tivemos essa partilha, partilhamos um ano o autocarro, ah que a autarquia cedeu, e fomos as duas escolas no mesmo autocarro para Faro, mas isso não é propriamente partilha, foi a autarquia que decidiu não é, porque até chegávamos ao ponto de irmos entre as portas diferentes, e irmos separadamente uns a uma hora outros a outra, ah hum, do ponto de vista dos professores esse trabalho de partilha de... de trabalhar num âmbito de um concelho em vez de no âmbito de uma escola não, não é bom. Do ponto de vista dos alunos, eles criam alguma rivalidade natural de adolescente porque eles são amigos, e os amigos, que estão numa escola portanto os jovens que estão numa escola tem amigos na outra e se se envolvem mutuamente as ideias passam ou quem ganhou aqui quem ganhou ali, agora os jovens sabem que na fase distrital, ah é para discutir e ver quem ganha e quem vai à fase seguinte na fase nacional, portanto não há propriamente uma deixa vamos aprender a ser bons, vamos aprender estas coisas da cidadania não é? O programa tem esse senão. Que é passar à fase seguinte, significa ultrapassar os outros (eu: hum hum) e deixá-los para trás.

Entrevistadora: mas também devem conseguir tirar alguma coisa de positivo ainda

P1: não eu creio que sim

Entrevistadora: nessa fase do programa

P1: eu creio, sim, que tiram algo de positivo, mas é assim quando dizes as pessoas partilham, não partilham muito, porque isto não é para nos ajudar uns aos outros, há uma fase em que, eh, nós queremos passar a frente dos outros para ir à nacional. Não é mais, e aí quando condicionamos a, a partilha e o bem comum, não é.

Entrevistadora: passando ao segundo objetivo da entrevista tem haver com o contacto do IPDJ, com o contacto da direção que é com quem vocês contactam aqui, não é, não falam diretamente com o IPDJ central, como correu o elo de ligação com a direção do IPDJ? Não sei de me faça entender, desde a fase de inscrição até à fase nacional, se foram se não foram, como é que correu esse elo se houve aspetos positivos, se houve aspetos negativos.

P1: o contacto com o IPDJ quando não nos conhecemos pessoalmente, ah, fica naquela vertente muito formal, o email vem o telefonema vem, e as pessoas não se conhecem, ah quando nós passamos no primeiro ano e vamos a sessão distrital não é, ou , ahaaaah, (2 segundos) temos contacto diretos com as pessoas o IPDJ é, hum, muito agradável no contacto, muito solícito, muito educado, muito correto, nunca encontrei ninguém que não fosse no IPDJ, ah hum. O primeiro contacto é, (risos) quando as pessoas não se conhecem, não conhecem o IPDJ na estrutura, a pessoa fica um tempo de espera, já ultrapassei essa fase foi há muitos anos, quando chegamos a sessão distrital IPDJ dá todo o apoio, e daria mais, e já deu mais lá está, se mais possibilidades tivesse e se mais recursos tivesse, já teve mais recursos já deu mais apoio, neste momento este organismo não tem recursos, e outro não têm, dá menos apoio, chegamos a discutir é fundamental e dar um lanche a juventude, a juventude passa la o dia e o lanche acontecia, o lanche já foi mais rico, agora é mais contido, tem que ver com a circunstâncias em que vivemos os jovens tem, que, tem um lanche, têm a refeição oferecida, ah hum, as pessoas houve os pessoa, as pessoas, os os os, os agentes dentro IPDJ são muito agradáveis com a juventude, desenvolvem relações pessoais com a juventude muito agradáveis, não tem nenhuma queixa nenhuma queixa a esse nível, quando passamos a fase da nacional e no caso aqui da Técnica do IPDJ ela faz tudo para que a viagem corra bem tudo tudo, para que estejamos bem, aconchegados no lugar onde dormimos no dia do parlamento, a IF não desiste e é uma excelente companheira, não sei se será assim em todas as delegações do IPDJ, só conheço a de Faro e só conheço o apoio da Técnica do IPDJ, há outras pessoas um bocado mais comodidade que estão envolvidas noutras áreas não é, o caso do JV no caso da organização, das questões fundamentais do regulamento, do apoio formal à sessão, do protocolo, essas questões muito bem preparadas e o apoio aos jovens é muito bom, e de boa qualidade.

Há ainda o apoio da A.R no dia da sessão distrital também correto e adequada, e eee. Bem não tenho não tenho queixa, não tenho tenho não tenho razão, acho que está adequada, perfeitamente adequada. Perfeitamente adequada às ás...

Entrevistadora: na sua opinião quais são os aspetos que deveriam ser melhorados para que o programa tivesse mais jovens, chegasse a mais jovens, e não tanto só a uma turma numa escola, ou mais turmas numa escola, o que acha que a assembleia da república ou o IPDJ podia fazer?

P1: tem como pré conceito sobre o parlamento, que eu não uso que muita gente usa e que eu não uso que é o pré conceito uma turma se envolve, ai esta o meu grande grande grande trabalho aqui na escola de cidadania, que é quando nós queremos participar ninguém obriga a minha turma ou alguém a pertencer, eu faço se eu quero e portanto os jovens mobilizam-se porque era fácil para mim trabalhar no parlamento dos jovens e a minha direção de turma vai ao parlamento, mas os jovens não aprendem a cidadania, porque a cidadania implica liberdade, liberdade de escolha, o direito de querer, o livre de querer e o livre arbítrio também é cidadania e portanto eu sempre trabalhei com a divulgação por professores e por alunos, sempre uns que passam a palavra aos outros, começando pelos meus alunos, divulgando pelos meus alunos, e que passa a palavra ao outro, e passa ao outro, e sempre fizemos aqui na escola, sempre, quando eu estive responsável pelas listas que não eram listas de turma, listas com participação de alunos / cidadãos, de diferentes anos, não existe a coisa da turma, ah, o ano passado envolvemos ah ah, duas listas são vinte alunos mas entre, as turmas envolvidas acho que estavam agora não sei dizer de cor, mas hum, quatro, cinco, seis, será anos em que temos quatro turmas envolvidas, seis, oito, dez turmas, porque o amigo que quer participar traz o outro amigo, que não trás um rótulo de turma, portanto as pessoas querem participar e juntam-se assim, envolve alunos que estão na associação de estudantes décimo, décimo segundo, é claro que os de claro os do décimo primeiro e décimo segundo são os mais empenhados porque já aprenderam alguma segurança na escola. Os de décimo menos empenhados, mas sempre tivemos alunos de décimo a aprender as regras da participação para garantir que o programa continue para o aluno, exceto o ano passado, e portanto o que é que eu acho que pode ser feito. Pode o IPDJ entrar nas escolas, pode o IPDJ entrar na cidade e ter outra estratégia de chegar aos jovens antes de chegar aos professores, ou vir às escolas e convidar os professores mas não com a ideia de turma, que eu acho que é uma ideia errada confortável, para todos os projetos e todos os concursos que é a minha turma faz então a pessoa impõe, e o jovem desde muito cedo desde pequenino desde criança não aprende a escolher, nunca irá para o parlamento dos jovens por escolha própria, para aprender, para saber escolher é preciso ter tido um passado de aprender a escolher de aprender a participar, e ai de eu insistir nessa liberdade, de os alunos quererem, os alunos querem, mobilizem sem fazer a lista dão uma grande animação, da alguma confusão de escola confusão no sentido de movimento, dar até alguma animosidade entre eles porque se criam rixas de amigos ou de contrafações. Mas isso é tudo muito saudável porque faz parte da aprendizagem do que é intervirem na vida pública, não é.

Entrevistadora: estou apaixonada por si

P1: ri-se.... Estou a a falar demais

Entrevistadora: com a descrição que está a fazer, quem me dera ter tido professores assim, o problema é que não existe tantos professores assim

P1: parece que não, andam todos muito cansados

Entrevistadora: não sei se é o *stress* se é a pressão eu acho que os alunos não sabem lidar com a pressão, não sei se é o stress

P1: nunca aprenderam (2x),

Entrevistadora: se o regime continuar assim também nunca nem nunca vão conseguir aprender,

P1: porque se for sempre alguém fazes isto, anda cá tens disto, tens disto tens daquilo, uma pessoa não aprende a escolher, para aprender a escolher tem que se tirar o chão e dizer “decide-te!”, mesmo que demore uma semana, duas, quinze dias, um mês a pessoa tem de aprender não é, como aprendeu a andar de bicicleta e caiu tantas vezes (gesticulou), como aprendeu a andar de patins e caiu tantas vezes, como aprendeu a comer a sopa sozinho em bebé e sujou tanto a mesa né, (demonstrava com as mãos) há que fazer escolhas não é deixar as pessoas cair e aprender e levantar e tentar tentativa e erro e as escolas hoje não tem espaço para isto, numa maneira geral não dá espaço a isto a este tipo de escolhas.

Entrevistadora: mais uma pergunta a nível distrital e a nível escolar existe sempre a possibilidade de vir um deputado à A.R.

P1: e vem

Entrevistadora: sim e vem, eu gostava de saber se nas edições em que a P1 participou se veio algum deputado

P1: sempre

Entrevistadora: e qual foi a interação entre os jovens e os deputados

P1: olhe

Entrevistadora: se era um bicho-de-sete-cabeças...

P1: não, primeiro porque a nossa experiência, com a ajuda de uma outra colega de Lagoa, a Técnica do IPDJ ahh

Entrevistadora: faina

P1: faina, com uma excelente visão do mundo e uma lógica de pensamento muito interessante e sempre procuramos convidar deputados em parceira né, um deputado vem de manhã a uma escola e tarde a outra, tem assim, e tentamos convidar deputados a mais jovens mais próximos dos jovens e com um pensamento mais livre e ou eventualmente mais livre no regime, significa mais crítico mais oposição, mas também é a visão da posição que que , que que, nasce esta ideia dos jovens, eu posso pensar diferente e posso chegar lá, porque senão só temos a visão do partido dominante ou dos partidos dominantes pois lá estamos a levar o mesmo, né tem sempre razão o país está sempre muito bem e as leis são sempre muito boas, também já cá tivemos esse tipo de visão, o ano anterior , o ano passado e portanto o deputado que vem é ou mais jovem ou ah ahhhh mais oposicionista e a relação mas, muito sabedora do parlamento portanto faz as duas coisas, dá ao jovem a visão crítica do mundo não a dominante do partido dominante que esteja no poder e ao longo destes anos já tivemos mais que um partido e portanto estou mais que a vontade para falar e ao mesmo tempo bastante conhecedor dos mecanismos internos e como as ideias chegam eventualmente, leis projetos de leis, e ta ta ta ta, essa essa vinda do deputado lá à escola é sempre uma mais-valia de informação e de captação de jovens para ah hum, o respeito pelo parlamento eu as vezes não têm, não têm, antes disto não têm noção de como é importante. Então se nós chegarmos a levar os jovens à sessão nacional como já aconteceu é um deslumbre sobre a vida que lá existe.

Entrevistadora: os jovens são confrontados com uma realidade que só vêm na televisão

P1: e na televisão vêm o circo do parlamento na televisão não vêm o circo do parlamento, não é, e o círculo do governo e estas críticas todas e estas coisa assim sem sentido, quase sem sentido que é sempre uma diz mal, outro diz o outro diz o outro diz, portanto Quando se entra no parlamento e se vê as regras de trabalho do parlamento aprende se muito a ser gente.

Entrevistadora: quer falar, do crescimento dos jovens, por enquanto ainda sou jovem,

P1: fresquinha

Entrevistadora: estamos quase a terminar você já me respondeu a todas as perguntas

P: ah ah ah

Entrevistadora: brutal

Entrevistadora: queria perguntar quantos anos participou no parlamento dos jovens, agora são perguntas mais mais, pessoais, ah ah, hum.

P1: bom, essa pergunta é difícil de responder, a Técnica do IPDJ sabe de certeza essa resposta porque tem lá o meu registo, o que te...

Entrevistadora: sim nós temos lá tudo registado

P1: serão seis, sete anos seguidos

Entrevistadora: qual foi dos temas mais importantes para si que foi trabalhado no parlamento dos jovens?

P1: ahhh, eu hum,, os temas para mim são interessantes, para os jovens são alguns muito difíceis e portanto vejo os temas do ponto de vista dos jovens e nunca do ponto de vista meu pessoal, alguns foram muito muito muito, bons ah hum, outros muito vulgarizados que foi o caso das redes sociais, era fácil demais para eles e muito difícil de legislar e entramos em questões muito importantes como os o direito que cada um tem a sua privacidade de tal, ah hum, o ano passado acho que foi ano passado, a questão da natalidade e do envelhecimento, foi

Entrevistadora: não foi há dois anos,

P1: foi há dois anos, o do ano passado foi escolas públicas e privadas,

Entrevistadora: sim escolas públicas e privadas

P1: portanto é assim, os temas são muito à partida estranhos estranhamente difíceis para quem não tem que ver com o, os nossos interesses diretos, mas quando nos começamos a mobilizar e a pensar em termo de país e os jovens começam a perceber que estão a discutir o tema não para mandarem umas bocas (gesticulou) mas para se posicionarem em termos de país que somos e de mudar as leis em termos de parlamento acabam por encontrar uma força em cada tema. Mas à partida quando o tema chega é sempre muito estranho e já é o deste ano não me lembro de momento, mas hum ao ver aquilo, eh, ai que estranho

Entrevistadora: assimetrias entre o litoral e o interior

P1: exato, oh pa que estranho não interessa para nada e tal mas depois começamos a investigar a pensar, a começar a ver os jovens a decidir verdadeiramente as questões que os preocupam as questões da organização da nossa sociedade das questões de com quem estuda com quem vai para universidade, criar família ter dinheiro é muito interessante ver eles a discutir e depois o que têm acaba por ganhar relevância.

Entrevistadora: hum

P1: eu não tenho preferência por nenhum

Entrevistadora: eu também não

P1: não sei escolher,

Entrevistadora: todos eles têm peculiaridades para trabalhar e outros não, mas isso é tudo na vida.

Entrevistadora: qual é a sua área científica de trabalho?

P1: sou professora de português, tenho uma licenciatura em português e inglês, tenho um mestrado em ensino da língua a literatura portuguesa,

Entrevistadora: que medo

P1: não tenho o doutoramento por circunstâncias da vida, ah mas, era onde eu estaria, ah hum, fui professora de português no Estados Unidos da América durante quase quatro anos, professores do Instituto de Camões, para estrangeiros, fiz uma experiência colossal, e depois vim parar ao Algarve eu não sou de cá mas vim parar ao Algarve depois de ver o mundo vim parar ao Algarve e o Algarve é um mundo pequenino. Chega?

Entrevistadora: sim, se quiser

P1: como vê não tenho absolutamente nada, com leis com parlamento, com a gestão do país, não estou inscrita em partido nenhum, nada nada nada nada, e acho que a cidadania não pertence a nenhum grupo, a cidadania é de todos nós.

Entrevistadora: ah que idade é que tem? Se me permite perguntar

P1: cinquenta e três

Entrevistadora: há quanto tempo é professora nesta escola?

P1: fui professora em noventa e cinco, depois saí e voltei para cá em noventa e nove, dois mil e nunca mais saí.

Saí três anos, três anos fora e foi quando o parlamento começou entre dois mil e três e dois mil e seis, e hum ou dois mil e cinco e foi quando o parlamento quando regresssei em...

O parlamento dos jovens estava ah hum, a dar nas vistas pronto, e depois alguém não pegou e alguém disse ah e tal, o parlamento e tal, pego eu eu pego no parlamento e depois nunca mais me tiraram nunca mais designaram outro.

Entrevistadora: tendo em conta que foi professora nos Estados Unidos da América tendo em conta a participação juvenil aqui e não consegues comparar?

P:1 Já fui professora há muito tempo não consigo comprar o tempo que fui lá e aqui, já fui lá professora em oitenta e seis, não dá para comparar, são muitos anos fui professora numa universidade e não dava essa perceção se hoje fosse uma experiência muito recente com a mobilização social das pessoas, com os intercâmbios mais rápidos como hoje são não é? Teria essa perceção na altura, não havia se quer ahhh. trabalho de internet, as redes sociais, os computadores essa coisa esses telemóveis, essa coisa toda, portanto o mundo era outro, não é que eu seja velha era outro modo de estar na vida e não tenho termo de comparação a esta distancia. Não dá. Mas ah hum, ah hum, (pausa) há três anos acho que é três anos fomos ah hum, ah com dois alunos desta escola fomos ao parlamento europeu com o euroscola, havendo listas deficientes participamos no euroscola o ano passado não tivemos alunos para participar nos euroscola, ok? Portanto isto dá a noção de como os alunos não tem interesse, e no parlamento europeu os alunos têm um programa inteiro por dia e os professores têm um programa próprio e contacto entre eles, temos um pequeno almoço, um almoço, um jogo e uma umas reuniões e tal e a perceção que eu tive em conversa com professores de outros países, países do norte tínhamos na nossa mesa uns professores gregos antes desta crise da Grécia e na nossa mesa do almoço, estávamos nós as duas portuguesas uns gregos com uma finlandesa, e uma equipa finlandesa e uma equipa sueca, e nós temos que a noção das escolas do norte da europa são muito melhores, mais culturas, melhores resultados e a professora sueca finlandesa e sueca dava nos o feedback em tempo real de que isso hoje não é tao verdadeiro quanto passa, ou quanto passava para fora na europa, que os jovens hoje não são tao bons alunos nem tão, interventivos como há uns anos, portanto eu acredito que isto seja o fenómeno da globalização e da questões sociais em que vivemos, muito diferentes área do globo, desta desmobilização dos jovens é um pouco fruto

Entrevistadora: do que está á volta

P1: do que está à volta, do contexto, do tempo histórico, do tempo sócio económico histórico, de quem não precisa de intervir de intervir para mudar o mundo, não precisa, só quem sente vontade é que sai do seu colo para o fazer.

Entrevistadora: obrigada P1

P1: não, não não custou nada porque esqueci-me que estava numa entrevista, falo porque falo não é, e este meu mal de falar é, é o meu modo de estar nisto e dói-me bastante que o parlamento não vá para diante, mas realmente já desligamos?

Não, posso desligar.

Entrevista a P2:

Anexo 5- Transcrição de Entrevista P2

Transcrição de entrevista

Entrevista a P2 – Escola Secundária João de Deus

Entrevistadora: são muitas poucas perguntas, não sei quanto tempo é que pessoa tem,

P2: tenho aula às três.

Entrevistadora: só espero que a gente não demore muito. Posso começar?

P2: pode

Entrevistadora: quais são as motivações e objectivos que a levam a participar no programa parlamento dos jovens?

P2: a grande motivação, é, ah hum, o interesse que os alunos sempre manifestaram, por este tipo de iniciativas. ah e, ter verificado, que ao longo dos anos, ah, eles vão compreendendo melhor a quais são os (...) passos e quais são as regras de funcionamento das instituições democráticas, isso é, é, essa é a grande motivação, a origem do projeto aqui na escola teve a ver com o fato de eu ter uma turma de economia, que era particularmente, indisciplinada e de eu ter que recorrer a umas estratégias mais activa, maneira que eles se interessassem pelos conteúdos da filosofia, e ah, hum, a participação do projeto funcionou com essa estratégia, e resultou.

Entrevistadora: então quer dizer a forma deles actuarem mudou na escola, quando participaram no parlamento, ou envolvimento da sessão escolar e na sessão distrital?

P2: digamos que a nossa relação melhorou, e ao melhorar a relação, entre o professor, e os alunos, ah, ah, consegue-se pois, eh, que haja uma aprendizagem com com, com, o, como mais eh, ah, pronto uma melhor aprendizagem dos conteúdos, no fundo é isso, é fazer com que a relação seja, suficientemente ahhhhhhhhhh, interessante para eles, ou que haja uma partilha de interesses, que a partir daí, ah hum, motivem o conhecimento, dos conteúdos que nós temos que transmitir.

Entrevistadora: é a única turma que continua, essa turma supostamente já saiu do ensino,

P2: sim

Entrevistadora: ah, continua a, aplicar essa metodologia ao longo das outras turmas?

P2: depois o que foi acontecendo, foi o seguinte, como os alunos eh, das escola participam todos na fase da campanha eleitoral ah são, hum, presumíveis, ah, votantes numa determinada lista, portanto acabam por estar integrados sempre no projeto todos os alunos da escola e a partir daí implementando todos os alunos ficam a conhecer alguma coisa a cerca do projeto e depois são esses alunos que no ano seguinte, começam a perguntar e eee, a procurar informação maneira a que haja outra vez projeto a funcionar na escola, e portanto, depois começasse a a gerar um género, como uma bola de neve que vai sendo cada vez maior porque cada mais eles estão mais informados, acerca de como é que funciona o parlamento dos jovens, e só eles que empurram os próprios professores para os ajudarem a criarem uma lista a conhecer o regulamento, e a conhecer também o calendário das atividades na escola

Entrevistadora: ok como é que ah avalia a mobilização e a divulgação do programa? Quer com os jovens quer com os professores, a quem chega primeiro a informação?

P2: os professores são fundamentais, portanto a informação, deve passar ah, claro que por vários canais, mas eh, os canais institucionais são fundamentais, não é? Portanto o IPDJ, e o próprio e o próprio ministério da educação e a própria A.R. deve realmente a continuar a divulgar este projeto para que os professores, o compreendam e que e para que o possam aplicar.

Entrevistadora: e como é que avalia a participação dos jovens neste programa? Se alguns que, como é que valia? Como é que se existe rivalidade entre eles? Se não existe?

P2: sim, há competição, acho que é uma ah, uma das facetas da politica, ah ah é a competição não pudemos fugir a isso, os jovens são competitivos muitas vezes de uma forma espontânea, e a e e aqui pronto, é canalizada essa, essa necessidade de competir uns com os outros, é canalizado para a questão da argumentação que é, é é, capaz de uma melhor argumentação no fundo é aquilo que vai liderar um grupo são os candidatos, a ah, a uma que vão, que vão a pertencer a uma lista, que que, portanto, para para a liderar uma lista é preciso ter determinadas competências ao nível da argumentação é preciso que os outros colegas os seus pares o reconheçam o mais capaz e portanto ai a competição começa logo dentro do próprio grupo, na liderança a escolha do cabeça de lista e depois dentro da escola, entre as varias estas, claro que também há competição, mas essa competição é mais branda, é mais ah ah ah. Na base da brincadeira, outras é a competição é levada a serio, ah no fundo porque os jovens

também gostam de competir com eles próprios e de se tornarem melhores naquilo que estão a fazer, pelo menos essa é a minha percepção, ou esperança.

Entrevistadora: tendo em conta os temas e tendo em conta os diversos perfis dos alunos, porque de ano para ano sabemos que o perfil dos alunos, não é sempre igual existe sempre diferenças. Tendo em conta essas duas variáveis, como é a professora avalia, não é bem como avalia, e como é que a professora vê esta participação dos jovens? Se, de ano para ano, sente uma diferença se não sente?

P2: hum, ah, (pausa) as diferenças podem as vezes estar relacionadas com ahh, hum, os a interação dentro dos grupos, ah ah, eu, eu tenho tido turmas em que ah o modo de funcionamento interno dentro dos dez que são só candidatos é um modo muito bem estruturado muito bem organizado, muito bem liderado com regras bem definidas, ah e com interações, hum, bastante saudáveis, ah, noutros grupos, ah hum, os laços estão muito diluídos não existe coesão entre eles, existe um certa forma ahhh hum, menos, hum, menos sistemática, menos rigorosa, de realização das tarefas, ah ah, e e , portanto, ah ah as diferenças que eu tenho verificado é de grupo para grupo n propriamente de ano para ano,

Entrevistadora: eu tenho uma questão a fazer, a pessoa integra o programa como metodologia de avaliação na sua disciplina?

P2: sim,

Entrevistadora: e isso, tem funcionado com os jovens, não há jovens a dizer: essa avaliação não, não questionam o facto de ser o parlamento dos jovens nesse tipo de metodologia de avaliação?

P2: sim.

Entrevistadora: e isso, tem funcionado com os jovens, não há jovens a dizer: essa avaliação não, não questionam o facto de ser o parlamento dos jovens nesse tipo de metodologia de avaliação?

P2: e eu tento sempre que a assim, ha ha sempre jovens que contestam, ah hum, ahh eu tento sempre ahh ahh fazer dessa avaliação, ah hum, um um, como é que eu hei-de dizer? Um elemento também da própria democracia e portanto a primeira coisa que peço é a autoavaliação e só quando existe uma grande divergência entre a minha percepção, e a autoavaliação é que, ahhh, hum, tenho mais dificuldade, mas em princípio a autoavaliação que

o aluno faz é aquela que aceito como a avaliação do próprio projeto eu penso que também é um momento democrático de introdução, pelo menos introdução de uma variável de democracia dentro da própria avaliação que por si só, é, ah ah, um um, instrumento de poder, não é, é o professor tem o poder de avaliar o aluno e é assim que tem que ser obviamente, mas quando se dá um, uma pequena parcela de poder, ao aluno para ele se avaliar e se aceita, essa, participação, no processo de avaliação como legítima, é também uma forma de pôr a democracia a funcionar, e é este digamos o meu truque, é a aceitação o truque da auto avaliação. Em princípio, ah hum, claro que as vezes há divergências e aí funciona outra vez a argumentação e às vezes eu aceito argumentação do aluno que me mostra que eu fiz uma avaliação errada do que foi o trabalho dele, porque eu não estou em todas as tarefas que os alunos realizam, obviamente, nem nem nem, é preciso, não é, é preciso é que haja uma ficha de observação de tarefas, em que essas tarefas são registadas, pelo próprio aluno, portanto, ele, ele, assinala o o , que fez e o que não fez dentro da equipa, de trabalho no qual participa, e portanto ah ah, eu vou, verificar, algumas tenho poder, tenho a possibilidade de verificar, em geral, ah ah, sei lá 99% dos casos, hum hum não não, há nenhum motivo para não aceitar aquilo que é a autoavaliação que o próprio faz de si próprio.

Entrevistadora: acaba por ser uma reflexão própria do aluno do seu trabalho e sobre a participação no programa? Não é?

P2: Fica um mapa, digamos fica um mapa a assinalizar o seu, o seu, percurso, participei nisto, fiz, ah hum, um logotipo, ou ahhh . Participei no debate, ah, tudo isso fica depois registado pelo próprio, e portanto, é esse cenário que serve depois de base para a minha classificação, ahhh hum, mas 1º é o próprio aluno que se auto avalia,

Entrevistadora: isto só acontece nesta escola, não tenho visto este método de estratégia para os jovens participarem. Tendo em conta o corpo docente existente nesta escola, ah, os outros professores, também gostariam de participar ou não vêm essa recepção ao programa?

P2: cada vez há mais programas que querem participar, ahhh, depende de sempre dos temas, este ano está muito relacionado com conteúdos da disciplina de geografia, portanto há uma professora, que esta envolver as suas turmas todas no parlamento dos jovens. Depende dos anos, por outro lado, o que existe é ah, uma , um, uma maior receptividade as atividades que são realizadas isto quer dizer que as outras turmas, ahh, são acompanhadas por professores, quando há atividades como debates ou quando as a campanha eleitoral acontece, e os alunos, das listas pedem para fazer campanha dentro da sala, num hora em que há disciplina tal vezes

e portanto os professores cada vez mais aceitam isso, como uma, uma coisa normal, ah inclusivamente muitas vezes vem depois dar feedback, do que é que acharam, se se se as proposta foram vinculadas na aula, ah hum, teriam interesse ou não do seu ponto de vista, portanto cada vez mais, a escola está aberta ao parlamento dos jovens.

Entrevistadora: ah tendo em conta, os temas agora referiu-me os temas, qual foi para si os temas, que achou que os jovens estavam mais a vontade e eram mais apelativos para os jovens?

P2: é difícil, agora recordando os temas, de todos, ahhh, hum, mas pronto, a questão, ah hum, a questão da natalidade por exemplo, a questão portanto, de estarmos cada vez com uma ah ah, população ahhh, cada vez mais envelhecida, ah a consciência disso, o confronto com os números, ah hum, motivou-os levou-os a terem um pensamento crítico sobre no fundo, as as, a nossa forma de viver, a forma como nos nos organizamos socialmente, porque é que a sociedade chegou a este tempo não é? Em que cada vez que se pensa em ter um filho se faz, ehh, trinta contos e depois chega-se a conclusão que ainda não é altura. Não é. Como é que a sociedade chegou a isto? Como é que uma coisa tao natural que é ter um filho, não é? Passou a ser um maior problema do mundo, ah eh, é preciso quase que ir buscar um gestor um politico, um estratega, um politico, um, ah um filósofo, para nos aconselhar pois chegamos sempre à conclusão que é melhor esperar mais, é melhor esperar mais, e depois estamos aqueles problemas que são normais, que é a dia de fértil das mulheres, e , que é a questão de a partir de uma certa altura ter que se recorrer à ajuda medica para se engravidar, portanto estamos a ficar com uma sociedade mais artificial. e e, eu acho que este tema mexeu com eles.

Eles estarem a pensar na sua própria vida, como é que vai, ser quando for a minha altura de pensar em ter filhos, será que será que é ainda tao difícil será que ainda vou encontrar tantos obstáculos como, as pessoas que estão, agora na na na, faixa dos trinta não é, porque já... vinte e tal, trinta anos.

Entrevistadora: sim e agora como jovem, vejo como sou tenho vinte e dois acabar o mestrado, mas não me vejo com perspetivas de futuro nos próximos cinco anos puder engravidar ou constituir família, porque o mercado que temos à volta não nos permite...

P2: torna-se difícil é bom que o programa tenha feito essa reflexão nos jovens e que os jovens tenham conseguido fazer alguma coisa, tenham feito alguma coisa, não é feito alguma coisa, é terem reflectido alguma coisa, sobre o assunto,

Entrevistadora: pois. Agora vamos falar, vamos falar acerca do contacto com o IPDJ e com a Assembleia da Republica, termos assim uma pequena avaliação do que foi para si o trabalho como professora responsável porque não é a primeira vez que é professora responsável no programa não é?

P2: não, tenho sido sempre.

Entrevistadora: tem sido sempre e nunca quis passar a bola a ninguém

P2: ahh, hum, nunca nunca eu nunca senti isto como uma tarefa a mais senti sempre como qualquer coisa que eu faço, ahhh, dentro da minha aula, para motivar os alunos para pra uma parte do programa que é muito importante da filosofia que é a argumentação porque é q eu hei de argumentar porque é que eu hei de colocar situações, para os alunos argumentarem, ahh, fora deste contexto, este em contexto é um contexto muito rico portanto, prefiro fazer o assim do que fazer fora do parlamento dos jovens, portanto eles já sabem quando chegam a aquela altura em que tem de estudar a argumentação como uma forma como uma estratégia, política e que tenha um envolvimento, importante na nossa sociedade, que nos efetivamente estamos a, ahh, a viver numa sociedade em que a capacidade de comunicar é muito importante é muito valorizada, ahhh, porque é que porque é que não há de ser através do parlamento dos jovens, realizando tarefas ahh hum, que já, que já estejam formatadas para o parlamento dos jovens, ah porque não. Portanto eu não vejo isto como um ser responsável, é, ja ja, ah já é uma coisa natural se alguém me, ah hum, perguntar se quero a pasta a outra pessoa qualquer não me importo, mas eh, a ainda ninguém me perguntou isso, e ainda nem tinha colocado essa pergunta a mim própria. Não é nada que me custe fazer.

Entrevistadora: aqui na escola vocês têm o apoio da direção da escola no parlamento dos jovens se existe um envolvimento da direção.

P2: é assim eu ao principio nunca cá está eu nunca vi isto como uma tarefa a realizada, a um acréscimo de trabalho pronto é isso, nunca vi isso como um acréscimo de trabalho, até quando faço a minha planificação tenho que seleccionar, ah atividades, que que, que se, ah que se adequem aos meus objetivos e, portanto, foi uma estratégia que eu, estudei como, ah ah, como adequada, e implementei. Como na vi isto como acréscimo, ah hum, nunca precisei de pedir a a a apoio de da direção, mas a partir de uma certa altura realmente a direção, ahhh hummm, provavelmente porque, ganhamos a fase regional e depois fomos a Lisboa, provavelmente por causa disso, nunca foi uma coisa que tivesse pedido, mas a direção a partir de uma certa altura

começou a considerar o meu trabalho, horas, para me dedicar à coordenação. pausa.. Não sei se era esta a pergunta,

Entrevistadora: era era

P2: o apoio é total neste momento,

Entrevistadora: se é positivo até porque se tiver algum constrangimento até para os alunos fazerem a parte da campanha eleitoral, também é preciso autorização para usares as instalações...

P2: fizemos sempre uma reunião

Entrevistadora: sim

P2: com as duas listas fizemos uma reunião e a direcção que estipula a quais são os locais da escola, que servem para afixação dos materiais, ahhh , quanto papel é disponibilizado na reprografia para as listas poderem utilizar na campanha eleitoral, as regras também de de do debate são logo estipuladas, nessa reunião, e portanto, ahhhhhhhh, a direcção esta sempre ao corrente e é a palavra da direcção que conta, quando é necessário tomar decisões.

Entrevistadora: quando os os, por exemplo, vão à sessão distrital os professores reúnem-se, porque esta a decorrer com as varias escolas a sessão distrital varias escolas representadas. Existe uma ligação com os outros professores, dos outros concelhos do distrito de faro, ou não existe essa ligação?

P2: pausa, ah quer dizer, uma ligação, não posso dizer que haja uma ligação,

Entrevistadora: não falam sobre o parlamento dos jovens, sobre o perfil dos jovens?

P2: pausa... Quando há aquelas reuniões, mais formais, sim, agora quando nos estamos na sessão estamos a ouvir os jovens, não há oportunidade, talvez cá fora, no café, mas ah ai são momentos de maior descontração, porque as sessões são sempre sessões cansativas. Temos que estar a ouvir as propostas, temos que estar a como é que se estão a organizar, entre eles, hum, como é que estão a ser negociadas, as alterações, as votações tudo isso, nessa altura não convém estar muito disperso em relação ao que se esta a passar na própria assembleia.

Entrevistadora: Quais são os principais constrangimentos que relaciona com a participação dos jovens na, nossa sociedade há em dia?

Agora em termos gerais,

Em termos gerais vamos falar só em termos gerais,

P2: os maiores constrangimentos, pois... Os constrangimentos. Em relação a isso, ahh, hum... eu acho que a escola podia ser mais activa na divulgação destes destes projetos, e devia haver um maior empenho, ah, porque é que a escola não se empenha mais neste tipo de projetos, pode ter haver com o facto de, vivermos numa sociedade muito competitiva, portanto os jovens, também tem os seus objectivos em termos do que, de notas, de exames, e, portanto, estarem muito muito, focados, nessas questões... Tudo o que que esteja fora disso, pausa, porque é que eu, coloquei a componente da avaliação? Porque é que este projeto na minha disciplina conta para a avaliação? Porque é forma também de ter certeza que eles não estão a desperdiçar o tempo que eles consideram fundamental, para terem, os seus objetivos, para puderem, para puderam caminhar no sentido dos seus objetivos que são ter boas notas, portanto, se o projeto funciona como um meio para eles terem boas notas, ou para eles melhorarem até as notas que já têm, nessa altura o projeto funciona como um meio para eles conseguirem isso. Quando os projetos aparecem, como uma sobrecarga de trabalho em que eles não não vêem, ahh, nenhum ahhh, nenhum benefício, ahhhh, ai é mais difícil. Portanto, eu sei que há países por exemplo, eu agora tenho contacto com um aluno do sistema canadiano, ahh, em que esse aluno precisa de fazer quarenta horas, de trabalho voluntario, para ter o diploma do décimo segundo ano, pode ter vinte nos exames todos, mas se não tiver quarenta horas de trabalho voluntario para a comunidade, num projeto qualquer que ele escolha, ahhhh, o estado canadiano o não lhe dá o diploma do décimo segundo ano, não pode ir para a universidade sem essas quarenta horas, portanto ele agora esta cá, ta cá, em Faro, e está a fazer voluntariado aqui na escola.

Entrevistadora: hum hum, sempre acaba por ser uma boa estratégia, fundamentar o voluntariado na pessoa, a responsabilidade cívica, na sociedade

P2: tem que haver um benefício qualquer, se não houver um benefício é difícil qualquer os jovens, pronto, que por iniciativa e motivação intrínseca aderem às coisas, mas colocar uma turma a funcionar para este projeto, para um projeto qualquer se não houver um benefício, se não houve uma classificação, se aquilo não contar para a nota, que é como eles dizem: mas conta para a nota? - Conta, conta sim, cinco por cento para a nota é muito pouco mas é qualquer coisa não é.. e cinco por cento ahhhh, muitas vezes é o suficiente para e ter mais qualquer coisa na nota, chegar onde eles querem. Se não houver é mais complicado, portanto

os constrangimentos, é as vezes é, a nossa dificuldade em perceber o que é que podemos oferecer para que o jovem, ah hum, ahhhhhhhh, se sinta, atraído por aquilo que está a fazer. Porque em termos de motivação intrínseca é difícil encontrar jovens que tenham isso.

Entrevistadora: se mudarmos algumas das estratégias, por exemplo, se agora definissem que em disciplinas que sejam gerais aos alunos, não é décimo segundo ano, décimo primeiro, o IPDJ só trabalha no ensino secundário, acompanha o básico mas é um acompanhamento mais afastado, se se for, pedido que seja ah ah, posto numa unidade curricular, numa disciplina não como método de avaliação, pode ser como uma actividade que possibilita alguma coisa, vamos ter mais participação?

P2: acho que sim

Entrevistadora: e vamos ter mais professores a participar?

P2: também acho que sim

Entrevistadora: e o envolvimento da comunidade escolar, do pessoal não docente, também é importante neste programa?

P2: é é importante claro q sim, eeeeeeeeeeeeeeeee, e aqui na escola, há sempre quem, quem, quem colabore, ahhhh, ahhhh, olhe a organizar as salas, não é,

Entrevistadora: hum hum

P2: colocar as mesas e as cadeiras, aqui nesta sala. Houve aqui um *workshop* esta manha, teve aqui num *workshop* sobre direitos de cidadania europeus, eeee, por tanto é é, sempre necessário, ahh, pedir também para que haja um placar no átrio, todas essas tarefas mas o, o nosso pessoal é muito competente e faz essas tarefas de bom grado.

Entrevistadora: para contribuir para o bom funcionamento da escola. O que é que o parlamento dos jovens contribui para a sua experiência profissional?

P2: pois, eh, é por em pratica uma metodologia, que é ativa, em que o aluno participa obrigatoriamente em que tem que ser ele, um agente da sua própria, do seu próprio desenvolvimento, ahhhhh, enquanto pessoa, enquanto cidadão, enquanto hum, participante numa estrutura que, hum, pode funcionar como um motor de arranque para qualquer coisa de mudança social, no fundo aquilo que se pretende é que a escola seja um agente também de desenvolvimento das pessoas e da sociedade, na qual, está instalada não é?

E, portanto, isso é o é essa é uma das motivações é fazer com que o parlamento dos jovens, ajude os jovens a integrarem-se numa sociedade em que cada cidadão é um sujeito activo. e não é um mero recetor de, ahhhh, diretrizes de regras que vem de cima e que não são, ahhhh, produto de uma construção coletiva.

pausa... não sei se...é isso que se pretende.

Entrevistadora: aqui não há resposta certas ou erradas,

P2: mas era esse o âmbito da pergunta

Entrevistadora: sim, sim, era esse o foco da pergunta, a professora respondeu a este, este também.

Como é que corre o elo de ligação com a direção do IPDJ?

P2: muito bem, eles já estão ahhh, há uns aninhos isto, já tem muita experiência, tem muita mais experiência que eu, já vêm há muitos anos atrás, já conhecem muitas escolas, e portanto, rapidamente, ehhhh, qualquer problema que surja resolvem mo com facilidade portanto é uma instituição parceira fundamental porque no fundo centraliza, não é e cria ali, uma rede ahhhhh, porque senão está cada escola a funcionar por por si, se não houvesse o IPDJ, nós, teríamos mais dificuldade em coordenarmos sobretudo depois na sessão, na sessão distrital.

Julgamos que este ano vamos fazer a sessão distrital no teatro, então?

Entrevistadora: porque são catorze escolas,

P2: ai é verdade parabéns, ri-se

Entrevistadora: a professora, eu sei que a professora teve presente na ação de sensibilização lá na direção, acho que foi uma das estratégias que levou a que houvesse mais escolas inscritas este ano, resultou.

P2: resultou pois. Nós já estávamos a precisar, desde os seis que o ano passado, pelos catorze que ainda temos hoje é bom não é.

Entrevistadora: é muito bom

P2: eu fiquei muito contente porque eu fui la espreitar e vi que eram catorze, fiquei uuuuu

Entrevistadora: e a básica e ainda teve mais alunos e mais escolas inscritas este ano

P2: e nós este ano vamos ter muitas listas, por causa da geografia. a geografia vai entrar em peso, e nem sei quantas listas vão ser, vai ser na altura do debate, vai ser

Entrevistadora: há lugar para toda a agente, não se preocupe com isso

Quais são as estratégias que julgam ser mais eficazes para a mobilização dos estudantes neste programa? Como é que nos conseguimos chegar mais aos jovens em vez de chegar primeiro aos professores? Chegar aos jovens?

P2: eu acho, eu não domino essas técnicas, mas os jovens agora é tudo redes sociais pela internet, e por aí... facebook twitter, pausa é só estratégias de publicação que são mais eficazes não é? Televisão, eles quase que não vêm, e os telemóveis agora são os ecrãs privilegiados. Portanto pensem em qualquer coisa que passem pelos telemóveis, ri-se.... no outro dia vieram ca fazer uma campanha com um logotipo, eeee, eu não percebi o que aquilo era, e perguntei a uma aluna e ela disse, ah sim sim! Sei o que é, então era uma aplicação, de uma companhia de telemóveis, eeeeeee, eeeeeeeeeee, aquilo sabia, eles estavam a tentar vender um um, tarifário. ou seja aquela campanha existe para os jovens mas pra minha geração não existe, eu desconhecia completamente, aquela, aquela, aquele logotipo aquelas cores, aquilo n me dizia nada, nada, nunca tinha visto aquilo, eles vieram, era muito chamativo para eles, assim que eles viram, fui eu que os trouxe, a direção da escola pediu pra eu trazer cá os alunos aquela actividade, ah hum porque tinha a haver com segurança na internet, até era um conteúdo importante para eles, só que aquilo ahhh humm, esse conteúdo era transmitido através de uma própria campanha promocional, eu cheguei aqui não percebi nada, do que era aquele logotipo e eles disseram que sabiam, conheciam as personagens que estavam aqui porque fazem parte de um canal do youtube, que eles visitam. Eles conheciam os jovens q estavam aqui a dinamizar aquele, aquela ação. Para mim eram, totalmente desconhecidos. Portanto, eles eram tao conhecidos que foram pedir autógrafos a seguir, portanto há realmente canais, para eles que são diferentes dos meus. Tem que pensar em, nessa.. Possibilidade

Tem que pensar...

Entrevistadora: professora já lhe fiz todas as perguntas

P2: ai que bom. Então esta safo.

Entrevistadora: sim.

P2: isto tem que ser tudo transcrito, não é?

Entrevistadora: hum que bom, e analisado, transcrição análise de dados e ainda por passa por outra análise e depois é que segue para o papel.

Entrevistadora: para si qual é a razão dos jovens do Algarve não quererem participar nestes programas?

P2: acho que tem a ver com os professores, talvez aqui no Algarve tenham uma atitude, ahh, menos ahh hum, aaahhh, interventiva. O eu já fiz formações no Norte, e já vivi situações de trabalho de equipa no Norte, eu acho que há, hum, um, traços culturais diferentes, o professor do Norte é mais interventivo, acredita mais na possibilidade de mudança pode ser mais conservador nos aspetos dos costumes, nos somos mais deliberais, os alunos andam com grandes, com grandes descontração na escola, mas se calhar nós temos uma classe docente menos interventiva, essa é a minha perspetiva, vale tanto como outra qual.

Entrevistadora: quais eras as estratégias que podíamos ter com os professores, tendo em conta esses traços na sua perspetiva que podíamos fazer?

P2: a estratégia foi boa, realmente fazer uma sensibilização todos os anos chamar mais gente. Até que se pega numa escola, e depois os professores também vão querer participar. A partir do momento em que um programa entra numa escola é difícil depois sair, não é? é preciso é entrar.

O IPDJ tem sempre que tentar dar o apoio, porque quem esta a entrar tem sempre muitas duvidas, muitas perguntas, e o vosso apoio é fundamental, no primeiro ano é fundamental. ahh, e depois quando o professor sente mais segurança já, já não tem ata para sair. (ri-se) já é mais complicado sair, porque as coisas já se tornam um bocadinho repetitivas, as tarefas acabam por ser sempre iguais, na pratica aquilo q eu hoje fiz em 10 minutos q foi criar um placar informativo, a primeira vez que criei um placar informativo se calhar levei uma semana a pensar e a decidir e a ver o que punha o que punha e o que não punha e agora já esta tudo na *pen* é alterar as datas os nomes, porque os documentos já estão, feitos, portanto é, só, transformar os documentos do ano passado, já há muita coisa rotineira que se faz desistir agora porque? Já é uma coisa natural já se faz nisso e entra numa rotina e se, os alunos acompanham estão motivados, e aprendem coisas que são interessantes não faz sentido nenhum parar a partir do momento em que uma escola começa é difícil parar.

Entrevistadora: primeiro estranha se e depois entranha-se

P2: primeiro estranha se porque há muitas formalidades, não é, portanto, há regras que nós temos que interiorizar, e, que são as regras da democracia representativa, e aprender que uma democracia representativa é uma democracia representativa, por exemplo, o nosso presidente da república ainda não percebeu muito bem o que é.

Ele teve dificuldade, foi difícil, foi uma aprendizagem muito difícil. Portanto a democracia representativa, tem regras, e às vezes nós pensamos na democracia como qualquer coisa a muito direto não é, a maioria pensa isso, e é isso vai acontecer.

A maioria vai eleger alguém que vai ter proposta, que vai depois executá-las, mas que tem também um poder de representação e de autonomia e, portanto, o que acontece é que aquela assembleia pode tomar decisões que não eram as mais espectáveis

Entrevistadora: hum

P2: e isso às vezes torna as coisas complicadas. porque as vezes as decisões que são tomadas na assembleia não eram aquelas que pareciam as mais logicas, para que estivessem a acompanhar a campanha eleitoral, e do ponto de vista, quem está de fora, estas são as melhores propostas, e as vezes as melhores propostas não são aquelas que são melhor vinculadas, não são aquelas são melhor entendidas, pelo pelo pelo, eleitores. pela a.. pelo auditório e, portanto, a comunicação é fundamental, o que nem sempre é uma boa ideia, é a ideia mais aceite.

Trabalhar isso, trabalhar isso com os alunos. Simplificar a mensagem tornar a mensagem, tem que ser a que fica, mas tem que ser simples porque estamos a falar para pessoas, que tem, ahhhh, uma experiência diferente da nossa, e a experiência conta muito e a minha experiência é a que vai aceitar ou na aceitar aquilo que estas a dizer, n é o valor do que estas a dizer, que vai a minha aceitação é a minha experiência, eu tenho que adequar o meu discurso a essa experiência que é a experiência do outro, e nos estamos aqui numa escola temos alunos do ensino profissional temos alunos do ensino regular, temos alunos que estão a começar o percurso, temos alunos que já só estão a pensar em sair, portanto o discurso das listas tem que se adequar aos vários auditórios, tem que se adequar aos vários interesses de varos grupos dentro da própria escola, isto não é estar a dar mensagens diferentes isto é adequar a mensagem simplificar e adequar tudo isso é, muito importante, porque as vezes pessoas cheias de boas ideias não conseguem comunicar as suas ideias.

Porque as boas ideias não são implementadas porque não tiveram um bom veículo de transmissão.

Entrevistadora: na sua perspectiva pensa que os jovens sabem o que é a participação cívica? O que é a participação activa na sociedade? Como professora, no contexto que tem acompanhado ao longo do tempo?

P2: pois, eu, ah acho que há um défice a esse nível, há um défice a esse nível, ah hum, há há, há muito trabalho para fazer ai, há muito trabalho, e eu gosto sempre de dar casos práticos, de, de relacionar a filosofia com a nossa vida, ahhhhh, nas suas varias vertentes, e portanto acho que a nossa participação e e, e, pronto a nossa participação cívica é fundamental, a nossa vida não se resume a isso mas essa é uma vertente que eu valorizo, e portanto o parlamento dos jovens também serve para isso, para essa valorização.

Da capacidade que cada um de nós tem para contribuir para que a nossa sociedade seja diferente daqui para a frente.

Caracterização socio demográfica

Entrevistadora: nome completo idade estado civil, área científica de ensino e o seu percurso académico

P2: AL, solteira, mas tenho duas filhas e, portanto, ah, continuo a ter encargos familiares (risse). Licenciatura em filosofia, trabalho há vinte anos nesta escola

Anexo 6 – Transcrição de Entrevista P3

Transcrição de Entrevista

Entrevista a P3: Escola Secundária Pinheiro e Rosa

Entrevistadora: posso-lhe pedir que me diga o seu nome área científica

P3: chamo me ___ sou licenciada em filosofia e (pausa) tenho lecionando sempre esta disciplina ao longo dos anos

Entrevistadora: E há quanto tempo participa no parlamento dos jovens?

P3: no parlamento dos jovens há três anos, ou quatro talvez em que no primeiro ano era uma colega outra colega de filosofia que era a coordenadora depois por uma questão de distribuição de serviço passei a eu a ser coordenadora do programa ate ao ano passado e este

ano volto a não ser também é uma colega de filosofia que esta responsável pela coordenação deste projeto ainda que em função da minha experiência tento sempre dar algum apoio não é.

Entrevistadora: claro, ah! Quais foram as suas motivações e objetivos que delimitou para participar neste programa do parlamento dos jovens? Quer já tenha participado como coordenadora quer agora só como professora.

P3: a minha primeira grande motivação é sempre dar a possibilidade aos meus alunos de ah, participarem em projetos e em atividades que promovam a sua capacidade crítica reflexiva e argumentativa, e portanto este projeto da assembleia da república que visa mostrar aos alunos como funciona o parlamento ah, e que lhes dá a noção de que podem e devem ser cidadãos ativos e mais participativos foi digamos assim ah, a minha grande motivação portanto, e e, eee em seguida dar cumprimento aos objetivos do programa em si não é replicando nas escolas a atividade da assembleia da republica

Entrevistadora: ok, tendo em conta a sua função no parlamento dos jovens como avalia a mobilização e a divulgação do programa.

P3: a divulgação do programa é boa, porque a informação existe e porque os técnicos do IPDJ em particular ah hum, não, cessam de incentivar os professores e as escolas a participar, a mobilização nas escolas ahhhh torna-se difícil porque isto como deve já ter-se apercebido implica sempre um trabalho extra do trabalho que nós já temos quer em termos burocráticos quer em termos didático pedagógicos é difícil por um lado conseguir novos professores que adiram ao projetos e é também muito difícil aos alunos adiram de livre vontade, das duas uma ou são alunos que por si já tem uma tendência procurar outras atividades que não são estritamente curriculares ou então como sei que acontece em alguma escolas, o projeto é integrado de alguma forma de indiretamente nos conteúdos programáticos sujeito aos critérios de avaliação da disciplina que aí cria obrigatoriedade de participação, caso contrario se deixarmos apenas e só a livre iniciativa doa alunos não arranca.

Entrevistadora: tendo em conta que em todas as escolas existe a criação de uma associação de estudantes como avalia este processo tanto no parlamento dos jovens como na associação de estudantes? Todas as pessoas querem participar na associação de estudantes querem participar no parlamento dos jovens ou não encontra esse elo de ligação?

P3: Não, não não geralmente não há qualquer correlação ah, a maior parte das associações no secundário, são aquilo que eu costumo chamar de comissão de festas ou então são uma

primeira via de acesso a atividade político-partidária, e mais a primeira do que a segunda, em relação a escola ah, e á minha experiência, o que de, o que nos estivemos aqui foi o apoio de alguns membros da associação, na divulgação do projeto como participantes da mesa eleitoral ah, e ai sim tiveram como participantes nas sessão escolar, houve alguns membros bastante interessados, não sei se foi uma situação pontual que esteve a haver com aquelas pessoas em particular ou se eventualmente isto vai poder ter continuidade este ano, espero que sim. (ri-se)

Entrevistadora: mas tendo mudado, tendo em conta sendo a professora coordenadora anteriormente na hum sendo coordenadora aqui no projeto agora mudou para outra pessoa tem com um elo de ligação a nível do programa?

P3: para começar porque ela faz parte, é também professora de filosofia e faz parte do meu subdepartamento e por isso e por questões profissionais acabamos por ah, ter que falar frequentemente e, portanto, eu julgo que será seguida o mesmo modo de atuação, penso eu. Dando em paz a liberdade possível de cada um ate porque nos professores nós entramos neste projeto precisamos que a escola em termos de direção e outras pessoas apoiem porque é um trabalho complicado de gerir e mais se houver listas de deputados um professor só, é uma imensidão de trabalho.

Entrevistadora: claro, claro, tendo em conta como já participou na sessão distrital ou na sessão escolar, vocês tiveram a presença de algum deputado?

P3: tivemos

Entrevistadora: como é que foi essa ligação entre o quer professor quer a ligação entre professor e deputado e alunos e deputado?

P3: pausa, bem, eu estive presente (...) apenas em duas em que sem referir nomes uma delas eu acho que correu muito bem e houve uma linguagem da parte do deputado muito próxima dos alunos muito a tentar ah, numa tentativa muito grande responder as questões deles ah ah ah, e numa linguagem muito acessível ah, porque mete ao nível deles não outro nem tanto, acho que houve um discurso que já vinha pré formatado independentemente dos alunos em causa e acho que nem o deputado ficou muito satisfeito com o a conjunto de alunos que teve pela frente nem os alunos viram-se desfeitos os seus interesses nem respondidas as suas perguntas, portanto, eu acho que como em tudo há um projeto com objetivos comuns mas depois ah cada um acaba por incutir um cunho pessoal, as coisas e pode fazer diferença sempre melhor ou pior. Ah ah ah (ri se)

Entrevistadora: qual é o seu nível de conhecimento de participação do programa referente aos jovens?

Como é que os jovens participam neste programa? Criam listas de uma turma só, criam diversas listas de vários alunos?

P3: ah a tendência é maior para criar listas relativas a turmas, quando há alunos de várias turmas realmente vão buscar aqueles que já conhecem, ou que eram amigos, ahhhh, raramente ou pelo menos numa primeira experiência, raramente escolhem aqueles que tem que acham que têm uma maior capacidade comentativa ou flexiva, é sempre um grupo dos companheiros do percurso. Portanto é mais a lista turma, em regra.

Entrevistadora: tendo a sua experiência no programa que acha que os jovens precisam ah, qual é a maneira quer como professor que como cidadão que que é necessário fazer para chegar aos jovens para fomentar a participação?

P3: hum, fomentar a participação é sempre muito difícil, é preciso eu acho que é em primeiro lugar é preciso dar a informação que possa suscitar o interesse e depois mostrar que esse interesse tem realmente a possibilidade de dar frutos isto é que eles podem atuar que as suas opiniões conta ou vão ser analisadas, eventualmente podem permitir alguma mudança caso contrário a tendência é a da inércia. E não é exclusiva dos jovens, é de todas as pessoas.

Entrevistadora: tendo em conta o perfil dos jovens que normalmente participam no parlamento dos jovens, ah ah, esses jovens algum já teve alguns jovens com portadores de deficiência a participar no parlamento dos jovens? Ou nunca foi procurado essa vertente?

P3: não, hum, não, não, nunca tive, nenhum aluno, não. Com necessidades educativas especiais não, a participar.

Eu: mas porquê? Porque a informação não chegou lá ou porque não houve a procura?

P3: ahh

Entrevistadora: de se integrar

P3: se calhar porque não houve a preocupação de se integrar porque num dos casos a que passou perto, o défice era mesmo em termos de capacidade cognitivas e hum, discursivas, portanto não fui eu que fiz uma espécie de segregação, mas o próprio grupo ah que fez a lista ah, (pausa), eu julgo que, eu julgo que um deles ainda entrou como candidato numa ultima

posição, mas foi deliberadamente à parte, aqueles alunos sabendo que como havia mais listas não haveria hipótese de ele chegar. Portanto acaba por ser um pseudointegração.

Entrevistadora: hum. Como é que é feito o elo de ligação entre o programa e a direção da escola? Existe o apoio de direção com os professores e com os alunos? Ou esse apoio é inexistente.

P3: há apoio quer a parte desta direção quer das direções anteriores, quando os professores envolvidos solicitam sim sou eu acho que são pela minha experiência somos nós professores que dizemos o que é que vai acontecer, que fazemos notas pas pas página da escola que em termos de processo eleitoral pedimos recursos materiais ou espaços e é ai há toda colaboração possível, ou então, quando numa fase inicial a informação, a divulgação do projeto chega em primeira instancia chega a direção, pois, é reenviado pelos grupos disciplinares mas agora a direção participar diretamente no desenvolvimento do projeto, não, se solicitado dão o apoio necessário.

Entrevistadora: A professora alguma vez foi à sessão nacional?

P3: Já, fui uma vez

Entrevistadora: então vou-lhe fazer uma pergunta, tendo em conta, e também já foi a sessão distrital de certeza, tendo em conta, como como professora, como docente, ah, hum, vocês chegam à sessão distrital, e a pergunta é existe uma relação, existe um elo de ligação com os outros professores?

Discutindo os temas, falando sobre os alunos, sobre os alunos, ou não existe esse elo de ligação ou essa partilha?

P3: existe, a posteriori, informalmente, não esteja previamente planeada, ou definida, ah, e existe porque quer na sessão quer distrital quer na sessão nacional, os professores tornam-se acima de tudo acompanhantes e espectadores, não é, e, portanto, já que estamos a ali, ah, estamos a dar um apoio naquele momento, eh, acima de tudo, apoio moral tácito, e depois claro vamos comentando quer o programa em si, quer o desempenho dos alunos. Mas é uma coisa que tipo previamente informal não é, e por um lado ainda bem, porque este programa já tem muitos já tem muito muito burocracia inerente, ah que alias é algo uma das razoes porque muitas pessoas não querem aderir, eu percebo q seja necessário contabilizar dados, e, e, essa todos os aspectos mas é sempre , é sempre, trabalho acrescido, não é.

Entrevistadora: claro, faz todo o sentido. Agora vamos para, no início não disse isto divide-se em duas partes, a entrevista, primeira parte (...) e a mobilização por parte dos professores no programa, no programa, e no parlamento, e agora na parte tem a ver com o contacto do IPDJ, instituto português do desporto e juventude

A primeira pergunta refere, tendo em conta a experiência do professor, profissional, se já participou numa das edições do parlamento dos jovens, mas tendo em conta a que foi, qual das edições e qual dos temas é que a motivou mais a participar? se houve algum tempo que a levou a mais a participar, se outros temas não...

P3: hum não, não foi uma questão de tema, foi mesmo uma questão de adesão ao projeto, por exemplo, o tema desta não me não me interessa particularmente, ah, ou é de mais difícil de direccionamento para o tema entrar à minha disciplina, ah porque eu tento sempre conjugar ate que me forma de motivar os alunos, mas não, foi o projeto em si, mas que do o tema ate porque o tema é votado pelos alunos, em cada ano. Não é., na sessão nacional, portanto a partir daí, se, se os temas se optem por votação e por maioria não há mais nada a acrescentar não é.

Entrevistadora: como tomou conhecimento do projeto?

P3: hum, pela informação disponível na net, no site IPDJ, assim, não, não lhe sei dizer qual foi a primeira vez em que tomei contacto com o, com este, projeto, mas é algum tempo que o conheci.

Entrevistadora: como é que corre o elo de ligação com a direção do IPDJ? no processo todo desde a sessão escolar, desde a inscrição ate a sessão nacional?

P3: comigo sempre, correu muitíssimo bem, ahhh, os técnicos sempre estiveram, disponíveis, ah a direcção assim, o diretor regional, só o conheci formalmente, pois na sessão distrital, é, e na nacional, Não é, Não, houve qualquer espécie de contacto, ah, hum, tudo passa pela Técnica do IPDJ e não me lembro não me lembro,

Mas e, ah, eu ainda enquanto participante deste projeto estive sempre mais próxima da Dra. Isabel, e, ela prestou se sempre toda a informação todo o apoio sempre teve disponível, para ouvir, as queixas dos professores, que as vezes foram, imensas, ah, e eu acho que hum é ótimo. O desempenho da parte do IPDJ. ah, hum, não é, que ainda que aliás faz a articulação com as escolas e a direcção regional de educação, também com a A.R. hum hum sim,

Entrevistadora: na sua opinião quais os aspetos que deviam melhorar para que o programa pudesse ser mais participativo?

P3: pois, de verdade não sei, porque se isto pretende, republicar a hum, (pausa), actividade da Assembleia da Republica uma vez que há uma representação, ah, que é relativo, que é relativa à própria adesão, dos participantes, e é eleição dos deputados e sujeita ao método de ontem, a participação dos alunos, na escola, depois, vai, vai vai, desaparecendo, não é, porque a se vai a à sessão nacional, são dois dois, ou três ou quatro quando muito, e então dentro de universo dentre de duas, três, quatro listas. e isso é de alguma forma, ah, ah ah, digamos que constitui um desalento, com a participação em relação a muitos alunos porque empenham muito na parte da campanha na divulgação dos projetos e depois ah, ah, não chegam não chegam a sessão nacional, para eles constituíssem uma espécie de premio mas qualquer das formas, é, a aprendizagem possível, e eles quando entram da parte que me toca, já entram sabendo que vão ter que defender o seu projeto, e que, muitos deles não vão conseguir chegar e ficam mas ficam na retaguarda, e tem sempre ahh, o beneficio de terem contribuído para aquele projeto. não é.

Entrevistadora: tendo em conta que o projeto não tem prémios, acha que era das, das possibilidades, de termos mais participação mais inscrição de professores, se houvesse essa atribuição se houvesse essa atribuição na carreira ou algo do género?

P3: não, não necessariamente,

Entrevistadora: acha que beneficiaria, a participação

P3: não, não... aliás não considero que há atração pelo prémio possa ser um bom critério de adoção de qualquer tipo de programa, eu acho que as pessoas têm que aderir a este tipo de programas, porque vêm sentido neles, e porque vale a pena e porque principalmente faz sentido, e relação aos alunos, por um hipotético, prémio na carreira, é melhor não falarmos uma carreira, sempre ah ah ah ah ah ah ah ah É um processo complicado...

Entrevistadora: quais as características, estratégias que julga ser mais eficaz para a mobilização de estudantes? Neste programa?

P3: pausa.... é divulgação pelos diferentes canais, mas acima de tudo, ah, ah, a demonstração daquilo que já está feito, ah, ah, a divulgação dos testemunhos positivos, daqueles que já participaram, e essencialmente, mostrar até que ponto houve mesmo, discussão dos

problemas, e das questões que eles puseram, aos deputados na assembleia da republica, e ver ate que ponto, essas questões foram debatidas, no mínimo debatidas, não é? Isto é que a voz deles foi tida em conta, porque eu acho que é isso que importa.

Entrevistadora: e é esse ponto que está a faltar no programa?

P3: não, é sempre essa informação na assembleia, hum, da república passou, e os alunos que lá estiveram, aperceberam-se de pedir conta aos deputados e aperceberam, de certas questões, tinham sido, lá trabalhadas. Ah, hum, agora ah, a democracia representativa, tem sempre, tendo muitas muitas vantagens, tem sempre este efeito, não é, o caminho vai se afunilando e nos vamos delegando responsabilidades, a quem pudemos por nossa vez pedir, responsabilidades, mas a partir de um certo ponto, as coisas escapam nos, das mãos e tomam sempre decisões, não exactamente aquelas que gostaríamos que fossem tomadas... Não é...

Agora em termos de mobilização, hum, ah, hum, acho que já disse tudo e isso é a divulgação do trabalho já feito, e das vantagens que retiradas, ah, desse trabalho.

pausa...

Entrevistadora: já fiz todas as perguntas que tinha a fazer.

P3: ótimo.

Entrevistadora: não sei se quer acrescentar alguma coisa.

P3: acho que não, acho que não, a hum... acho está tudo dito. já estava previsto manter no plano de atividades a participação do projeto.

Diário de Campo nº 1

Nome da atividade observada: Sessão Distrital

Data: 8 de Março de 2016

Local: Sede da Direção Regional do Algarve, IPDJ, I.P.

Descrição: Atividade decorrida na Sede da Direção Regional do Algarve, IPDJ, I.P., correspondendo à Sessão Distrital, no dia 8 de Março de 2016, em contexto informal os nove professores reunidos junto da entrada do auditório onde decorreu a Sessão falavam com os técnicos sobre os temas das sessões e a participação dos jovens.

Comentários revelantes:

“os temas das edições anteriores tem sido direcionados para as áreas curriculares ligadas à geografia, à legislação que são trabalhadas na unidades curriculares ligadas às economias e às geografias” (PDC1)

“como é que querem que os jovens em áreas de ciências humanas e científicas participem em programas com temas que nada lhes dizem?” (PDC2)

“Assim não há participação de todos os jovens”, (PDC3)

“deveria-se mudar esta estratégia e englobar em unidades curriculares comuns a todos os jovens inseridos no ensino secundário”, “os programas daqui poderiam ser aplicados aos conteúdos programáticos de certas disciplinas, motivando os alunos e nós próprios!” (PDC4)

Anexo 8 - Boletim de voto da Sessão Distrital



Escola Secundária Pinheiro e Rosa – Faro

Escola Secundária Dr.ª Laura Ayres – Quarteira / Loulé

Escola Secundária de Vila Real de Santo António

Escola Tomás Cabreira – Faro

Escola Secundária de Albufeira

Escola Secundária João de Deus – Faro

Escola Profissional Gil Eanes de Portimão

Escola Secundária Padre António Martins de Oliveira – Lagoa

Anexo 9 - Análise de SPSS

Tabela 1 – Estudantes inquiridos segundo Meios de Campanha (opções)

Que tipo de meios de campanha utiliza? (Outros)	Valores Absolutos	Percent	Valid Percent	Cumulative Percent
Falar com as pessoas	3	8,1	8,1	89,2
Musica	1	2,7	2,7	91,9
Discurso eleitoral	1	2,7	2,7	94,6
Bolos	1	2,7	2,7	97,3
Resposta Inválida	1	2,7	2,7	100,0
Total	37	100,0	100,0	